



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC I
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

ANA NERY CORRÊA DOS SANTOS BARROS

**ESCRAVIZADA: A MULHER, A MÃE E A LENDA POR TRÁS
DA ESCRAVIDÃO.**

CAMPINA GRANDE – PB

ANA NERY CORRÊA DOS SANTOS BARROS

**ESCRAVIZADA: A MULHER, A MÃE E A LENDA POR TRÁS
DA ESCRAVIDÃO.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof^o Ms. José Pereira de Sousa Júnior

CAMPINA GRANDE – PB
2011

B277e Barros, Ana Nery Corrêa dos Santos.

Escravizada [manuscrito]: a mulher, a mãe e a lenda por trás da escravidão / Ana Nery Corrêa dos Santos Barros. – 2011.

101 f.

Digitado.

Monografia (Especialização em História e Cultura Afro-Brasileiras) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Prof. Ms. José Pereira de Sousa Júnior, Departamento de História”.

1. Escravidão. 2. Mulher. 3. História do Brasil. I. Título.

21. ed. CDD 326

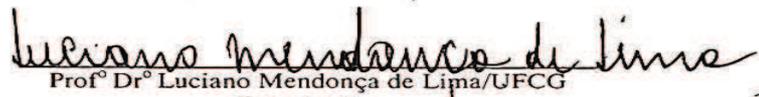
ANA NERY CORRÊA DOS SANTOS BARROS

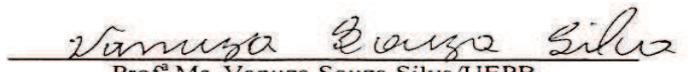
Escravidada: a mulher, a mãe e a lenda por trás da escravidão.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 20/04/2011.


Prof.º Ms. José Pereira de Sousa Júnior/UEPB/ UFCG 9,0
Orientador


Prof.º Dr.º Luciano Mendonça de Lima/UFCG 9,0
Examinador


Prof.º Ms. Vanuza Souza Silva/UEPB 9,0
Examinadora

DEDICATÓRIA

Ao meu amado esposo Eduardo, minha metade, pessoa que mais me impulsiona a crescer, me incentiva a lutar, me apóia em meus projetos e transforma esses em seus próprios sonhos, melhor amigo, melhor esposo, o pai que nesta vida eu conheci. Presente precioso de Deus em minha vida, porto seguro, presença constante e acolhedora em todos os momentos. A você, meu querido, dedico não só este trabalho, mas todas as conquistas que obtive desde que os nossos caminhos se encontraram, pois você se fez parte de cada uma delas. Amo você.

AGRADECIMENTOS

- A Deus, meu senhor e meu Pai, que me faz forte e capaz para superar as dificuldades da vida, minha fortaleza e abrigo seguro, fonte de inspiração e razão do meu viver. A Jesus, meu salvador, senhor da minha vida e luz que conduz meus passos. A Eles toda honra e toda Glória, ontem, hoje e sempre.

- À minha mãe Lindalva, mulher extraordinária, que foi mãe e pai para mim e o fez com louvor, sempre acreditou no meu potencial e não deixou que eu desistisse desse sonho, quando as circunstâncias tornavam-o cada dia mais difícil. Muito obrigada mainha, seu apoio foi primordial.

- Ao meu pai (in memorian), Domício Alves dos Santos, pois sei que sempre me amou e me ama, que cuida de mim e me abençoa, e que assim tem feito desde o dia que partiu desse mundo, me deixando ainda no ventre da minha mãe, sei que o senhor jamais me deixou sozinha. Obrigada papai.

- Às amigas-irmãs Livaní e Wilza, por todo o apoio e ajuda que me deram não só incentivando e acreditando, mas cuidando do meu pequeno Samuel, sendo mães dele por mim, para que eu pudesse cumprir minhas responsabilidades de estudante, inclusive a produção do presente trabalho. Muito obrigada Livaní, muito obrigada Wilza, sem vocês eu não teria conseguido.

- Aos amigos-irmãos Noaldo e Wênia por todo o apoio e incentivo recebidos, pela força e injeção de ânimo nos momentos mais difíceis, pelas orações e pela simples presença de vocês dois que me faz tão bem, o meu muito obrigada por essa amizade que é tão valiosa para mim.

- Aos meus compadres Mércia e Aldo, que tanto apostam em mim e que me deram um dos melhores presentes que alguém pode ganhar: Ana Beatriz, minha afilhada. A você Bia, meu amor e agradecimento pelos abraços e beijos nos momentos de stress, eles me reenergizavam e me davam força para prosseguir. Madrinha te ama muito “minha cura” linda.

- À Kaline e Maria Juza, pessoas com as quais pude contar sempre e que fizeram a correria ser menos corrida em vários momentos, pessoas que estendiam a mão para me ajudar

sem que eu precisasse pedir antes. A contribuição de vocês duas foi muito importante para mim.

A Luan, amigo edificado na presença de Deus, que há tão pouco tempo faz parte do meu convívio, mas que já fez tanto por minha família.

-A todos os (as) colegas de sala de aula com os quais dividi mais de um ano de minha vida, por todas as contribuições e debates, por todos os conhecimentos e crescimento que me proporcionaram. De forma especial as colegas: Maria José, Edvane, Danielle e Tatiana, pessoas que fizeram o dia a dia mais bonito e com as quais compartilhei um pouco de minha vida para além dos muros da Universidade, conhecer e conviver com vocês foi um grande privilégio para mim.

- A todos os professores da especialização em História e Cultura Afro-Brasileira pelos ensinamentos recebidos, de forma especial àqueles(as) dos quais levo algo a mais para a minha vida pessoal e profissional, como é o caso das professoras: Patrícia Cristina, Cristiane Nepomuceno e Vanuza, e dos professores: Josemir Camilo, Alberto Edvanildo, Luiz Tomaz e em particular ao professor Júnior pela paciência e dedicação com as quais caminhou comigo na construção desse trabalho.

- À banca examinadora composta pela já citada professora Vanuza e pelo professor Luciano, por aceitarem fazer parte da história deste trabalho.

- E por último quero agradecer a uma pessoinha que tem o dom de me fazer querer ser melhor a cada dia, cujo simples sorriso ilumina a minha vida e me faz sorrir também, a você meu filho, Samuel Ângelo, meu amor e agradecimento pela companhia durante as aulas, desde o primeiro dia, quando ainda no meu ventre já me ajudavas a prosseguir, pelos sorrisos que me arrancou quando mexias ao levantar da voz de alguns professores, por ter me permitido desfrutar das aulas até o ultimo instante e pela força que ganhei quando já te segurava em meus braços, e assim meu presente divino: somos nós dois que estamos concluindo esse curso. Bebê, você é luz e inspiração em minha vida, mamãe te ama muito e cada dia mais.

A TODOS VOCÊS O MEU MUITO OBRIGADA POR TUDO!

RESUMO

Durante os mais de três séculos de escravidão no Brasil, muitas mulheres africanas e afro-descendentes viram sua vida e seus direitos serem negados e/ou moldados segundo a condição de escravizadas que a elas foi imposta. É nesse sentido e contexto que buscamos estruturar um trabalho sobre as escravizadas cuja abordagem as enfatiza enquanto mulheres, enquanto mães e enquanto lenda, uma vez que ampliamos os nossos olhares à investigação das lendas existentes sobre essas mulheres. A pesquisa bibliográfica foi a metodologia que optamos por utilizar, e a partir dela buscamos construir e apresentar uma análise interpretativa dos discursos historiográficos, poucos e resumidos diga-se de passagem, acerca das escravizadas enquanto mulheres e mães, e sobre os relatos lendários que tratam das mesmas. Na elaboração deste trabalho nortearam nossa pesquisa nomes como: Sidney Chalhoub, Gilberto Freyre, Jaime Pinsky, Maria Firmina dos Reis, Solange Pereira Rocha, Julita Scarano, Robert Slenes, Mônica Dias de Souza e Ronaldo Vainfas, entre outros, que juntamente com eles foram o sustentáculo para a realização da presente análise. As lendas encontradas se mostraram como símbolos de resistência manifestados pelo imaginário popular em resposta à dupla exclusão sofrida: por serem mulheres e por estarem escravizadas; as fontes sobre o lado mulher e mãe das escravizadas nos mostraram que a revelia das limitações, sujeições e sofrimentos vividos, essas mulheres não se acomodaram e nem silenciaram diante da escravidão, e que buscaram vivenciar o seu ser mulher e o ser mãe, além de nos proporcionar uma reflexão sobre as particularidades desse ser mulher e mãe no contexto da escravidão. Assim, marcou-nos a certeza de que falar de escravidão é pisar em um solo complexo e delicado, aspectos esses que foram intensificados ainda mais pela natureza das abordagens por nós realizadas.

Palavras- Chave: Escravidão – Mulher – Maternidade – Lenda/Resistência.

ABSTRACT

During more than three centuries of slavery in Brazil, many women african and afro-descendants have seen their lives and their rights are denied and / or molded according to the condition of slaves that they were imposed. It is in this sense and context we seek to structure a work about slaves whose approach to emphasize as women, as mothers and as legend, once we broaden our gaze to research the legends existing on these women. The literature review was the methodology that we chose to use and then to seek to build and present an interpretive analysis of the discourses of historiography, and summarized a few might say in passing, about the enslaved as wives and mothers, and about reports that dealt with the legendary same. In preparing this report have guided our research names like Sidney Chalhoub, Gilberto Freyre, Jaime Pinsky, Firmina Maria dos Reis Pereira Solange Rocha, Julita Scarano, Robert Slen, Monica Dias de Souza and Ronaldo Vainfas, among others, who were with them the mainstay for the realization of this analysis. The legends found proved as symbols of resistance expressed by the popular imagination in response to the double exclusion experienced: for being women and being enslaved; sources on the side of the enslaved woman and mother showed us that the default of limitations, subjection and suffering endured These women are not accommodated nor silent in the face of slavery and sought his experience being a woman and being a mother more than providing a reflection on the particularities of being a woman and mother in the context of slavery. Thus, marked by the certainty that talking about slavery is one step on the soil complex and delicate aspects which were further intensified by the nature of the approaches taken by us.

Keywords: Slavery–Women–Maternity-Tale/Resistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1- A MULHER: A GUERREIRA POR TRÁS DA ESCRAVIDÃO.	17
2- A MÃE: QUANDO TUDO PARECE CONSPIRAR CONTRA.	45
3- A LENDA: MULHERES ENTRE A HISTÓRIA E A FICÇÃO.	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	82
ÍNDICE DOS ANEXOS	85
ANEXOS	86

INTRODUÇÃO

A essência da escravidão consiste em rebaixar o nível de vida de um ou mais indivíduos para elevar o seu próprio. Assim o caçador se fez o pastor e o antropófago tornou-se proprietário de escravizados, afinal os prisioneiros de guerra seriam muito mais úteis vivos do que mortos.

Assim é necessário reconhecer que houve na história do mundo uma época em que a escravidão representava progresso: entre matar e devorar ao inimigo, ou respeitar-lhe a vida em troca de seu trabalho, esta segunda fórmula é sem dúvida a mais civilizada [...]. (SENIN, 1971, p. 13-14).

Todavia tal adjetivo só foi merecido nesse primeiro instante, e não mais na história da escravidão, quando esta era baseada na prestação de serviços mútuos e onde, apesar da submissão, existiam direitos a serem respeitados e onde uma injustiça contra um escravizado resultava na liberdade concedida ao mesmo. Por entre os tempos se viu escravidão por tempo determinado, escravizados sendo indenizados ao fim do seu trabalho forçado, pois bem, o tempo passou, e a escravidão se tornou horrenda e sangrenta e mesmo admitindo que em um determinado período a escravidão fosse de certa forma um avanço, em sua essência ela foi e sempre será, um vergonhoso crime contra a dignidade humana.

Foram séculos de escravidão, mais de três no caso do Brasil, em que traficantes de seres humanos agiram livremente com ou sem o apoio da lei, espalhando atrocidades e crueldades inimagináveis e inconcebíveis para quem ostentava com tanto orgulho o título de uma suposta civilidade. No final, todo e qualquer ponto positivo, não-violento ou de caráter benevolente da escravidão é mito. Todo cativo é ilegítimo.

Para o leitor da atualidade,

[...] a possibilidade de homens e mulheres serem comprados e vendidos como uma outra mercadoria qualquer deve ser algo no mínimo difícil de conceber. A primeira sensação pode ser de simples repugnância, passando em seguida para a denúncia de um passado marcado por arbitrariedades desse tipo [...]. (CHALHOUB, 1990, p.35).

Mergulhados em pleno século XXI, e cercados pelos avanços e mudanças tecnológicas que invadem nossas vidas e as transformam vertiginosamente, é difícil compreender a dimensão do que foi a escravidão, só o verdadeiro exercício de colocar-se no lugar do *outro* pode nos dá idéia do sofrimento, perseguição, negação, destruição e mutilação multifacetados

que milhares de pessoas experimentaram entre os séculos XVI e XIX, período no qual vigorou a escravidão no Brasil.

Este trabalho volta seu olhar de forma exclusiva para as escravizadas, mulheres sequestradas de sua terra e trazidas para esse país ou que aqui nasceram, carregando sobre si dois sinais que em muito lhes pesaria durante toda a vida: eram mulheres e estavam escravizadas.

Falar dessas mulheres tem significado mergulhar em desafios, por vários motivos. Temos nos sentido garimpeiros em meio a um universo historiográfico que trata da escravidão, mas que não enfatiza a escravizada, principalmente nos aspectos aos quais pretendemos nos ater: à mulher, à mãe e a lenda; temos buscado nossas pepitas de ouro dentro do óbvio já tão escavacado. Depois, por mais que estejamos em pleno século XXI ainda é latente o preconceito aos estudos relacionados às mulheres, e no nosso caso à escravizada, tudo é ainda mais intenso, o ar de “*desimportância*” dispensado ao anunciar essa temática de trabalho não é discreto nem sutil, afinal essa história que nos atrai não se refere aos grandes homens, heróis ou às grandes batalhas, ela tem muito mais haver com a simples vida cotidiana de certa minoria, com um olhar que vê, valoriza e discute sobre algo que há um tempo nem ao menos era considerado história.

Foram quase que unânimes as sugestões de mudança do tema para questões da vida das mulheres em comunidades remanescentes de Quilombos da atualidade, mas não é essa a menina dos nossos olhos. Nossas pérolas estão no passado, queremos enxergá-las lá, sob o jugo da escravidão, e não vê-las apenas como escravizadas e sim como mulheres e como mães, e em seguida mergulhar-nos no fascínio que exerceram e exercem por entre os tempos, através das diversas lendas que falam sobre elas, e buscar entender como conseguiram ser tudo o que foram apesar do contexto no qual estavam inseridas.

O trabalho com a figura feminina já faz parte no nosso universo, trabalhamos Branca Dias, uma judia perseguida e morta pela Inquisição em nosso trabalho final da graduação. Assim trabalhar a escravizada é como uma continuidade pelos caminhos do mundo feminino, ou melhor, da História das mulheres. Falar de mulher é sempre um ambiente propício a discussões calorosas, atrai sempre olhares atravessados. Imaginemos então lançar o olhar para mulheres, negras, escravizadas, e há séculos atrás. Mas como já exposto, são elas e nessas circunstâncias que atraíram os nossos olhares.

Este trabalho é constituído muito mais por perguntas do que por respostas, afinal nasceu de uma enxurrada de questionamentos que nos inquietaram por demais. Colocamo-nos a pensar sobre as dores e desejos dessas mulheres, sobre suas particularidades femininas, a

vivência da maternidade, os laços entre mãe e filho, sentimentos e constrangimentos, exclusões e mutilações próprias da condição de escravizada.

Fomos também arrebatados pelo fascínio das lendas existentes sobre as escravizadas, lendas essas que consideramos construções culturais que contrariando a ordem vigente, deu às escravizadas ou a sua memória, uma espécie de vitória contra o silêncio e a exclusão aos quais estava condenada essa duplamente minoria.

O trabalho encontra-se dividido em três partes, na primeira trabalhamos a escravizada enquanto mulher, os aspectos particulares do mundo feminino, as violências e abusos sofridos, os desafios próprios a elas, fazendo sempre uma correlação entre o ser mulher e a escravidão. No segundo capítulo o caminho trilhado é o mesmo, mas agora nosso enfoque é a escravizada enquanto mãe e a vivência dessa maternidade dentro do contexto da escravidão.

Falar sobre essa página da nossa história é olhar para novas possibilidades Historiográficas, afinal o mundo do terceiro milênio exige novas formas de olhar e pensar a história, e diria mais, não só novas formas de olhar e pensar, como também, e sobre tudo, novas formas de fabricar a História, de construí-la. Há muito tempo o leque foi aberto, há muito tempo temos outras alternativas na hora de determinar os objetos de estudo da história que queremos construir. Não precisamos mais ignorar determinados autores, protagonistas da história e a história que estes nos trazem, em nome de uma História homogeneizante, totalizadora, elitista, limitada apenas aos documentos eleitos como oficiais e embriagada no tradicionalismo, nas verdades e objetividades das elites dominadoras. Sim, faz muito tempo que somos livres para falar das diferenças, das rupturas, das minorias.

O que nos encanta em trabalhar essa história dos silenciados, (mas que não deixaram de protagonizar a história, que não foram as vítimas tão somente, mas que também foram agentes da História, apenas durante muito tempo foram empurrados historiograficamente para as margens da Historiografia oficial), é que mesmo tarde uma nova/velha História ganha força, revelando modos diferentes de existência, outras práticas na relação no nosso *eu* com o *outro*, nos damos conta da existência de outras racionalidades em nosso próprio passado, e em fim redescobrimos a nossa própria tradição cultural. Em fim, nos sentimos mais ou menos como diz Margareth Rago:

[...] como um libertar-se de determinadas representações do passado, de procedimentos que levam a determinados efeitos, relações de poder, enfim, de construções autoritárias do passado - sobretudo das que se supõem as únicas verdadeiras - e que, para além dos sujeitos excluídos, suprimem o contato direto com as experiências de liberdade, inventadas e usufruídas por nossos antepassados [...]. (RAGO, 2002, p.261).

É bom lembrar que na história dessa história que aqui fazemos, a Terceira Geração dos Annales (1969) ocupa lugar de honra, pois foi ela a primeira a marcar essa fase da Nova História com a presença das mulheres não mais como figurantes, complementos ou participantes da história, mas sim como protagonistas desta, como foco, como alicerce do problema a ser trabalhado. Exemplo disso é: Christiane Klapisch que trabalhou a história da família na Toscana durante a Idade Média e no Renascimento¹ e Michele Perrot que escreveu sobre a história do trabalho e a história da mulher, esta última organizada juntamente com George Duby². Isso acalmou as críticas das feministas que perpassaram as duas gerações anteriores afirmando que os Annales deixavam as mulheres fora da História, “[...] ou mais exatamente, por terem perdido de incorporá-la à História de maneira mais integral, já que haviam obviamente mencionado as mulheres de tempo em tempo [...]” (BURKE, 1997, p.80).

Dentro do universo dessa pesquisa já foi possível constatar que as produções historiográficas sobre as escravizadas, principalmente enfatizando-as enquanto mulher, mãe e lenda, são poucas e resumidas; a bem da verdade essa é uma questão que atinge a temática dos africanos e afro-descendentes em geral, mas que para a nossa felicidade vem mudando nos últimos tempos. Somando-se a isso não podemos esquecer que estamos tratando da história da mulher escravizada, cuja mudança citada acima vem sendo sentida ainda mais lentamente. E assim surge o desejo de despontar e aprofundar esses três olhares em direção a escravizada, que enxerguemos a mulher, a mãe e a lenda. Para tanto esse trabalho é tão somente um pequeno primeiro passo, um simples ponto de partida.

Podemos dizer que buscamos fazer aqui uma História Social que em parte se assemelha a História Social das décadas de 30 e 40, vinculada a uma abordagem culturalista, enfatizando os costumes, como também com a abordagem pós anos 60 voltada para o ciclo familiar e suas inúmeras faces a serem estudadas. Se bem que, a área da história que casa perfeitamente com parte deste trabalho é a História da família, definida como campo específico no Brasil a partir da década de 80, quando a maioria dos trabalhos tratava de questões referentes à nupcialidade, à fecundidade, e ao equilíbrio entre os sexos e a estrutura familiar.

¹KLAPISCH, Christiane. História da família durante a Idade Média e no Renascimento, 1981.

²DUBY, Georges & PERROT, Michele. História das mulheres no Ocidente, 1974. (5 volumes).

É então que o leque aberto pela História Social atinge diretamente o nosso objeto de estudo:

[...] A pluralidade social dos arranjos familiares, das concepções de família e das estratégias adotadas pelos grupos familiares passou a ser priorizada (...). A expansão das temáticas e abordagens já constituíam subcampos, como a família escrava ou novas áreas de especialização, com perfil autônomo, como a história da mulher ou da sexualidade. (CASTRO, 1997, p.56).

A terceira parte deste trabalho é baseada nas lendas existentes sobre as escravizadas, esses relatos reais ou não, são frutos do imaginário e da cultura popular, que perpassam as gerações como símbolo de resistência à escravidão. Sendo assim, entendemos que as lendas sobre as escravizadas são de suma importância e relevância histórica, como também, as razões que levaram essas mulheres a serem merecedoras de protagonizarem lendas, de romperem o tempo como mitos. Vale à pena lembrar que todo mito tem seu valor uma vez que, os “[...] mitos não surgem por acaso, os mitos surgem em cada cultura de acordo com sua necessidade, definindo relações de poder entre os gêneros, entre os diversos subgrupos e entre todos e o meio”. (GUIMARÃES, 2003, p.14).

As lendas sobre as escravizadas são exemplos de que, a revelia de todo um cenário de submissão, exclusão e dominação havia aqueles que enxergavam nelas todo o encanto e fascínio que há em uma mulher. Diante do estudado podemos crer que existe um significado maior por trás dessas lendas, algo que se reflete junto com a sabedoria popular expressando de uma forma própria sua defesa em favor dessas mulheres que foram escravizadas. As vemos também como imagens “[...] dotadas de poder mágico de fazer crer, de parecerem verdade, de se substituírem ao real, de serem capazes de inverter as relações sociais, fazendo com que os homens vivam por e no mundo das representações.” (PESAVENTO, 2008, p.26)

Somando-se a isso vale salientar que as representações também são portadoras do simbólico, dizendo assim mais do que aquilo que mostram ou aparentemente anunciam, pois escondem sentidos, os quais são construídos social e historicamente, e da mesma forma são carregados por entre as gerações.

É notório que na terceira parte desse trabalho pesa fortemente o viés da História Cultural, que no referente ao cenário historiográfico brasileiro, é contemporânea à História Social. A qual faz jus ao nosso objeto de estudo uma vez que as temáticas que envolvem a história cultural são frequentemente olhadas com desconfiança, quando não com descrédito, apesar de serem científica e historicamente aceitas. Nossa pesquisa aborda o período colonial e imperial, muito rico em obras que contemplam as temáticas voltadas para a História

Cultural, e não é só por isso que ela é uma excelente aliada na nossa pesquisa, uma vez que a escravidão é uma temática muito trabalhada por esse seguimento historiográfico.

Temos essas mulheres, por tudo o que foram e sofreram como detentoras de um valor cultural incontestável, independente do olhar que lançamos sobre elas. Seja como história, mito ou lenda, as escravizadas constituem um marco, um símbolo da esperança e dos sonhos de liberdade e justiça defendidos por um povo, todavia sua influência chegou muito além da sua referida minoria “[...] o mito está para a cultura e o coletivo assim como o sonho está para o indivíduo. São os mitos que tradicionalmente fundam culturas e o moldam os aspectos sociais de uma civilização [...].” (GUIMARÃES, 2003, p.13).

Sendo assim, trabalhamos com base no pressuposto que o imaginário de cada indivíduo se relaciona com as condições reais de sua existência, interferindo no ser e no existir da história e do outro. Seja como for, essas lendas estabelecem uma ponte que liga o lendário ao histórico, e através do histórico ganham uma brisa de legitimidade. São como um tipo de símbolo da luta de um povo aguerrido, usado para dar vitória aos vencidos, são, sobretudo representações de resistência. Através das lendas o povo não só revela suas fantasias, sonhos e desejos, mas também reagem a uma situação adversa.

Já que falamos de imaginário seria propício dizer que aqui entendemos imaginário como “[...] um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo.” (PESAVENTO, 2008, p.43).

Como já dito, esse trabalho é apenas um primeiro passo, ainda repleto de questionamentos. Continuamos a pensar no complexo universo feminino inserido no âmbito da escravidão com muita sede de saber, buscando entender como aquelas mulheres sentiram, superaram e resolveram momentos e situações cotidianas, íntimas, próprias de si, tão comuns, ou não, a qualquer mulher do tempo atual, todavia vivenciando um contexto tão diferente ou até inimaginável para uma mulher do século XXI.

Se conseguirmos expressar um pouco de reconhecimento e gratidão às escravizadas por tudo o que representam para a nossa história e cultura, e quem sabe uma fagulha de remissão pelo muito que sofreram e o nada de reparação que receberam, já nos sentiremos encorajados a continuar. A elas que merecem um justo espaço de destaque em nossa história e em nossa Historiografia o nosso olhar carinhoso, amoroso e de contemplação.

Buscamos entendê-las para além dos entraves da nossa visão pessoal, temendo está moldando essas mulheres segundo nossa cultura e vivência, por isso queremos ir a fundo em busca dos seus sentimentos, necessidades e entendimentos, enfim do seu mundo... Pretendemos descobrir e/ou redescobrir a mulher, a mãe e a lenda, e assim nos aproximar

delas, e na medida do possível conhecê-las um pouco mais, nos deixar encantar ainda mais por elas.

A pesquisa foi realizada com base em fontes bibliográficas, a partir das quais buscamos construir uma análise interpretativa do material encontrado sobre as escravizadas abordando-as enquanto mulher e mãe, como também nos debruçamos sobre relatos lendários acerca das mesmas, através das referidas fontes nos dedicamos a apresentar uma discussão embasada e consistente sobre as escravizadas enfocando os aspectos já mencionados e suas implicações e significados no contexto da escravidão no Brasil.

Para a construção deste trabalho vários autores foram consultados, entre eles: Sidney Chalhoub, Gilberto Freyre, Jaime Pinsky, Maria Firmina dos Reis, Solange Pereira Rocha, Julita Scarano, Robert Slenes, Mônica Dias de Souza e Ronaldo Vainfas. Todos estes assim como os demais autores cujas obras foram estudadas nos serviram de sustentáculo para a elaboração dessa análise sobre as escravizadas.

1- A MULHER: A GUERREIRA, AS DORES E A BELEZA PARA ALÉM DAS CORRENTES.

Há um pensamento popular que diz: “Por trás de toda mulher existe uma leoa”. Ele parece ter sido inspirado nas escravizadas, por trás de cada uma daquelas mulheres sequestradas de sua terra (a África), violentadas de tantas formas e arrancadas do seio de seu povo, permanece intacto o ser mulher, ao mesmo passo que todas as agruras vividas por elas foram ainda mais difíceis, exatamente por serem mulheres. Era uma dupla minoria: eram mulheres e estavam escravizadas, e se quisermos olhá-las como uma tripla minoria lembremos: eram negras ou descendentes.

Toda mulher sabe o quanto determinadas coisas são importantes, independente da raça, origem e cultura, a vaidade feminina e o zelo pelo corpo são marcas que se sobressaem, e com as africanas não era diferente. O andar, a forma de prender o cabelo, um jeitinho nas roupas rústicas e desabrochava no meio da escravidão lindas rosas com charme, perfume e formosura.

Com certeza alguns aspectos foram ceifados em suas vontades. Nos pomos a pensar: as paqueras e os flats como se davam no interior das senzalas e na lida cotidiana? Os desafios emocionais, as ameaças constantes e abusos, junto a tantos outros tipos de violência. As famílias formadas, quando assim lhe era permitido, como se organizavam? Marido e mulher tinham algum poder de decisão sobre as suas vidas, mesmo que restrito ao âmbito do relacionamento entre eles? São muitas as questões que nos cercam.

As dificuldades da vida de uma mulher escravizada podiam começar junto com seu nascimento, ou quando de sua captura. No caso das capturadas na África, sequestradas e trazidas para o Brasil o suplício começava com a viagem transatlântica: depois de capturadas, transportadas e vendidas, iriam enfrentar cerca de 40 dias de viagem dividindo espaços pequenos com homens, conhecidos e estranhos, quase nus, vestes rasgadas, muitos constrangimentos e medo, somados a muitos sofrimentos, privações, riscos e dor, essa é uma imagem bem superficial dos primeiros tempos na vida de uma escravizada.

[...] Calmarias ou correntes adversas podiam prolongar a travessia até cinco ou mesmo seis meses, tornando mais dantescas as cenas de homens, mulheres e crianças espremidas uns contra os outros, vomitando e defecando frequentemente em seus lugares, numa atmosfera de horror que o calor e o mau cheiro se encarregavam de extremar. (PINSKY, 1998, p.27)

Sobre a viagem transatlântica Maria Lúcia de Barros Mott em seu livro *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*, cita Maria Firmina dos Reis que em seu romance *Úrsula* (publicado pela primeira vez em 1859), apresenta as lembranças da escravizada Suzana, é um trecho um tanto longo, mas que vale a pena apreciar:

Era uma prisioneira... era uma escrava!
Meteram-me a mim e mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratam a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos.
Muitos não deixavam-se chegar a esse extremo – davam-se a morte.
Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais sofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e bem fervente, que escaldou-nos e veio dar a morte a cabeça do motim. (MOTT, 1991, p. 40 apud. REIS, 2004, p. 115).

Vale lembrar que para além de toda ausência de privacidade e toda sorte de ameaças, essas mulheres sofriam outra violência que era exclusiva a elas, a qual muitas vezes acontecia antes mesmo do embarque, se repetia na viagem e continuaria depois da chegada nessas terras: a violência sexual, e que para muitas marcaria toda a sua vida.

Outras dessas mulheres, nascidas aqui no Brasil, começaram sua luta ainda no ventre da mãe, afinal não era nada fácil ser gerada e nascer de um ventre inserido em um contexto tão difícil. A escravidão aumentava todos os riscos, aprofundava os problemas, e transformava em amargos muitos dos doces prazeres da vida.

Cada dia uma batalha a ser vivida e vencida, uma simples decisão ou mudança de opinião do senhor e os rumos de várias vidas poderiam ser alterados para sempre. A separação dos entes queridos era sempre um pesadelo na vida das escravizadas, algo muito pior que todo e qualquer agressão física. Até quando poderiam desfrutar da presença de filhos, pais, irmão, maridos, amigos... Até quando teriam as pessoas amadas por perto. Esse medo se fez presente durante todo o período que vigorou a escravidão no Brasil. Há autores que defendem que em determinadas épocas, principalmente nas décadas finais da escravidão os laços de parentescos eram respeitados, a bem da verdade na reta final do período escravagista surgiram leis para

garantir isso, mas o cotidiano apresentava leis bastante diferentes, e já no século XIX ainda eram constantes as separações como nos mostra Senin:

Os castigos corporais, as marcas de fogo e outras crueldades continuam sendo praticadas. O maior sofrimento intelectual, entretanto, era causado pelas vendas, a passagem de um proprietário a outro. Se convinha ao dono, as mulheres eram separadas dos maridos, os filhos arrancados de suas mães. (SENIN, 1971, p. 111).

As marcas deixadas pela escravidão tornaram-se feridas para a vida toda dessas mulheres e que dificilmente cicatrizariam, pois muitos dos abusos as acompanhariam até o túmulo, como por exemplo, os assédios e abusos sexuais sofridos. “A escrava, essa, de quinze a dezesseis anos, às vezes antes, nos limites da impuberdade, é entregue, já violada, às senzalas.” (NABUCO, 2010, p.37).

As escravizadas domésticas, por exemplo, além de fazer todo o serviço doméstico e atender as necessidades das esposas e de toda a casa ainda tinham que satisfazer sexualmente seus senhores e sinhozinhos. Se não cedessem aos abusos eram duramente castigadas, se cedessem, seriam perversamente perseguidas e punidas por suas enciumadas senhoras, e assim seguiam sempre: entre a cruz e a espada, além de abusadas sexualmente ainda eram tidas como culpadas, não só na visão das sinhás traídas, mas também como um tipo de álibi dos senhores, assim a desculpa estava pronta: era a “[...] escrava que o enredava nas tramas do vício, tornando-o seu cativo, destruindo lares ou usuflando o ódio na senzala.” (COSTA, 1998, p.323-324).

Idéia semelhante à de Costa nos é apresentada por Luiz Carlos Soares, no trecho a seguir as escravizadas são colocadas como culpadas pelos sentimentos que despertavam em seus senhores e pelas atitudes destes:

[...] O Dr. Lassance Cunha chegou a dizer que muitas escravas era as maiores provocadoras de “desordens domésticas” e agentes da prostituição clandestina, atraindo os seus senhores que deixavam “o leito nupcial para irem conspurcar-se nas imundas senzalas”. O Dr. Pires de Almeida contava que, até os anos 1860, raríssimas eram as casas que não dispunham de “belas negrinhas” e “mulatinhas mucamas” que, além de servirem durante o dia às “sinhás-moças” e “sinhás-velhas”, “serviam igualmente à noite aos senhores moços”, atendendo-os sexualmente. (SOARES, 2007, p.111-112).

A citação reflete bem o pensamento e a ideologia da época, a escravizada vilã, e a esposa terna, amável e sempre vítima, não da traição do marido, mas da suposta promiscuidade das escravizadas, as quais seriam sempre culpadas, discurso esse por demais

hipócrita... Os senhores não resistiam aos encantos de suas escravizadas, tinham poder para abusar, fazer e desfazer delas, as exploravam também sexualmente, faziam uso de métodos violentos em todos os sentidos e para por fim a história o desvio de moral e de caráter era das escravizadas? Como não é de se estranhar é muito mais fácil atirar nelas a culpa pelo desvio de moral e caráter de seus senhores, assim vemos se repetir injustamente sobre as escravizadas, esse estereótipo negativo forjado segundo a conveniência dos senhores.

A nós não resta dúvida, as escravizadas não são as responsáveis pela corrupção moral e depravação dos costumes, parece piada insinuar que as escravizadas forçavam os seus senhores a qualquer que seja a situação, não precisamos lembrar quem é que mandava no contexto escravista, tudo isso é mais uma prova da hipocrisia na qual a sociedade da época estava mergulhada e o quanto essa hipocrisia era atuante em meio aos senhores. Talvez alguém questione: Mas as escravizadas não tinham sua parcela de culpa? Talvez! Cada ser humano é um mundo, em um caso ou outro uma ou outra escravizada mais fogaosa podia usar de seus atributos para jogar, blefar ou seduzir seus senhores, afinal atributos físicos não lhes faltava, todavia não com essa promiscuidade que lhes é atribuída, e mais, elas não podem ser culpadas por sua beleza e qualidades físicas que de tão encantadoras e irresistíveis levaram seus senhores e sinhozinhos à loucura.

As escravizadas eram usadas como objeto pelo senhor, não só para o prazer por si só, mas elas tinham um papel na realização pessoal destes enquanto homens:

[...] cumpria com sua mulher branca as obrigações de procriador e marido, mas voltava-se às escravas para o prazer sexual. Entregava-se às negras e mulatas com todo o empenho, buscando usufruir delas a satisfação que não encontrava em sua formal cama de casado. O mito das mulheres quentes atribuído, até hoje, às negras e mulatas pela tradição oral, decorre do papel que lhes era designado pela sociedade escravista [...]. (PINSKY, 1998, p. 44).

Jaime Pinsky nos apresenta também um poema de José Alípio Goulart, o qual bem demonstra o fascínio irresistível exercido pelas mulheres escravizadas sobre seus senhores e demais homens da sociedade escravista, vamos ao poema:

“Preta bonita é veneno,
Mata tudo que é vivente;
Embriaga a criatura,
Tira a vergonha da gente.”

“Mulata é doce de coco,
Não se come sem canela.
Camarada de bom gosto,
Não pode passar sem ela.” (PINSKY, loc. cit.)

Um aspecto neste contexto não podemos deixar de lado: uma vez objeto sexual de seus senhores e nada podendo fazer para impedir isso, as escravizadas buscaram lutar com as armas que tinham, ou que poderiam dispor, dessa forma ter uma relação com o senhor podia ser para a escravizada uma chance de reverter/mudar sua condição. Quanto melhor seu desempenho sexual, maior o “poder” que possuía sobre o mesmo.

Havia também a possibilidade de um relacionamento como este ser usado como forma de vingança contra a sinhá por todos os maus tratos recebidos, além de é lógico ser garantia de um tratamento privilegiado por parte do senhor, ou pelo menos expectativas disto, como por exemplo: “[...] Se conseguisse engravidar, via perspectivas de seu filho vir a ser libertado e incluído como agregado à grande família do senhor” (PINSKY, 1998, p.44). Todavia quando essas expectativas não eram concretizadas, as consequências eram terríveis, elas podiam ser perseguidas e cruelmente torturadas pelas senhoras, quando não pelos próprios senhores que se sentiam ofendidos pela audácia de suas até então amásias. Vale lembrar que quando o assunto era o abuso sexual os senhores não tinham receio em relação às escravizadas casadas, elas também eram assediadas por seus senhores. Solteiras ou casadas, as escravizadas viviam sobre constantes ameaças à sua honra, à sua segurança e por que não à sua vida.

Para agravar ainda mais essa situação, o abuso sexual podia vir acompanhado de outros males, pois durante muito tempo acreditou-se que as escravizadas serviam como um tipo de objeto de purificação para os seus donos, que intencionalmente lhes passavam doenças, para a cura das quais não receberiam nenhuma ajuda.

[...] Negras tantas vezes entregues virgens, ainda molecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres de sífilis das cidades. Porque por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para um sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem [...]. (FREYRE, 2001, p.373).

E o festival de horrores parecem não ter fim. A essas mulheres ainda foi imposta a prostituição, essa era uma das várias funções das escravizadas, sobretudo as de ganho. Não havia limites para o uso e abuso do corpo delas. Certamente foi essa a forma mais odiosa de obtenção de renda através da exploração das escravizadas.

A prostituição feminina é um fenômeno muito antigo na história brasileira. Desde os mais remotos tempos do Brasil Colonial, o hábito de senhores obrigarem suas escravas à prostituição foi bastante comum nas diversas cidades brasileiras. As escravas se viam obrigadas a concorrer com prostitutas livres, e para isso, como relatou o aventureiro francês Le Barbinais, ao visitar Salvador em 1717, muitos senhores chegavam a enfeitar suas cativas com “correntes de ouro, pulseiras, anéis e

ricas rendas”, e elas eram obrigadas a dividir com eles “os proventos do infame comércio” (SOARES, 2007, p.176).

Assim mantinham-se condições para que a escravizada sempre estivesse elegante, esta que não só lhes serviria como força de trabalho, e como, tantas vezes, concubina, mas também faria mais um serviço extra. Eram vistas como coisas, vendáveis, descartáveis. Imaginemos o que sentiam aquelas mulheres exploradas de todas as formas e que ainda acrescentaram a sua dor o abuso de seu corpo, a exploração da sua vida sexual, já abusadas pelos seus senhores ainda teriam que se sujeitar a prostituição em benefício do aumento dos seus lucros. E tudo isso fora visto como mero costume do contexto escravagista.

Tal atitude trazia consequências sérias à saúde das escravizadas e conseqüentemente para a população em geral, uma vez que o meretrício era crescente, crescente também era a disseminação de doenças venéreas. O que ocorria em todas as faixas etárias da população.

[...] Os senhores que obrigavam as suas escravas à prostituição, ou que simplesmente fechavam os olhos para suas ‘atividades noturnas’, davam autorização escrita para que elas pudessem circular pelas ruas da cidade depois do horário estipulado pelas posturas. O dinheiro obtido pelas escravas nas suas “jornadas de trabalho”, desenvolvidas nas ruas ou nas próprias casas em que viviam, muitas vezes era recolhido integralmente pelos senhores. Existiam aqueles que exigiam um jornal diário ou semanal, podendo as escravas ficar com o excedente para o seu usufruto, no melhor estilo escravidão de ganho. Algumas dessas escravas puderam poupar algum dinheiro, que foi utilizado, sobretudo, na compra da sua alforria, tornando-se mulheres livres. (Ibid., p.180).

É certo que a prostituição também foi utilizada pelas escravizadas como meio para comprar a liberdade, ou para realizar alguns desejos de consumo simples, todavia foi marcante a prostituição forçada, imposta e em usufruto de seus senhores.

É bastante comum os escritos que tratam da prostituição imposta às escravizadas atribuírem a estas rótulos de promiscuidade e leviandade, esquecendo-se que as mesmas eram obrigadas a ali estarem, e que estamos falando de mulheres que não tinham o direito de decidir absolutamente nada em suas vidas. E que a situação era tão aceita pela sociedade que até anúncios eram colocados nos jornais, os quais nas entrelinhas anunciavam os predicados sexuais da escravizada.

As famílias de média e baixa renda era as que mais obrigavam suas escravizadas a exercer a prostituição. Senhoras extremamente religiosas, porém arruinadas, vendiam seus escravizados, todavia sempre conservavam duas ou três escravizadas para lhes darem sustento com a prostituição. As escravizadas destinadas a esse fim recebiam vestidos de seda, tinham

os cabelos bem arrumados e enfeitados com flores, visual bem diferente do composto por um vestido de chita e os poucos caprichos que elas conseguiam por si só.

Não foram poucos os casos de senhoras que forçavam as suas escravizadas a se prostituírem, um bom exemplo é o caso da “história da parda Josefa, uma escravizada que foi vendida algumas vezes consecutivas e que acusava pelo menos duas de suas supostas senhoras de a terem forçado a vida de prostituta [...]” (CHALHOUB, 1990, p. 152). Casos como esse, no século XIX, geraram muitos pedidos de liberdade na justiça, baseados em cláusulas do direito romano as quais determinavam que os senhores que obrigassem as suas escravizadas a se prostituírem eram obrigados a libertá-las. Eram as chamadas alforrias forçadas.

Muito bonito na teoria, isso ocorreu, sobretudo no século XIX, o caso da escravizada Josefa é da década de 70 do referido século, mas só na teoria tudo era tão certo assim: os senhores ou senhoras que contrariassem leis de proteção as escravizadas seriam então punidos por isso! Em primeiro lugar não existiam leis proibindo e punindo cada um dos atos horrendos da escravidão, em segundo lugar quase nunca, mesmo às vésperas da extinção da escravidão, os senhores eram punidos pelos atos contrários ao rigor da lei, pois mesmo que a lei não fosse conivente com os erros e maus tratos, os homens que deveriam fazer a lei ser cumprida o era.

E se falando de mulheres então, tudo era mais difícil, a ponto que tentar conseguir algum benefício na justiça poderia ser muito perigoso no caso da escravizada não obter êxito, pois mesmo legais, as estratégias de luta pela alforria nem sempre davam certo. Outra autora que reforça a questão da prostituição das escravizadas é Laura de Mello e Souza, ela lembra que ter um escravo era algo almejado por ricos e pobres, era como um status obrigatório a qualquer pessoa branca livre. Sendo assim havia “[...] casos em que humildes donos de uma só escrava mantinham com ela amancebamento e visando, por vezes, a aumentar suas rendas, colocavam-na na prostituição”. (VAINFAS, 1997, p. 234).

A prostituição das escravizadas foi um abuso que se repetiu cotidianamente, um escândalo ao qual os poderes competentes fecharam os olhos, ou na melhor das hipóteses foram negligentes. Mas como em toda regra tem exceção houve casos de autoridades policiais e judiciais que escandalizadas com a proporção e dimensão que tomou a prostituição das escravizadas, se manifestaram denunciando os mecanismos utilizados pelos senhores para adquirirem cada vez mais lucro sobre lucro. Foi o caso do chefe de polícia da corte, Francisco de Faria Lemos, e do Juiz Municipal da 2ª Vara Miguel José Tavares, em 1871, que reconhecendo o clamor público de parte da população escandalizada com a imoralidade da

prostituição das escravizadas, se manifestam contra os senhores e a sua ganância desmedida. Para os senhores e senhoras que abarrotavam seus cofres e reservatórios com o fruto da prostituição das escravizadas, como também para aqueles que se livraram da miséria graças a ela, essa atividade era um mal necessário.

O clamor público contra a prostituição das escravizadas existia e era crescente, as autoridades procuraram realizar ações mais contundentes na tentativa de aboli-la. Tudo isso refletia “as mudanças na mentalidade da população, que, atingida pelos novos ventos do liberalismo, começava a se posicionar mais criticamente em relação à instituição da escravidão e as suas formas de exploração econômica, que tinham na prostituição das escravas o seu limite extremo”. (SOARES, 2007, p.182). Mas essa luta se confundia com a luta contra a escravidão como um todo, uma vez que questionava os limites do poder dos senhores para com seus escravizados.

Em 1869 um ofício já apresentado em 1867 foi reapresentado a Câmara Municipal da Corte (RJ), elaborado pelo então chefe de polícia Luiz Carlos de Paiva Teixeira que defendia,

[...] a necessidade de se providenciar uma postura “na qual se cominasse penas aos senhores ou alugadores de escravas que as aplicassem à prostituição”. Entretanto, a Câmara Municipal ignorou novamente o ofício, não levando em consideração que o assunto era “de máxima gravidade, e indispensável à adoção de medidas repressivas”. (Ibid., p. 184).

A atitude da Câmara Municipal não é uma surpresa, a atitude das autoridades em geral sempre foi essa, fechar os olhos para as barbaridades cometidas contra os escravizados e escravizadas; e no caso das escravizadas então a questão era sempre mais marginalizada, pois eram mulheres e estavam escravizadas, sendo assim seu nível de importância para a corte e o poder vigente era baixíssimo, ao contrário do que pedia o acima referido ofício. Chegou a ser proposta e aprovada uma lei baseada no Direito Romano que determinava a libertação da escravizada forçada a prostituição. Será que dessa vez deu certo? “Tudo não passara de uma ilusão, pois, em 1875, o Chefe de Polícia Ludgéro Gonçalves da Silva constatava que a prostituição das escravas continuava a existir afrontosamente na corte e propôs as mesmas soluções adotadas pelo seu antecessor [...]”. (Ibid., p. 185). Tentativas em vão, a boa vontade de uns, toda disposição e empenho de algumas autoridades, mas nada conseguiu acabar com a prostituição das escravizadas, que teve sim seus avanços, mas acompanhou a escravidão até o seu último suspiro.

Ricos e pobres exploravam como bem queriam suas escravizadas, o poder dos senhores ia além do usufruto da mão de obra, da reclusão imposta e do poder ou não poder ser

e fazer determinadas coisas, a maioria delas diga-se de passagem, este poder se estendia a esfera sexual da vida da escravizada, e era sempre demarcado e moldado com base na violência e na coação. Diante de uma situação como essa quem poderia fazer algo? O governo defendia a escravidão, por motivos óbvios e que não cabe a nós discutirmos aqui, e a Igreja:

[...] A bem da verdade, a própria Igreja colonial vergar-se-ia a esse costume, como se vê nas constituições do sínodo baiano de 1707, que considerava como prova de concubinato o fato de um homem manter em casa alguma mulher que dele engravidasse, não sendo com ela casado e *desde que a mesma fosse livre**. Reconhecia-se, assim, tacitamente, o direito de os senhores engravidarem, com plena liberdade, as escravas da casa... (VAINFAS, 1997, p.236)

Ainda podemos acrescentar que para além de questões políticas e econômicas os representantes da Igreja ainda tinham, por vezes, outros motivos para permanecerem calados diante de determinadas situações ilegais e de abusos, uma vez que podiam ter "culpa no cartório", É o que nos apresenta Jaime Pinsky, citando Goulart: "J. A. Goulart (1971) narra dois casos em que padres fazem matar suas amantes, uma delas assassinadas por meio de um pau que introduzido pelo ânus atravessou a infeliz mulher (Paraíba, 1801)." (PINSKY, 1998, p. 52).

Tudo isso por mais repugnante que seja, são como moldura para um retrato das crueldades sem limites, próprias do caráter das relações escravistas. A hipocrisia reinava junto a muitos membros da Igreja, que não tinham limites para esconder seus erros e manter a aparência de uma honra e caráter inquestionáveis.

Um exemplo de que a existência de leis que protegia até certo ponto a integridade física dos escravizados de nada serviam de forma real para os beneficiarem, eram as recorrentes notícias do tipo: "[...] fora absolvido um fazendeiro que infligia castigos imoderados a uma escrava." (Costa, 1998, p.345). E não eram só os senhores que eram cruéis, a citação a seguir nos traz um caso de uma escravizada que acusa a sua senhora de atirar nela gordura fervente. "[...] Vitalina escrava de Balbino de Tal apresentou-se horrivelmente queimada com sinais recentes de sevícias queixando-se que sua senhora dona Brasilina lhe arremessara sobre as costas uma panela com gordura fervente [...]." (Ibid., p. 348).

*Confessionário Feminino (século XVIII), Minas Gerais, Arquivo Casa Setecentista de Mariana. 13ª Coordenadora Regional, Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Cultura.

Ao que parece as tão respeitadas senhoras desenvolviam suas próprias e maquiavélicas formas de “castigar” suas escravizadas. Nada de bom esperemos, nem mesmo das senhoras, elas fizeram cair por terra a expectativa de que as mulheres seriam mais bondosas, ao aprenderem direitinho com seus pais e irmãos. O que os impediriam de agir como bem entendessem? O caráter? A bondade de coração? O que eles faziam era entendido como “legal”, tinham por lei o direito de maltratar seus escravizados, e faziam uso disso nos menores detalhes e com toda a intensidade que julgavam necessárias.

Diante dos estudos realizados podemos supor que existia nas sinhás e sinhazinhas muito medo do encanto exercido pelas escravizadas, arriscamos dizer que elas se sentiam ameaçadas e por mais que se tentasse ofuscá-las, até por terem tão pouco para se enfeitarem, ou até para se vestirem, as nossas pérolas negras conseguiam se destacar, irremediavelmente encantadoras...

As escravizadas desfilavam beleza charme e sedução com seus tabuleiros pelas ruas oferecendo seus quitutes, pelos caminhos até o riacho ou voltando dele com seus cestos de roupas lavadas. Apesar de tão pouco lhes ser oferecido como vestuários, as rústicas vestimentas eram arrumadas com o toque de mulher, quando não com um toque da mãe África, sempre presente entre elas. Eram saias e blusas de chita ou cretone, as escravizadas que trabalhavam na casa grande se vestiam sempre com roupas limpas e inteiras, algumas mucamas vestiam-se até com roupas luxuosas, mas em geral “[...] as mulheres mal cobriam o corpo com uma camisa e uma saia de tecido grosseiro, a cabeça envolta num pano, em forma de turbante [...]” (COSTA, 1998, p. 278).

Independente dos tecidos que as cobria, o que fazia delas tão encantadoras é o que elas tinham por dentro, e que exalavam no andar, no olhar, no agir...

[...] O andar provocante, o seu porte altivo faziam esquecer seus traços grosseiros, sua origem escrava. Caminhavam de cabeça erguida, o busto empinado, os braços em ânfora, sustentando à cabeça os tabuleiros ou cestas, meneando os quadris de maneira ritmada. (COSTA, loc. cit.).

Muito se vê falar da ausência de beleza nas mulheres escravizadas, que elas só serviam de objeto sexual para os seus senhores, etc. Desculpas esfarrapadas para fortalecer o mito da superioridade branca, elas enlouqueciam os seus senhores, como já citado anteriormente, eram selecionadas segundo a sua beleza para trabalharem na casa grande ou nas ruas como vendedoras onde a beleza era pré-requisito: “Para a venda das mercadorias nas ruas, eram escolhidas, em geral, as negras de melhor aparência...” (Ibid., p.279). A mesma autora ainda enfatiza: “As escravas utilizadas no serviço doméstico eram, em geral, mais bem vestidas.

Assim marcavam-se as distinções. Escolhiam-se as mucamas entre as negras de presença mais agradável [...].” (COSTA, 1998, p.279.). Entre as vantagens que poderiam ter as escravizadas domésticas estava também a oportunidade de aprender a ler e escrever, o que era proibido, e também aprender um ofício. Isso lhes seria de grande importância no caso de conseguirem obter a alforria. Mas, em contrapartida eram elas as mais vigiadas e as que sofriam mais de perto os humores de seus donos e as violências, inclusive a sexual.

Falando da possível oportunidade de aprender a ler e escrever, ou pelo menos algumas noções básicas e assinar o nome, é preciso nos lembrar que a educação de mulheres nessa época era algo voltado para os afazeres domésticos, o saber ler e escrever, o aprender um ofício era algo para homens. Todavia é chegado um tempo que houve uma abertura para o ensino formal para as mulheres, e como já era de se imaginar as escravizadas ficaram de fora, com raríssimas exceções, Esperança é uma dessas exceções:

Quanto à educação das escravas nem pensar. Existem alguns poucos exemplos de escravas alfabetizadas no período colonial. Luiz Mott recuperou uma carta escrita pela escrava Esperança Garcia, que pertencia a uma das fazendas reais, incorporadas à Coroa quando da expulsão dos padres jesuítas. Na carta, datada de 6 de setembro de 1770, Esperança pedia ao governador do Piauí que fizesse com que o administrador desta fazenda a enviasse para a sua fazenda de origem, devido aos maus tratos que vinha recebendo e por viver, naquele momento, apartada de seu marido e ter filhos por batizar. (MOTT, 1991, p. 55).

As escravizadas da zona urbana atuavam quase sempre em jornada dupla: em casa em funções domésticas e na rua em funções de ganho, elas

[...] alugavam seus serviços para terceiros; faziam serviços diversos, como lavar roupa ou mesmo prostituir-se; ou então e principalmente, vendiam todo o tipo de mercadorias – arranjando desta forma o necessário para a subsistência daquela família. Senhoras e escravas acabavam muitas vezes por compartilhar uma vida de pobreza que beirava a miséria. (Ibid., p. 23).

Muito habilidosas nas vendas tinham também maior possibilidades de obterem dinheiro para comprar sua alforria, vendiam de tudo: velas, cigarros, porções mágicas, flores, verduras, frutas, pão, água, doces, comidas prontas e tudo mais que lhes gerassem bons frutos. Essa atividade dava às escravizadas certo privilégio, a “liberdade” de ir e vir. “[...] Muitas vezes moravam longe de suas proprietárias, em quartos alugados com seus filhos e netos, o que fazia com que preservassem sua cultura de origem, se relacionassem com elementos de seu grupo, obtivessem informações com libertos, soubessem o que estava ocorrendo através da prosa com seus fregueses.” (Ibid., p. 25).

Mas isso não significa que tinham vida fácil, além do jornal, pagamento diário ou semanal que deveriam dar para seus donos, ainda precisavam ganhar o suficiente para comer, vestir e fazer render e sobrar para então juntar essas sobras para comprar a sua liberdade e a de seus familiares. “As vendedoras de acarajé encontradas até hoje, nas ruas de Salvador, ou aquelas de cocadas, do Rio de Janeiro, são suas herdeiras” (MOTT, 1991, p. 25). Elas ainda mantinham contato com escravizados fugidos e intermediavam a compra e venda de produtos necessários à sobrevivência do quilombo, além de ajudar nas fugas.

A exploração era sempre e em todo lugar multifacetada, “[...] estavam para os convívios e serviços da cozinha, na cama, em atendimento a todos os desejos dos senhores [...]” (LODY, 2006, p.47). Mulheres que de tão importantes se tornavam insubstituíveis. A mucama dormia no quarto, em uma esteira, ao pé da cama de quem servia, a proximidade fazia com que tivessem uma maior chance de obter a alforria por bons serviços.

Outra página da vida das escravizadas que requer nossa atenção eram os casamentos, o direito de formar família, que como tudo na vida de uma escravizada tinha lá suas restrições e no final das contas quem realmente determinava as coisas era o senhor. O tema família se constituiu nesse contexto como um tema bastante controverso.

É conhecimento comum que os casamentos eram permitidos e até aconselhados pelos senhores, pois assim garantiriam a continuidade da sua leva de escravizados, sendo assim, embora não se teve notícia da existência de fazendas de reprodução, os senhores tinham a “preocupação” de dar o mínimo de conforto aos casais para que eles reproduzissem força de trabalho para as suas fazendas:

Homens e mulheres dormiam em casas separadas. As crianças tinham suas camas junto às mães (...). Em algumas fazendas, encontrava-se, ao lado das senzalas, pequenas cabanas de pau-a-pique, cobertas de sapé ou folha de bananeira e sem abertura. Esses casebres destinavam-se aos casais. (COSTA, 1998, p.294-295).

Tudo muito bonito, mas nem sempre os senhores se preocupavam tanto com a formação dos casais e com seu bem estar. Não respeitavam os preceitos religiosos, nem se preocupavam em formar famílias propriamente ditas, o que realmente lhes interessava era a geração de mais e mais escravizados, a multiplicação da mão de obra ou de mercadoria a ser vendida, assim falava a mente que regia os senhores. “As negras tinham filhos de vários homens diferentes, e os senhores fechavam os olhos para o que se passava na senzala [...]” (Ibid., p. 318).

Era conveniente para os senhores que fossem assim, as uniões informais eram mais tranquilas, não lhes davam preocupações como famílias solidificadas que lhes causariam problemas com possíveis futuras separações, tudo culminava para que as coisas se fizessem como determinava o bel prazer do senhor, que via no casamento entre os escravizados uma mera formalidade que muito lhe desagradava. “... Na verdade, as condições de vida nas senzalas e a existência de uma mulher para cada quatro ou cinco homens estimulava o caráter transitório das ligações.” (PINSKY, 1998, p. 43).

Na verdade por mais que haja ressalvas, é fato que a escravidão separou, sem a menor cerimônia casais, que se uniram aqui, mesmo que informalmente, ou aqueles que já eram casados na África.

Não havia limite rumo à satisfação dos interesses dos senhores, e mais, a Igreja que deveria zelar pela moral e os bons costumes, raramente interferiu nisso, ou era conivente como já citado, ou fechava os olhos assim como faziam os senhores.

[...] Embora contrariando os preceitos da religião básica do país, o cristianismo, essa promiscuidade sexual em que viviam os escravos coincidia com os interesses do senhor, pois eliminava problemas que surgiam por ocasião da venda de escravos casados [...]. (COSTA, 1998, p. 318).

Esse panorama nada tem a ver com qualquer suposto desvio de caráter dos escravizados, ter família sólida era um desafio e uma grande conquista para um escravizado, pois o próprio sistema escravista impedia a vida familiar em sua plenitude, e a dificultava, uma vez que o mais adequado aos interesses dos senhores era favorecer as uniões múltiplas e instáveis.

Tratando desse assunto Nabuco (2010) chega a nos chocar com sua declaração a respeito dos sentimentos e relacionamentos entre os escravizados, vejamos:

[...] Nessa promiscuidade sem nome, não há fidelidade, por que não há amor. Os animais vivem no minuto como os homens primitivos, segundo Pelletan, no quarto de hora. O quarto de hora é a vida do escravo. Sem futuro, sem afeições, nem noção de honra e de dever, eles têm a vida no presente, nada mais. A alimentação é ração de carne, não tem de poupar; o amor é a união do instante; o casamento, o ajuntamento de alguns dias: eles têm o instituto da família, não tem o sentimento: o instituto faz a criança, o sentimento produz o filho; um faz da mulher a fêmea, outro a esposa. [...]. (NABUCO, 2010, p.35).

Discordamos totalmente de Nabuco em suas colocações na citação acima, a instabilidade das uniões era algo presente, mas não era regra, muitas escravizadas constituíram famílias tão sólidas e estáveis quanto seu senhor lhes permitiu ter, não faltava

sentimento, caráter, nem cultura propícia para que se firmassem, se faltou alguma coisa foi respeito por parte dos senhores a essa instituição que existiu apesar da condição tão adversa que era a escravidão.

Outro aspecto muito infeliz de sua colocação é quanto à ausência de noção de honra e dever, se alguém não as possuía esse alguém não eram os escravizados, faltou honra e dever de ser humano aos senhores proprietários de escravos que lhes roubaram direitos, inclusive o mais soberano deles, o direito a vida. Também discordamos totalmente de seu posicionamento a respeito do futuro e afeições dos escravizados: apesar da condição de escravizados, aqueles homens e mulheres sonharam e lutaram por um futuro livre, com suas armas e da sua forma trabalharam incessantemente pela manutenção de suas vidas, de suas famílias, buscando reaver a sua liberdade, para muitos roubada desde o momento de seu nascimento.

Mulheres que amavam seus esposos e a eles foram fieis, pessoas com cultura e com laços de carinho, de amor, que se afeiçoavam e sofriam junto, compartilhando os sofrimentos da condição que lhes foi imposta. Acreditamos, com todo respeito ao autor, por tudo o que representa e já construiu de conhecimento, que esse trecho da obra de Nabuco é fruto de um momento de ausência de lucidez de sua parte. Lamentamos muito por isso, e fizemos questão de aqui apresentá-lo como exemplo de pensamento errôneo, preconceituoso e longe do vivenciado pelos escravizados e escravizadas a esse respeito.

Em sua obra, *Gente negra na Paraíba oitocentista*, Solange Pereira da Rocha nos apresenta informações riquíssimas sobre a família escravizada, ela também reforça a tese de que após casados o direito de permanecer juntos dos escravizados era preservado, não podendo o seu senhor ou senhora separar o marido da mulher. “Impingia-se aos senhores que violassem tal determinação a danação da alma”. (ROCHA, 2009, p.168). Todavia a própria autora questiona se tal coisa não ficava só na teoria, como também se os senhores tinham temor a esse tipo de “repressão divina”.

Existiam regras sobre a idade mínima para contrair o matrimônio entre os escravizados, para as mulheres era de 12 anos e para os homens a idade mínima era 14 anos. Outro detalhe é que escravizados e livres podiam se casar sem problemas, mas era sempre bem lembrado de que a situação jurídica de ambos permaneceria inalterada.

Existiram também os casamentos arranjados e/ou forçados entre escravizados, é o caso da história da escravizada Caetana, o qual nos é apresentado por Sandra Graham, em sua obra intitulada *Caetana diz não*.

Caetana é levada a casar-se com Custódio, escravizado também pertencente ao seu senhor que se chamava Tolosa.

Foi o senhor deles que, certo dia, sem consultá-la ou mesmo avisá-la, lhe disse simplesmente que iria casar. Apesar de seu “tom positivo”, ela reuniu coragem para recusar. Mas, no final, obedeceu, contra sua vontade e por medo das ameaças de Tolosa: afinal ele era dono dela e “faria o que quisesse”. Porém, uma vez casada, ela soube o que deveria fazer: recusar o marido [...]. (GRAHAM, 2005, p. 24).

Apesar da sua condição de escravizada Caetana não se curvou a vontade de seu senhor, casou-se é verdade, mas só de direito, uma vez que de fato continuou solteira, pois recusou seu marido. No entanto sua atitude gerou novas represarias, às quais Caetana mais uma vez não baixou a cabeça, e conseguiu o que queria.

[...] Dessa vez, sua determinação atraiu a ira do outro homem com visível autoridade sobre sua vida, seu tio e padrinho, que ameaçou bater nela se não se submetesse ao marido, como era obrigação de uma esposa. Com poucas escolhas, tarde da noite Caetana correu da casa do tio para a do próprio Tolosa. Com sua aflição, ela conseguiu finalmente persuadi-lo de que jamais aceitaria de bom grado o casamento. Tolosa se compadeceu e separou o casal. (Ibid, p. 24).

É, mas nem tudo podia ser consertado apenas pela vontade do senhor, até para ele havia limites, uma vez casada era preciso anular o casamento, aparentemente algo fácil de conseguir, afinal o casamento não foi consumado. Caetana conseguiu convencer Tolosa a apresentar uma petição perante o tribunal eclesiástico para anular o casamento. Enquanto isso nada importava, Caetana estava disposta a continuar solteira, pelo menos de fato. O não de Caetana desafiou e colocou em questão “[...] toda a hierarquia masculina – dono, tio, marido e Igreja [...]”. (Ibid, p. 27).

Voltando só um pouquinho na história, alguém pode questionar: mas por que ela casou? Por que não disse não ainda no altar? Caetana lutou contra as ordens do seu senhor, cedeu, pois foi ameaçada de ser expulsa da casa, isso poderia significar ser vendida ou rebaixada à função de escravizada da roça, assim, entre a cruz e a espada, ela aceitou casar.

A partir de então a luta de Caetana se voltou para fugir do marido e evitar que o casamento fosse consumado, contrariando a pressão de seus familiares: mãe, cunhado, tio, pessoas de quem se espera apoio e compreensão. Sua fuga ocorreu no quarto dia após o casamento, pois ficou sabendo que Custódio usaria de violência para obrigá-la a consumir o casamento, então foi pedir abrigo ao seu senhor, que antes algoz, lhe acolheu e ajudou, afirmando sua autoridade não só sobre sua escravizada, mas também sobre o marido e o tio dela.

Naquela noite, desesperada, sem nenhum parente a quem apelar e, com certeza, nenhum escravo com idade, autoridade ou inclinação para desafiar seu padrinho, Caetana fugiu. Ela correu para o único lugar onde poderia ir, a casa grande.

Chorando, implorou ao seu senhor que desfizesse o que provocara. Numa inversão de resultados esperados, ela escapou das ameaças do tio por que seu dono interveio e lhe ofereceu abrigo [...]. (Ibid., p. 87-88).

Caetana é ilustre representante de suas iguais, uma jovem, escravizada que lutou com todas as forças e armas que dispunha contra um casamento indesejado que a ela foi imposto, chegando até a convencer o seu senhor a voltar atrás. Forte e convicta, demonstra a altivez e a coragem da mulher escravizada. Vemos então que a fragilidade da escravizada é relativa e a coragem de Caetana é prova disso, o seu *não* garante a prova. Até mesmo o conceito de liberdade pode ser ampliado...

[...] Para Caetana, liberdade não era escapar da servidão [ou pelo menos, não só isso], mas simplesmente levar uma vida de solteira. Sua luta não se dirigia contra a escravidão em um sentido comum, mas era a resistência de uma mulher jovem contra a autoridade masculina. Não é o que esperamos, mas é o que aconteceu. (GRAHAM, 2005, p. 27).

Caetana, assim como Custódio (seu “marido”) faziam parte da elite escravizada da Fazenda Rio Claro, não trabalhavam no campo, estavam entre os escravizados mais treinados, capazes e favorecidos, Caetana era mucama das mulheres da família na casa grande, conquistou bastante confiança dos senhores, usava roupas melhores, tinha atenção imediata em caso de doenças e até alguma proteção social. Em contra partida, esses privilégios resultava em uma grande expectativa de obediência, de lealdade e excelente prestação de serviços. Vale pontuar que apesar dos privilégios as escravizadas, e os escravizados também, ficavam sobre constante vigilância, dos senhores e sua família e dos funcionários da fazenda.

Quatro meses depois do casamento a petição de Caetana estava diante do tribunal da Igreja, ótimo prazo para a época, mas a partir daí as coisas andaram bem mais lentamente.

Mas por que Caetana rejeitou Custódio dessa maneira? Segundo seu dono testemunhou o problema não era com Custódio, ela teria feito o mesmo qualquer que fosse o marido. “[...] Ela não rejeitara Custódio por capricho ou mesmo por recato, mas por convicção contra o próprio casamento [...]” (Ibid., p. 90).

Restava ver se o pedido de anulação seria aceito. O fato de Caetana ter aceitado o matrimônio por força e medo era um pré-requisito para a anulação, a não-consumação do casamento também era muito importante. Mas...

[...] A não-consumação, embora fosse uma exigência necessária para que a anulação fosse levada em conta, não era suficiente para garanti-la, em especial quando um dos cônjuges escolhera recusar a consumação da união, como fizera Caetana, nenhum

dos motivos permissíveis - parentesco em certo grau, impotência, bigamia ou votos religiosos – se enquadrava na situação dela. (GRAHAM, 2005, p. 92).

O processo durou dois anos, em julho de 1838 “[...] o padre Lourenço Justiniano Ferreira, vigário-geral da diocese de São Paulo, concluiu que um casamento legalmente contratado não podia ser anulado e declarou a Caetana [...]” (Ibid., p.97) que ela fosse viver com seu marido. Diante disso uma apelação foi apresentada e aceita, as testemunhas novamente ouvidas, um escrivão foi à fazenda para esse fim, e seguiu-se o processo. O defensor do matrimônio fez uso do seu talento para convencer a todos que Caetana não foi coagida a casar, e a prova de que não havia medo envolvendo essa história foi a coragem que ela teve para recusar a consumação do casamento e a desobediência a seus familiares e senhor.

É preciso termos em mente que há diferenças entre recusar-se a obedecer à ordem de seu dono, ou recusar-se a consumir um casamento quando diante dela estava outro escravizado.

Mas três anos se passaram até que a nova decisão foi anunciada: foi confirmada a decisão da instância inferior, o casamento foi julgado indissolúvel. Não sabemos a reação de Caetana a essa decisão, nem quanto tempo a notícia demorou a chegar à Fazenda Rio Claro. A autora declara que é muito difícil imaginar Caetana assumindo o seu papel de esposa, e acredita que muito embora o casamento tenha continuado existindo de direito, pois de fato ele foi cancelado, aliás, de fato ele nunca existiu, Caetana jamais se dobrou a decisão judicial, como também não cedeu aos apelos de quem quer que seja. E conclui dizendo: “Somente uma verdade é certa: Caetana disse não.” (Ibid., p. 104). E persistiu nele.

Caetana é um exemplo de que nem todas escravizadas queriam casar-se e constituir família, e mais, que cada uma lutou para ter a vida que julgava ser melhor, que estava em seus planos ter. Independente de sua condição a escravizada tinha projetos de vida e cada uma a seu jeito buscou transformá-los em realidade, às vezes com ajuda, outras precisando lutar sozinhas, não importa, elas lutaram e mesmo enfrentando o carma de dupla minoria, por serem mulheres e por estarem escravizadas, muitas alcançaram seus objetivos. Sua história também é prova de que mesmo diante de situações extremas, não era costume da Igreja Católica conceder divórcios ou anular casamentos de escravizados.

A escolha do marido, como também da esposa, nem era unicamente do escravizado e nem sempre era uma imposição do senhor, geralmente os escravizados faziam suas escolhas que precisavam ser aprovadas pelo senhor, como também era possível que o senhor recomendasse alguns casamentos e influenciasse nas uniões. No caso das escravizadas,

sempre que possível, a escolha do marido podia ser influenciada por alguns fatores principalmente para as capturadas na África:

[...] como as mulheres africanas não tinham pais, tios ou outros parentes homens determinando (ou intermediando) suas escolhas nupciais. A mulher africana jovem, recém-chegada no Brasil, rapidamente se daria conta de que “o melhor partido” (aquele que permitiria a ela e a seus futuros filhos enfrentarem melhor as condições incertas da escravidão e conseguirem mais rapidamente favores da casa-grande e recursos que pudessem levar eventualmente até a alforria de algum familiar) não seria o “malungo” bonito da mesma idade, mas o homem com mais experiência do Brasil: o cativo “ladino”, com os laços de amizade e dependência já formados, talvez com ocupação diferenciada, em todo o caso com algum pecúlio e com “poder de poupança” maior [...]. (SLENES, 1999, p. 82).

Apesar de todo um panorama não favorável estudiosos da família, trabalhando com fontes paroquiais afirmam que o matrimônio cristão foi bastante difundido na sociedade colonial, mas do que se pensa e se tem escrito sobre o assunto, e que essa tendência se refletiu também entre os escravizados “[...] Mesmo em Minas Gerais, capitania cujos índices de legitimidade eram baixíssimos até para a população livre, no século XVIII, foi possível registrar a ocorrência de casamentos envolvendo escravos e forras [...]” (VAINFAS, 1997, p. 236). O casamento entre os escravizados só encontrou defesa que garantisse proteção à família já muito próximo da abolição.

Na sociedade colonial, aliás, na sociedade escravista, sempre reinou um velho e de extremo mau gosto ditado: “*branca pra casar, mulata pra foder, negra pra trabalhar*” (Ibid., p. 240). Tudo isso fazia parte de um racismo externado nas ações e nas conversações, de um povo que acreditava, por cultura ou por conveniência, que as negras assim como as nativas eram mulheres sem honra e por isso passíveis de fornicção e tantos outros abusos, sem que resultasse disso algum pecado ou culpa.

[...] ao padrão pluriéctico da sexualidade colonial, fiel às hierarquias, não faltaram também a humilhação das mulheres, os estigmas raciais de todo o tipo, a obsessão pela descendência sem nódoa no sangue, vulgarizada no dia a dia por meio de palavrões. Não faltou enfim, a violência física, combinada à exploração da miséria, traços essenciais do colonialismo escravocrata e das práticas de poder do Antigo Regime. (Ibid., p. 241-242).

As representações da vida íntima na senzala constantemente são marcadas por cenas de promiscuidade sexual, uniões conjugais instáveis, filhos crescendo sem a presença paterna ou sem saber quem é o mesmo. Outros como Kenneth Stamp (1958) citado por Robert Slenes considera os escravizados vítimas culturalmente sem raízes, o cativo como lugar onde falta sentimentos profundos e duradouros, onde reina a promiscuidade sexual entre

homens e mulheres. Para nós, apesar de três séculos de injustiça, a escravidão não destruiu a família negra, não anulou a natureza de um povo; eles tinham normas familiares próprias, que estavam em seu ser, que as gerações se encarregaram de perpetuar e que se efetivaram no seio dessas famílias tão ameaçadas, mas que eram famílias como quaisquer outras.

No referente à falta de afeto profunda e duradoura cremos que a existência de casamentos de 10 anos, bastante comuns entre os escravizados era uma boa prova de que tal informação não procede, infelizmente eram difíceis casamentos com períodos de vinte ou trinta anos de convivência conjugal afinal as altas taxas de mortalidade e as baixas expectativas de vida, da época e do contexto da escravidão, não permitiam que acontecessem com muita frequência, e mesmo assim esses existiram.

[...] Por exemplo, em 1850, Ana, “filha de José e Justa” e escrava de Felipe Antônio Franco, se casa com Diogo. Vinte e dois anos mais tarde, segundo a lista de matrícula do mesmo senhor, ela continua casada com Diogo e é listada com a mesma filiação. (SLENES, 1999, p. 95).

Podemos constatar que o casamento religioso fazia sim parte do cotidiano das escravizadas, como já dito cheio de ressalvas em relação à liberdade e aos direitos de casados que os escravizados poderiam ter, mas mesmo assim existiram e não foram poucos. As famílias compostas por escravizados foi uma realidade cotidiana e geraram frutos, num ambiente adverso e hostil, demonstrando toda a sua força e direito supremo de existir.

Os casamentos entre escravizados e forras ocorreram, e também aconteceram casamentos entre brancos e escravizadas, embora totalmente proibidos socialmente, sempre houveram aqueles que desafiaram as leis e os costumes vigentes em nome de algo maior.

Mulatas e negras, simplesmente mulheres, dotadas de virtudes e encantos conquistaram corações e encorajaram seus apaixonados a fazer o que era certo, desafiaram a ordem vigente, ignoraram os preceitos sociais e viveram suas vidas tomando a força o direito natural de todo ser humano que lhes fora roubado, a liberdade, a felicidade e a vida a dois, independente de raça ou posição social.

Tão certo como dois e dois são quatro, situações como essas se repetiram entre mulheres livres brancas e escravizados, todavia para as mulheres era sempre um desafio muito maior enfrentar a sociedade e romper de tal forma com esta e com a família, uma vez que a fuga para um lugar distante era o caminho mais seguro para iniciar uma vida nova com mais tranquilidade para quem ousasse contrariar de tal forma as normas sociais vigentes.

Independente de tudo que foi conquistado pelos escravizados em relação a possuírem família, a nossa palavra final a esse respeito se confunde com as palavras de Joaquim Nabuco, a escravidão foi um atentado as famílias:

[...] a escravidão ataca-a porque não a permite, porque a relaxa, porque a dissolve: ataca a família na dignidade da mãe porque a açoita, a na honra da mãe por que a viola, no amor da mãe porque apaga-o, na vida da mãe porque a rouba, ataca a família do pai que não reconhece, no filho, que faz na infância já o domínio de um senhor, porque o furta, porque o separa, porque a desonram: ataca, enfim a família na família toda [...]. (NABUCO, 2010, p. 13).

Mas, apesar de todas as investidas sobre a família houve mulheres fortes o bastante para contrariar o sistema e unir o que a sociedade tendia a roubar e separar, a luta pela liberdade foi mais uma forte marca da vida dessas mulheres. Algumas receberam a alforria “gratuitamente”, graças à “bondade” do senhor, na teoria os senhores agiam assim quando tinham grande apreço e gratidão pela lealdade recebida. Outras pagaram pela sua liberdade e assim a conquistaram quer de forma definitiva, quer de forma condicionada, ou seja, pagavam uma quantia e ainda tinha que cumprir algumas condições estabelecidas, é o caso de Gertrudes Maria, década de 1820, ela “[...] adquiriu sua carta de alforria condicionada - apesar de ter realizado o pagamento de 100mil réis pelo título, só estaria totalmente forra após a morte do senhor e da senhora [...]” (ROCHA, 2009, p.265). Essa era a mais freqüente das exigências entre as liberdades condicionadas. Esse tipo de liberdade, a condicionada, parece ser uma estratégia para arrancar simultaneamente serviços e dinheiro dos escravizados.

Um bom exemplo de luta pela liberdade é o da escravizada Juliana, o qual também nos é apresentado por Solange Rocha. Juliana nasceu de ventre escravizado, portanto escravizada também, filha da mulata Luiza, foi batizada em 19 de julho de 1835. Ela, sua mãe e uma irmã chamada Margarida pertenciam a Antônio Soares de Pinho. Após a morte de seu senhor, Juliana já adulta, passou a pertencer a Ana Tertula Pinho, que a herdou do pai, sua irmã ficou com outro filho herdeiro, mas já casada conseguiu sua alforria e sua mãe foi entregue a outro herdeiro, Joaquim Soares de Pinho.

Juliana teve uma filha, Maria, escravizada como ela, Maria foi batizada dia 19 de fevereiro de 1855, dois anos depois, em 1877, Juliana volta a Igreja para batizar mais um filho, Cassiano, que é declarado livre. Em 20 de julho de 1858, um ano depois, com cerca de 23 anos, Juliana compareceu ao cartório para solicitar ao tabelião o lançamento em notas de sua carta de alforria.

Certamente, Juliana já vinha se preparando para tal situação, pois comprou a sua alforria pelo valor de mercado - um conto de réis. Pagou uma quantia significativamente alta na década de 1850 para pessoas pobres e, principalmente, para uma mulher escrava que enfrentava vários limites - o de locomoção, por exemplo - estabelecidos pelo sistema, mas que puderam, muitas vezes, ser superados, (ROCHA, 2009, p. 264).

Aos 23 anos Juliana era livre e mãe de duas crianças, um menino livre e uma menina escravizada, sua mãe também compartilhava a mesma condição de sua filha. Condições essas que logo mudariam, em 1861, a mãe de Juliana conseguiu a sua carta de alforria, valia então 700 mil réis, mas negociou com seu senhor e pagou apenas 50% do valor, sendo o restante dispensado pelos bons serviços prestados. Faltava Maria ser alforriada, o que aconteceu no ano seguinte, 1863. Apesar de todas as adversidades Juliana mudou o rumo da sua história e de seus familiares, conquistando não só uma, mas várias alforrias.

Enfim, Juliana era uma mulher solteira que teve êxito na compra de sua liberdade. Deve ter conseguido economizar fazendo serviços extras ou, talvez tenha contado com o apoio de alguém, como seu companheiro ou de parentes espirituais, a exemplo do compadre João Moura (vigário), dono de cerca de sete escravos. Compete, ainda, destacar que Juliana viveu num período em que se intensificou o tráfico interprovincial e os preços dos escravos atingiram o maior valor. Mesmo assim, ela conseguiu superar as dificuldades materiais e comprar a sua carta de alforria; obteve também a de sua filha, Maria, mediante compra. Sobre o menino Cassiano não há dados acerca de sua liberdade, mas ao ser batizado tornou-se forro [...]. (ROCHA, 2009, p. 281-282).

Podemos supor que Juliana também ajudou na compra da alforria da mãe, e no caso de seu filho foi mais uma criança que chamamos forra na pia, acontecia sobre tudo quando dono e pai ou padrinho era a mesma pessoa, ou quando o mesmo tinha condições para comprar a alforria do afilhado, afinal não poderia haver presente melhor para a ocasião.

O caso de Juliana é admirável pela perseverança e sucesso na luta pela sua liberdade, e de sua família como um todo, enfim família unida, mas ela nem foi regra nem foi exceção, como convém a um tema bastante controverso como a escravidão.

Houve famílias de escravos que permaneceram unidas. Houve aquelas em que mulheres cativas tiveram uma atuação fundamental para manter seus filhos junto a si. Houve as que o cativo investiu enormes esforços para a compra da liberdade de seus membros, sobretudo crianças/filho (a)s, mesmo à custa de outros membros permanecerem no cativeiro [...]. (Ibid., p. 20).

O tipo de exploração colonial empreendido no Brasil requeria mão-de-obra masculina e em idade produtiva, sendo assim o número de escravizados era bem maior do que o número de escravizadas. “É preciso lembrar que a reposição deste tipo de mão-de-obra foi garantida

mais pelo tráfico de escravos que perdurou até por volta de 1854 e menos pela reprodução natural, apesar da lei estabelecer que o filho herdava sempre a condição da mãe. Ou seja: filho de escrava era ‘naturalmente’ escravo”. (MOTT, 1991, p. 19).

A reprodução natural passou a ser vista com outros olhos a partir do fim do tráfico internacional de escravos. Segundo Mott há informações de fazendas voltadas para a reprodução de escravizados. Após 30 anos do fim do tráfico (1884) a proporção entre homens e mulheres era a mesma.

Mulheres de força, de fibra e de coragem, poucos foram os trabalhos que elas não realizaram, já habituadas com o trabalho agrícola na África, aqui ficaram com atividades consideradas mais leves. “[...] Usavam foice e enxada como os homens, mas, os desmatamentos, onde empregava-se machado, eram feitos pelos homens assim como o corte da cana, quando então as mulheres faziam os feixes. A dita habilidade manual feminina fazia com que as escravas fossem preferidas na colheita de café.” (MOTT, 1991, p. 20). Não era por acaso que nos engenhos eram elas que faziam uma das atividades mais perigosas: colocar a cana-de-açúcar para moer e retirar os bagaços, “[...] devido ao longo tempo de serviço, as escravizadas podiam cair no sono e ter as mãos presas e decepadas”. (MOTT, loc. cit.).

Em fazendas menores elas faziam toda espécie de serviço juntamente com os homens, pois os senhores não tinham condições de fazer separações e restrições de trabalho, até mesmo as escravizadas mais velhas tinham suas ocupações como cuidar do galinheiro e escolher café. A jornada de trabalho era de 12 a 15 horas, e para aquelas que eram casadas, ainda tinha o cuidado com o marido e filhos ao fim desta jornada. As escravizadas faziam também o papel de enfermeiras, na verdade muitas vezes eram as médicas da senzala, além de todos os trabalhos referente à enfermaria, elas eram encarregadas dos partos e do tratamento dos escravos doentes e acidentados.

Essas mulheres marcaram presença e deram sua contribuição nos mais variados setores produtivos desse país colonial, como por exemplo, nas Minas Gerais do século XVIII, na época o centro econômico do Brasil, para as minas de ouro e posteriormente de diamantes não só foram atraídos aventureiros, aqui os escravizados também foram os responsáveis pela extração de uma incontável fortuna destinada a seus senhores, e como sempre e em todo lugar, compunham o grupo mais desfavorecido. Nesse cenário deveras hostil, as escravizadas também se fizeram presentes e atuantes, em sua grande maioria escravizadas de ganho, elas contribuíram muito para a diversificação da alimentação local, que como sabemos era bastante crítica.

[...] elas estiveram presentes na área de mineração, apesar da proibição inicial da sua entrada nas minas. Foram, nos primeiros tempos, como escravas domésticas e para servir a administração. Acabaram trabalhando nos garimpos, carregando gamelas com cascalho, batendo ouro e principalmente fazendo o pequeno comércio de gêneros alimentícios e de comidas prontas. [...]. (MOTT, 1991, p. 25).

A autora inclusive cita Mario Maestre, segundo o qual teria sido uma africana, chamada Jacinta da Siqueira, a responsável pela descoberta da zona aurífera de Quatro Vintém, localizada no Serro Frio.

A prostituição das escravizadas também se fez presente nos garimpos, algumas assim faziam por opção, precisavam juntar dinheiro para comprar sua alforria ou de um ente querido, outras eram obrigadas pelos seus senhores.

As possibilidades de alforria das escravas nas minas era muito grande seja através do garimpo, seja pelo desempenho do pequeno comércio de abastecimento e pela prostituição. Alforriadas, muitas delas estabeleceram vendas, importante local de encontro de quilombolas e negros fugidos. (MOTT, 1991, p. 26).

Próximo a região das minas também existiram Quilombos e, portanto fugas, e nesse contexto também encontramos as figuras femininas, embora que em menor quantidade que os homens.

[...] Existem mulheres no quilombo, mesmo crianças, mas a vida se vê afetada por serem as mulheres numericamente inferiores. As mulheres, além de serem levadas em um numero muito menor para as Minas Gerais, são também mais facilmente alforriadas. Fala-se incomparavelmente mais de negros recapturados do que de escravas. (SCARANO, 1994, p.123).

Falando em quilombo, gostaríamos de partir para a parte final desse capítulo falando da resistência manifestada em suas várias formas pela mulher escravizada. Que a propósito sempre resistiu. Elas lutaram pela sua liberdade desde a África, mesmo assim muitas foram capturadas, e seguiram resistindo, ajudando aos homens nos motins dos navios, aonde chegavam até ao suicídio, como por exemplo “ [...] o suicídio de 14 escravas, que em 1774 estavam sendo transportadas no navio negreiro Soleil.” (MOTT, op. cit., p. 29).

Chegando aqui a resistência continuou de várias formas: amenizando o sofrimento cotidiano, obtendo benefícios, buscando brechas e saídas no sistema, ou indo ao extremo negando-se as negociações, matando ou morrendo. Como também de formas mais sutis, não realizando bem tarefas, principalmente quando eram acumuladas, agindo de forma desastrada, sabotando o trabalho, quebrando as coisas da casa, desperdiçando a colheita, deixando ir os animais e seus frutos como leite, ovos... Elas também simulavam doenças: “[...] algumas

escravas tomavam chá de raiz de café que provocava inchaço no corpo todo, o que fazia que fossem dispensadas do serviço até que o inchaço desaparecesse.” (MOTT, 1991, p. 30).

Seja na casa, no comércio ou na lavoura essas atitudes traziam prejuízo e sofrimentos aos senhores e senhoras. As mães também tinham suas formas de resistir, próprias da situação da maternidade como veremos no capítulo seguinte. Mas elas sofriam represarias por conta dessas atitudes, não apenas em forma de violência física e outros sofrimentos, mas também tal forma de resistência resultou em muitos rótulos e adjetivos pejorativos, alguns desses perduram até hoje, como por exemplo, que as mulheres negras não gostam de limpeza. Ou simplesmente poderiam ser vendidas, quando não alforriadas, a autora cita um exemplo apresentado por Kátia Mattoso:

[...] Kátia Mattoso refere-se ao desespero do vigário de Jacuípe que, em 1762, deu a carta de alforria a sua escrava Josefa Antonia, contanto que ela saísse de casa e nunca mais aparecesse, nem pusesse os pés na sua porta, pois tinha mau caráter e tratava mal as pessoas da casa! [...]. (MOTT, 1991, p. 30).

Num universo tão absurdo como o da escravidão muitas coisas podiam ter duas faces. Assim a sedução do senhor foi mais uma forma de resistência, se por um lado a escravizada foi abusada sexualmente por seu senhor e sinhozinhos, e quem sabe até por mais pessoas, por outro lado essa sedução também foi usada como manifestação de rebeldia, uma forma encontrada para reverter, em termos, o comando da situação e tirar vantagens disso. “A sedução do senhor teria sido utilizada na luta particular entre a senhora e a escrava, assim como para obter alguns benefícios imediatos: melhor alimentação, vestimenta, dinheiro, favores para os filhos e até mesmo a alforria.” (Ibid., p. 31). Que atire a primeira pedra quem passou pela mesma situação, na mesma época e fez diferente, obtendo os mesmo resultados!

O suicídio foi forma radical e triste empreendidas pelas escravizadas, os homens também faziam o mesmo, para resistirem e se livrarem da opressão vivida. Acreditavam que depois de mortas voltariam para a África. Havia até pacto de morte baseados na esperança do encontro futuro. É possível também que os suicídios tenham sido usados como desculpa para assassinatos de escravizados, pois eles não eram investigados com maior atenção, podendo muito bem camuflar crimes bárbaros.

A escrava quando decidida a morrer usava de todos os meios para colocar fim a própria vida: envenenamento, afogamento, asfixia, estrangulamento, etc. Pulquéria, escrava de dona Leocrácia, foi presa no paiol de onde tentou fugir. Não conseguindo, e temendo ser castigada, cortou a própria garganta com uma faca. Isto ocorreu em São Mateus, no Espírito Santo, em 1885. (MOTT, loc. cit.)

Há quem pense que quanto mais próximo ao fim da escravidão no Brasil, mas amena ela foi, pode até ter acontecido em alguns lugares, mas não foi regra geral, o caso do suicídio de Pulquéria retrata isso, seu desespero e morte ocorreram apenas três anos antes da Lei Áurea.

As fugas foi outra forma de resistência também empreendida pelas escravizadas, assim elas não só buscavam a liberdade como ainda lesavam o senhor com o prejuízo da sua perca, com as despesas com capitão do mato, recompensa, anúncios em jornais, e se pega com os gastos com carceragem, com tudo isso a desorganização no trabalho era inevitável, e muitos outros gastos eram possíveis. Elas fugiam quase sempre com seus companheiros e familiares, e vale salientar que a recompensa pela captura de uma mulher era menor que a pela captura de um homem.

As escravas, assim como os escravos, fugiam sós, acompanhadas ou em grupos. Alguns tentaram voltar à África como, por exemplo, aquele grupo de escravos de ambos o sexos, citado por Alípio Goulart, que apoderou-se de um barco e levantou velas. O barco, porém, encalhou numa praia nas imediações da Bahia e foram recapturados dez homens e seis mulheres, uma delas grávida à beira de dar a luz. (MOTT, 1991, p. 32).

O assassinato de senhores e senhoras de escravos, de feitores e seus familiares também aconteciam como forma de resistência. Se descobertas a pena para esse crime era a pena de morte. “Os meios usados pelas escravas para matar eram variados, como por exemplo, instrumentos de trabalho – faca, mão de pilão, golpes de machado, etc. – e venenos. As práticas mágicas foram usadas pelas escravas para causar dano à propriedade senhorial ou mesmo a sua morte.” (Ibid., p. 34). A motivação apontada para os crimes eram: os castigos cruéis e as ameaças, às vezes famílias inteiras se uniam para cometê-los. “A promessa de alforria por parte dos senhores, após sua morte, fazia com que muitas escravas acabassem por matá-los a fim de acelerar este processo.” (Ibid., p. 35).

Algumas escravizadas foram levadas aos cárceres da Inquisição em Lisboa, para interrogatório, tamanho era o temor que em alguns provocavam, é importante lembrar que muitos dos crimes atribuídos a elas eram sem provas e com confissões obtidas através de tortura.

Ainda é possível entender a própria alforria como uma forma de resistência, a possibilidade de obtê-la era estabelecida por lei, e como já mencionado neste capítulo a luta de muitas mulheres para obter sua alforria e a de membros da sua família foi marcante e bem sucedida em muitos casos.

Foram vários os momentos de resistência que contaram com a presença das mulheres: nos quilombos, nas insurreições, nas revoltas em geral. Mas por que não encontramos isso amplamente difundido nos registros históricos? Em muitos casos a presença feminina foi apagada pelo uso do termo masculino para designar tanto aos homens quanto às mulheres, como também o machismo dominante nos registros históricos e na historiografia oficial.

Mulheres dignas de toda admiração, tão escondidas na história, tão pouco ou nada reconhecidas, mas capazes de liderar um quilombo, é isso mesmo, elas resistiram e lideraram, isso é motivo de orgulho e prova da força e fortaleza dessas mulheres. Um bom exemplo é o quilombo Quariterê situado no Mato Grosso.

[...] liderado pela rainha Tereza, vivia não apenas de suas lavouras, mas da produção de algodão que servia para vestir os negros e, segundo alguns autores, até mesmo para funcionar como produto de troca com a região. Possuía ainda duas tendas de ferreiro para transformar os ferros utilizados contra os negros em instrumentos de trabalho. (PINSKY, 1998, p.57).

Ou seja, era um quilombo extremamente organizado e sobreviveu até 1770. A rainha Teresa o liderou por duas décadas durante o século XVIII, tinha um parlamento, um conselheiro da rainha e um sistema de defesa organizado. “Temendo deserções, que inevitavelmente desaguariam em traições, punia com força ou agressões físicas aqueles que tentavam abandonar Quariterê. Pessoalmente Teresa era vaidosa e se fez assistir por um bom número de negras e índias.” (MOTT, 1991, p. 46). Tinha uma cultura bem desenvolvida: produzia algodão e vários gêneros alimentícios. Possuíam teares com os quais fabricavam tecidos embora grosseiros. Os tecidos e os excedentes de alimentos eram vendidos fora do quilombo. Contavam ainda com duas tendas de ferreiro.

Em 1770 moradores e mineiros que já não aguentavam mais perder escravizados para Quariterê, organizaram então uma expedição que aprisionou 44 dos 79 quilombolas, matou o conselheiro e prendeu a rainha Teresa, sentindo-se “[...] perdida, Teresa ingeriu ervas venenosas e talvez pela ação do veneno Teresa tenha morrido enfurecida ao ser conduzida para Vila Bela, presa.” (Ibid., p. 47).

Na cabeceira do rio Itapuru, Amazônia, que desemboca no Tocantins, temos notícia de outro quilombo chefiado por uma mulher, ela se chamava Felipa Maria Aranha. Seu quilombo chegou a possuir mais de 300 pessoas, ela era chamada de *principal*a pela sua valentia. Ao que indica seu quilombo prevaleceu até o fim da escravidão.

Temos notícia também de uma mulher chamada Zeferina, morava na Bahia, fazia parte do quilombo do Urubu que em 1826 se revoltou contra os brancos no que ficou conhecido

como revolta do quilombo do Urubu, com o grito de guerra: morte aos brancos! Os quilombolas foram chefiados por Zeferina neste levante. Lutaram com armas brancas e de fogo, foram combatidos por homens com armas de fogo e cavalos, só duas pessoas foram presas, um homem e uma mulher, e essa mulher era Zeferina. O fim sem êxito não tira de Zeferina os méritos dos seus atos, a desigualdade de força e armamento com certeza foi determinante para o insucesso do levante, uma vez que a capacidade humana e intelectual dos quilombolas e de Zeferina é incontestável:

Segundo o depoimento do comandante das tropas, Zeferina enfrentou os soldados armados com arco e flechas. Durante a luta comportou-se como verdadeiro líder, animando os guerreiros e insistindo para não dispersarem, não desistirem. Ela foi a última a desistir, sendo presa por vários soldados. A maior autoridade da Bahia na época, o presidente da província, referiu-se a ela como rainha. (MOTT, 1991, p. 49).

Há indícios de que entre a elite de Palmares encontrava-se uma mulher, Aqualtune, mãe de Ganga Zumba e avó de Zumbi. Filha do Rei do Congo, e portanto princesa, foi vendida como escravizada para o Brasil, isso ocorreu quando os Javas invadiram o Congo, ela foi para a frente de batalha defender seu reino, e mais, comandando um exército de 10 mil guerreiros, infelizmente foi derrotada, assim foi escravizada e colocada em um navio negreiro que a trouxe para Recife.

Engravida, foi vendida para um engenho em Porto Calvo, onde pela primeira vez teve notícias de Palmares. Começa então ao lado de Ganga Zumba, a organização de um Estado negro, que abrangia povoados distintos confederados sob a direção de um chefe. (Ibid., p.45).

Maria Lúcia Mott ainda relata que em Minas Gerais, na primeira metade do século XIX, existiu um quilombo nos arredores de Passanha que também foi chefiado por uma mulher, sem dar mais detalhes sobre esse caso.

Bem, esses são exemplos da capacidade, força e coragem das mulheres escravizadas, cheias de dons, talentos e competência para assumir qualquer posto ou atividade disponível. Em fim, jóias acorrentadas cujas histórias nos revelam exemplos de dores e desventuras, mas também de força e competência magistral, de encantos e belezas estonteantes que foram motivo de perdição para muitos senhores da época, e de punição para as escravizadas. Lutaram com as armas que dispunham e marcaram a história, embora esta seja camuflada, negada ou até rejeitada pela historiografia oficial. Mas nada disso importa, o que as escravizadas foram e fizeram, o valor e a contribuição que deram para este país é algo que ninguém é capaz de roubar-lhes de forma definitiva, e assim aos poucos as “verdades”

escondidas vão sendo reveladas e desvendadas, mesmo que a passos lentos... Isso também não importa, o importante é que vamos em um ritmo contínuo de (re)descobrimto, de (re)conhecimento... Da nossa história e de muitas de nossas heroínas juntamente com seus feitos.

Nossas pérolas negras emergem do mar da negação histórica, rompendo os preconceitos e se apresentando a um mundo que sempre as viram, mas não as conheciam e/ou reconheciam em seu valor humano e histórico, hoje elas não podem mais lutar por uma justiça racial, social e de gênero. Levantemo-nos em sua defesa! E que essa História seja escrita...

2- A MÃE: QUANDO TUDO AO REDOR CONSPIRA CONTRA...

“Mas sentes que se há diamante inalterável é o coração materno, que brilha quanto mais espessa é a treva. Rainha ou escrava, a mãe é sempre mãe.”

José de Alencar¹

Gravidez, momento único e sublime na vida de toda mulher. Tanto cuidado, amor e zelo dispensado para a nova vida que se prepara para nascer. Não é preciso aqui enumerar os cuidados necessários para com uma grávida e sua gestação, nem tão pouco o cotidiano vivenciado por uma escravizada, portanto não é preciso ser especialista para vislumbrar quão delicada era uma gravidez para uma escravizada.

O que era ser mãe e conviver com o fantasma da separação? Até quando o filho estaria ao seu lado e em que condições? Como imaginar a dor que invadia a alma dessas mulheres a ponto de preferirem o aborto a colocar mais um ser escravizado no mundo? Como era gestar e dar a luz a um filho dentro de uma senzala? Como se vivenciavam laços tão sublimes dentro de um ambiente extremamente hostil? Talvez essa vivência da maternidade em circunstâncias tão cruéis fosse o maior desafio e preocupação na vida de uma escravizada. Quais os direitos que lhes eram negados? Educar, acompanhar, exemplar, cuidar, isso era permitido a uma escravizada? Essas são algumas questões que vamos pensar no decorrer desse capítulo.

Apesar de estarmos falando de mulheres grávidas, não pensemos que isso lhes dava algum desconto na lida diária, no cumprimento dos castigos ou numa melhor atenção na alimentação. Elas eram tratadas como um escravizado qualquer e os maus tratos sofridos sempre geraram muitas mortes, alguns autores dispensaram algumas linhas em suas obras para tratar disso, um exemplo é Senin, “[...] as causas são a má alimentação, o excesso de trabalho imposto inclusive às mulheres grávidas e as enfermidades não cuidadas das crianças negras [...]” (SENIN, 1971, p.66).

¹ ALENCAR, José de. **Mãe**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1859, p.2.

O que Senin nos apresenta é uma amostra de que as mulheres grávidas não tinham nenhum privilégio de seus senhores, apesar de um estado tão delicado e que necessitava de certos cuidados, as grávidas eram mal alimentadas podendo então perecer tanto ela e como o bebê de vários males “[...] não encontramos menção a comidas especiais para mulheres grávidas ou para parturientes. A gravidez e o parto não eram considerados doença ou encarados como coisa digna de um reforço alimentar.” (SCARANO, 1994, p. 67). Sem falar nas mães que viam seus filhos adoecerem e não serem cuidados, tantas vezes definhando até a morte.

No que diz respeito à alimentação, a comida dos escravizados era geralmente: feijão, angu, farinha de mandioca, às vezes um pedaço de carne seca ou charque, abóbora, inhame e outras raízes. E, em algumas propriedades ainda recebiam toucinho e frutas como: laranja, banana, mamão e goiaba. Rapadura, café ou cachaça nos dias frios complementava a alimentação oferecida. No entanto havia senhores que alimentavam seus escravos apenas com feijão e farinha, e só uma vez ao dia, quando o costume era a alimentação entre duas e quatro vezes ao dia. Essa alimentação era igual para todos. Pensemos então como era levar uma gravidez onde além do trabalho forçado e sem nenhuma regalia a escravizada ainda tinha por alimentação apenas o que foi exposto. Imaginemos então a vida dessas futuras mães se alimentando apenas de feijão e uma vez ao dia... É algo realmente incrível de conceber, parece impossível conseguir levar uma gestação até o fim em circunstâncias como essas.

Mulheres guerreiras, lutadoras, determinadas e que jamais descansavam. A luta de uma mãe escravizada não terminava com sua alforria, após alforriadas elas trabalhavam incessantemente, até faziam dívidas para libertar seus filhos ainda escravizados, como foi o caso da “[...] preta livre Maria do Bonfim, [que] usa suas economias e pede o empréstimo de uma grande soma de dinheiro com o objetivo de conseguir a alforria da filha felicidade”. (CHALHOUB, 1990, p. 159).

Não tenhamos dúvida que o maior sofrimento para essas mães era conviver com a ameaça constante de verem seus filhos serem arrancados do seu convívio, já tocamos nesse assunto no capítulo anterior, mas agora é o lado mãe a ser enfatizado. Houve um tempo em que foi interdita a separação entre marido e mulher e filhos em idade inferior a quinze anos; até onde essa regra foi abrangente ou rara é algo questionável, o comprovado é que: “Vendiam-se os escravos sem atenção aos laços familiares: pais e filhos, marido e mulher eram separados ao sabor das circunstâncias”. (COSTA, 1998, p.94). E assim se solidificava cada dia mais os cotidianos encontros com as supliciadas mães que viam seus filhos serem vendidos a outros senhores.

Essa questão também é reforçada por Pinski, (1998, p. 32): “[...] Pais e filhos eram separados sem menor problema por compradores que não tinham, eventualmente, interesse na família inteira [...]”

Mas é preciso saber que em determinadas épocas e lugares, além de é certo contar com a benevolência e algum escrúpulo por parte dos senhores, foram registradas práticas de conservação dos laços familiares, pelo menos entre pais e filhos menores de 15 anos, é o que nos apresenta Hebe Castro (1997, p. 345): “A prática de respeitar os grupos familiares nas partilhas e vendas de cativos pode ser registrada com alguma frequência, mesmo antes que se transforma-se em imposição legal, em 1869 [...]”

Contudo acreditamos que isso foi exceção, as separações eram muito comuns e a degradação humana e o esfacelamento das emoções levavam mães e filhos a beira da loucura. Um bom exemplo disso é a história de Joana, à qual passamos a apresentar a partir de agora. Conhecemos Joana através do texto: A escrava, de Maria Firmina dos Reis, a autora nos conta uma história ocorrida em pleno século XIX, o lugar e ano não são revelados, segundo a autora: num fim da tarde do mês de agosto uma senhora estava no jardim de sua casa, quando de repente ouviu gritos acompanhados de soluços angustiados, em seguida uma mulher passa correndo em sua frente, completamente desatinada. “Ela espavorida, e trêmula, deu volta em torno de uma grande mouta, e se colocando no chão nela se ocultou.” (REIS, 2009, p.41). Sensibilizada com a situação daquela mulher aparentemente desesperada a senhora já se preparava para ir a sua procura, quando um homem apareceu, gritando e praguejando, ficou claro que procurava a pobre mulher. Ele parou e perguntou:

Não viu, minha senhora, interrogou com acento, cuja dureza procurava reprimir, _ não viu por aqui passar uma negra, que me fugiu das mãos ainda há pouco? Uma negra que se finge douda... Tenho as calças rotas de correr atrás dela por estas brenhas. Já não tenho fôlego. (Ibid., p. 42).

Compreendendo tudo o que se passava e querendo ajudar a pobre mulher, a senhora mentiu, falou que a tinha visto sim, mas deu a direção errada a qual a mulher supostamente tinha tomado. Praguejando da mesma forma que chegou, falou que a mesma tinha fugido do tronco e foi embora, todavia na direção oposta a que estava a mulher. Assim que ele se cobriu no caminho a senhora se dirigiu até a moita onde se escondeu a mulher, porém antes de chegar lá tomou um grande susto: outro homem apareceu ofegante, trêmulo e desvairado, seu corpo coberto por cicatrizes recentes, de feição franca e agradável, mas muito angustiado,

coberto de suor e demonstrando muito cansaço. Olharam-se durante algum tempo e travaram o seguinte diálogo:

_ Quem és filho? O que procuras?

_ Ah! Minha senhora, exclamou erguendo os olhos para o céu, eu procuro minha mãe, que correu nesta direção, fugindo ao cruel feitor, que a perseguia. Eu também agora sou um fugitivo: porque há uma hora deixei o serviço para procurar minha pobre mãe, que além de douda está quase a morrer. Não sei se ele a encontrou; e o que será dela. Ah! Minha mãe! É preciso que eu corra, a ver se acho antes que o feitor a encontre. Aquele homem é um tigre, minha senhora, _ é uma fera. (REIS, 2009, p.45),

Colocando um fim na angustia do rapaz, a senhora enfim revela que a mulher a quem ele procura está salva do feitor, que seguiu em outra direção, informado erradamente de propósito por ela. Tomado de alegria o homem quis saber onde estava sua mãe, prontamente ela apontou para o lugar onde esta havia se refugiado e ele correu ao seu encontro.

_ Minha mãe, sem receio de ser ouvido, exclamou o filho: minha mãe!...

Com efeito, ali com a fronte reclinada sobre um tronco decepado; e o corpo distendido no chão, dormia um sono agitado a infeliz foragida.

_ Minha mãe, gritou-lhe ao ouvido curvando os joelhos em terra, tomando-a nos seus braços. Minha mãe... sou Gabriel...

A esta exclamação de pungente angústia, a mísera pareceu despertar.

Olhou-o fixamente, mas não articulou nenhum som.

_ Ah! Redargüiu Gabriel, ah! Minha senhora! Minha mãe morre! (Ibid., p. 46).

Sua mãe estava sofrendo um ataque espasmódico, a senhora o acalmou dizendo que ela não morreria, precisava apenas de cuidados. Nesse momento os empregados da fazenda chegaram, pegaram a mulher e levaram para casa onde seu estado foi estabilizado e ela recebeu os cuidados necessários. Gabriel, mas tranquilo quanto à saúde da mãe, agora se preocupava em serem encontrados pelo feitor, visto que não moravam longe dali. Recobrando a consciência e tendo seu filho do lado, Joana murmurou dois nomes: “Carlos... Urbano...”. De quem ela está falando? Questionou a boa senhora a Gabriel; junto com a resposta veio mais uma página triste, a pior da vida Joana. “_ É douda, minha senhora; fala de meus irmãos Carlos e Urbano, crianças de oito anos, que meu senhor vendeu para o Rio de Janeiro. Desde esse dia ela endoudeceu.” (Ibid., p.48). Assim que recobrou a força e a razão Joana quis saber do feitor, e foi logo tranquilizada, a senhora afirmou que ela e seu filho estavam, seguros e ninguém os tiraria dali. Muito feliz e aliviada Joana começa a relatar suas dores:

_ Não sabe, minha senhora, eu morro, sem ver mais meus filhos! Meu senhor os vendeu... eram tão pequenos... eram gêmeos. Carlos e Urbano...

Tenho a vista tão fraca... é a morte que chega. Não tenho pena de morrer, tenho pena de deixar meus filhos... Meus pobres filhos!... Aqueles que me arrancaram destes braços... este que também é escravo!... (REIS, 2009, p. 49).

A essa altura soluçavam mãe e filho, já perdendo as forças e sentindo que a morte chegava pediu: “_ Ah! Minha senhora, começou de novo, mas reanimada_ apadrinhe Gabriel, meu filho, ou esconda-o no fundo da terra; _ Olhe se ele for preso, morrerá debaixo do açoite, como tantos, que meu senhor tem feito expirar debaixo do azorrague! Meu filho acabará assim.” (Ibid., p. 52). Seu pedido foi aceito e lhe foi assegurado que seu filho estava protegido e que em hipótese alguma Gabriel voltaria às mãos do seu antigo dono. Mais uma vez os pensamentos de Joana se voltam para os seus filhos roubados, ela relembra o pior momento de sua vida, o momento da separação:

A hora permitida ao descanso, concheguei a mim meus pobres filhos, extenuados de cansaço, que logo adormeceram. Ouvi ao longe rumor, como de homens que conversavam. Alonguei os ouvidos; as vozes se aproximavam. Em breve reconheci a voz do senhor. Senti palpitar desordenadamente meu coração; lembrei-me do traficante... Corri para meus filhos, que dormiam, apertei-os ao coração. Então senti um zumbido nos ouvidos, fugiu-me a luz dos olhos e creio que perdi os sentidos. Não sei por quanto tempo durou este estado de torpor, acordei aos gritos de meus pobres filhos, que me arrastavam pela saia, chamando-me: mamãe! Mamãe! (Ibid., p. 52-53).

Joana afirma jamais ter conseguido esquecer aquela cena, a dor e o horror que sentiu ao ver o feitor arrastando os seus filhos que a todo custo tentava se agarrar a ela gritando mamãe... Gabriel que tinha se ausentado volta ao quarto e pede que ela pare de reviver lembranças tão dolorosas, mas ela insiste em externar a sua dor, dor que nunca superou, que jamais deixou de sentir, e assim continua seu relato:

_ Por Deus, por Deus, gritei eu, tornando a mim, por Deus, levem-me com meus filhos!
_ Cala-te! Gritou meu feroz senhor. _ cala-te ou te farei calar.
_ Por Deus, tornei eu de joelhos, e tomando as mãos do cruel traficante: _ meus filhos!...meus filhos!
Mas ele dando um mais forte empurrão, e ameaçando-os com o chicote, que empunhava, entregou-os a alguém que os devia levar... (Ibid., p. 53).

Seus meninos foram vendidos para o sul. Após terminar de falar sobre a última vez que viu seus filhos Joana se calou, seu semblante ficou sereno, Gabriel e a senhora se ajoelharam mais perto dela e constataram juntos: ela morreu. Joana morreu lembrando os piores momentos de sua vida, momentos que a levaram a loucura provocada pela dor das dores, a de ter um filho arrancado de seus braços para sempre. Tomada pela dor da separação

ela viveu a partir de então mergulhada em crises nervosas que a tirava da sua cruel realidade, todavia não lhe aliviava a dor. A boa senhora realizou seu último desejo, Gabriel foi libertado antes que Joana fosse enterrada, e a própria Joana foi enterrada livre...

Para quem acha que, pelo fato de ser uma escravizada os laços de mãe em relação ao filho eram fracos, enganam-se, elas eram inseparáveis com suas crias, mães como outras quaisquer apesar das dificuldades que a condição de escravizadas lhes impunha, de sua forma cada mãe encontrava a solução para ter o filho sempre perto, no trabalho e nas horas de descanso.

[...] Levavam, frequentemente consigo, as criancinhas às costas, seguras por meio de um largo pedaço de fazenda, com o qual davam duas ou três voltas ao corpo. A criança ficava com os braços e pernas abertos, escarranchado às costas da mãe, enquanto esta trabalhava. (COSTA, 1998, p. 279).

Maria Lúcia de Barros Mott também dá destaque a esse aspecto, segundo ela:

Quando os filhos eram pequenos demais para acompanhar a mãe na execução destes trabalhos, e não havia nenhuma escrava velha que cuidasse deles na fazenda, eram amarrados às suas costas enquanto continuavam carpindo, semeando, etc. ou ficavam em pequenas choças ou ao relento nas cercanias da área que estava sendo cultivada [...]. (MOTT, 1991, p. 21).

Mas esse laço de amor não se reservava aos recém nascidos, como toda mãe a escravizada amava incondicionalmente seus filhos e por eles estavam dispostas a cometer loucuras, assim aconteceu com a escravizada Justina, cujo um fragmento de sua história vamos conhecer agora. Justina trabalhava na casa grande, tinha três filhos pequenos e todos moravam junto com ela. “[...] Num quarto próximo à cozinha, dormiam Justina e as três crianças: Ambrósio e Bernarda, seus filhos e Lourença, a quem Justina criava como filha, visto que a mãe dela, a escrava Inácia, fora vendida sem a criança [...]” (CASTRO, 1997, p. 347).

Certo dia pela manhã Justina não se apresentou na cozinha na hora de costume para assumir seus afazeres, nem tão pouco as crianças foram vistas ou ouvidas na casa nem em seus arredores, o quarto fechado levantou suspeitas. O que teria se sucedido? O que aconteceu foi mais uma atitude de desespero elevada ao extremo: “Justina cometeu aquele tipo de crime para o qual não se encontra justificativa além da loucura e do desespero. Matou cada um de seus três filhos menores e depois tentou, sem sucesso o suicídio [...]” (Ibid., p. 346).

Justina tentou se matar com um corte na garganta, mas não conseguiu, foi até a casa de João Claudino para pedir que ele a matasse, mas ele se recusou, aconselhou-a a voltar para

casa, mas ela fugiu e ficou no mato por oito dias, quando foi presa. A essa altura o ferimento em sua garganta já estava completamente infeccionado e logo em seguida veio a óbito. Quanto às crianças elas foram mortas afogadas num tanque perto da casa grande. Mas por que Justina teria feito isso? Justina teria ficado sabendo que seria vendida no dia seguinte, e acreditava que as crianças não a acompanhariam, desesperada por saber que ia ter o mesmo destino que sua amiga Inácia preferiu acabar com sua vida e a das crianças a enfrentar a possível separação.

A história de Justina é uma gota de água em um oceano repleto de histórias de dor e separação, de mães com os braços vazios, olhos lacrimejantes e corações esfacelados pela dor da separação imposta. Como todo ser humano, cada mãe escravizada reagia de um jeito, cada uma externava sua dor e o desespero de forma particular, pensar que seria vendida sem as crianças levou Justina ao extremo, tantas outras fizeram o mesmo; tantas outras definharam até a morte após a separação, ou viveram amarguradas e incompletas pelo resto da vida. Quem de nós pode julgar a ação de Justina?

Outra forma de fugir da separação era impedir o nascimento das crianças. O aborto era a forma encontrada para evitar o nascimento de um filho escravizado. A forma utilizada para abortar era a utilização de raízes. Com um amplo conhecimento da medicina natural não era difícil conseguir as raízes certas para interromper a gravidez; logicamente que tudo isso não podia ser descoberto, antes de qualquer suspeita de sua existência o feto teria que deixar de existir, caso contrário mais confusão, se não dor e sangue, se sucederia: “Simpliciano acusava Lúcio de ter matado João no quarto em que dormiam por este haver dito a ele que tinha dado raízes para uma escrava abortar [...]” (CASTRO, 1997, p. 351). Todavia sempre chegava ao conhecimento dos senhores que teria acontecido um aborto, inclusive a forma e onde teriam enterrado o feto. Essas “[...] práticas, todas conhecidas sob o tema popular de feitiços, começam a se exercer sobre os ventres fecundos, no intuito de privar o senhor das crias, e produzem partos abortivos [...]”. (NABUCO, 2010, p.21). Os feitiços aos quais a citação se refere diz respeito à ervas venenosas, manipuladas para fazer os abortos.

Agora vamos analisar a situação do aborto com outros olhos, vamos olhar para os sentimentos da escravizada. Imaginemos o vazio e a dor vivenciados por essas mães obrigadas a abortar, abrindo mão da futura criança para assim não condená-la a uma vida de dores e sofrimento à qual conheciam muito bem. Os reflexos e as consequências psicológicas que as acompanhariam para o resto de suas vidas, marcas inapagáveis, feridas que jamais cicatrizavam, pesadelos, lembranças dolorosas, mas que se tornavam a única coisa que lhes restara de suas crianças.

Outro aspecto a ser considerado é que tudo isso teria que ser feito de forma rápida, mal se tinha conhecimento da gravidez já era necessário fazê-la deixar de existir, não se podia levantar suspeitas, pois o aborto entre suas escravizadas era algo punível pelo senhor, não por valores pessoais e religiosos, mas por que representavam prejuízo, sendo um escravizado sempre tão caro era lucro sendo jogado fora, assim os escravizados e escravizadas eram incentivados a avisá-lo tão logo se tomasse conhecimento dos casos de gravidez na senzala, assim se inibiam os abortos, e os delatores eram sempre recompensados.

Todo o contexto está envolto de muita dor, para todos e de todas as formas, a característica de toda essa história é sempre o sofrimento...

[...] Antes do escravo nascer, sofre a mãe. Desde as vísceras da mãe está ele condenado à sua sorte (...). As entranhas, que o geraram, figuram nos apontamentos do senhor comum, como uma máquina produtora: ele mesmo é intercalado entre os lucros prováveis até um dia em que no batismo recebe um nome, que é um número de galé. (NABUCO, 2010, p. 33-34).

Assim a escravizada era sempre vista como uma árvore, ora seca, ora carregada. Responsável pela renovação das gerações de escravizados sem que para tanto o senhor tenha custos de compra, podia ser premiada se atendesse ao estímulo de manter o seu ventre sempre fecundo, da mesma forma as estéreis poderiam sofrer com os açoites do senhor, até onde não se pode supor. O que se sabe é que para cada filho gerado e parido, um sofrimento lhe aguardara, uma espada transpassaria seu coração de mãe, em maior ou menor grau de dor.

Para as mães outro pesadelo era ver seus filhos maltratados por suas senhoras, senhores e sinhozinhos, e não poder fazer absolutamente nada. Os maus tratos podiam tomar proporções inimagináveis, e podiam ter motivações igualmente surpreendentes, como por exemplo, chegar ao ponto de uma criança ser “[...] assassinada a garfadas (Maranhão, 1878) por uma mulher que desconfiava ser ela filha de seu marido com uma escrava...” (PINSKY, 1998, p. 52).

O fato de ser mulher, ou de ser mãe, não trazia nenhum alento para a vida de uma escravizada, na hora de serem espancadas, torturadas, esse fator não lhes trazia nenhum privilégio, não amenizava em nada a fúria e a maldade dos senhores, nem os sofrimentos que as esperavam: “[...] O castigo prolongava-se por vários dias. No tronco, a escrava amamentava o filho, e alguns cativos definhavam e pereciam em consequência de sevícias sofridas antes de serem atados.” (COSTA, 1998, p.343).

Nem ao menos as grávidas tinham alguma regalia, nem mesmo a de não apanhar durante a gestação; apesar de gostar de receber os recém-nascidos, pois significavam lucro, os senhores não zelavam pela saúde nem da criança, nem da mãe.

O escravo, feto ainda, estremece nas contorções da mãe sob o chicote. Forma-se de um sangue corrompido. Quando se sente bater o pulso do feto viável, sentem-se também os horríveis tratos da pobre negra. Nesta situação tão grave, tão séria, tão cheia de cuidados, ela não merece nem mais respeito, nem mais descanso. São duas vidas que o feitor compromete. A mãe levanta-se para o serviço, trabalha, sofre com os arrancos do seio por um lado, com o açoite por outro. (NABUCO, 2010, p.34).

Fica bem claro através dessa citação de Nabuco que as mulheres grávidas sofriam todas as agressões habituais a uma escravizada, como já imaginávamos a criança em seu ventre em nada amenizava a fúria dos feitores e de seus senhores. Os nove meses de gestação eram, portanto um grande desafio para a mãe e para a futura criança, os medos com relação ao parto também acompanharia a mãe durante os nove meses, ela sabia que a única ajuda certa seria a experiência das senhoras e mães escravizadas como ela.

É, as mulheres e mães não só não eram poupadas como sofreram com as mais variadas agressões, disso também nos fala Maria Lúcia Mott:

[...] Recebiam palmatórias – os famosos bolos, o mais comum dos castigos domésticos -, eram colocadas no tronco, tinham partes do corpo mutiladas, eram marcadas a ferro incandescente e açoitadas, sendo muitas vezes torturadas até a morte. Antonil, que escreveu no início do século XVIII um guia para orientar aqueles que quisessem se dedicar a lavoura à mineração no Brasil, recomendava que os senhores de engenho evitassem que seus feitores dessem coice nos escravos, principalmente na barriga das escravas pejudas. (MOTT, 1991, p. 26).

A citação acima só confirma o que já sabemos, nenhum respeito se tinha pelas mulheres e mulheres grávidas no cotidiano da escravidão, elas foram espancadas, torturadas e assassinadas das formas mais bárbaras, cruéis e violentas que se possa imaginar, muitas vezes carregando consigo, ainda no ventre uma criança, que mesmo antes de nascer já começava a sentir na pele os sofrimentos impostos pelo mundo injusto ao qual em breve chegaria.

Por falar em nascimento, o nascimento da criança era com certeza um momento feliz da vida da mãe, todavia para as escravizadas, colocar no mundo uma criança era uma felicidade sofrida, por conta do futuro que lhe esperava, para Nabuco, por exemplo, só existia felicidade com um nascimento para os senhores de escravos e ninguém mais: “[...] No dia do nascimento há apenas mais um nome no rol dos escravos, e se há alegria é na casa do proprietário da criança.” (NABUCO, 2010, p.34).

Não concordamos com o autor, para uma mãe colocar um filho no mundo é sempre uma emoção e uma felicidade inexplicável, todavia no caso das escravizadas essa felicidade vinha acompanhada de um grande e também inexplicável pesar e uma dor que só quem passou sabe o significado e intensidade. Não cremos que havia luto na senzala ao nascer de uma criança, acho que esse luto vinha com a venda dela, com a dor da separação, tão temida por todos e que não tinha tempo nem hora certa para acontecer. Nabuco às vezes é contraditório, pois escreve como se pensasse igual aos senhores que ele tanto condena.

Em boa parte dos casos o senhor só respeitava o vínculo entre mãe e filho até o momento em que ela parasse de amamentar. Às vezes, não se conhecia o pai da criança, pois nem sempre a gravidez era fruto de uma união estável, (como discutido no capítulo anterior, e também como acontece muito frequentemente nos dias atuais). As escravizadas acabavam se enchendo de filhos, dos quais só era de fato mãe por ter lhes dado a luz, e no mais passariam o resto de suas vidas procurando evitar, com as poucas armas que tinham a separação; coisa que para tantas e tantas não foi possível.

No tocante à amamentação, ela acontecia a todo o momento e da forma mais natural possível, talvez aí estivesse o segredo da vitória na luta pela sobrevivência desses pequenos guerreiros e guerreiras desde as primeiras horas de vida. Poucos dias depois de dar a luz já era hora da mãe levantar e voltar ao trabalho, seis, sete dias no máximo eram dados de descanso a parturiente, quando não menos. Então era chagada a hora de atar seu bebê com uma faixa ao peito e levá-lo consigo ao trabalho, seja este onde fosse, na casa grande ou na lavoura. Enquanto a criança bebe o leite a mãe trabalha, enquanto trabalha é açoitada, e nenhuma preocupação se tem com a criança, por parte do algoz que impunha o chicote nas mãos, e assim se vão às 10 ou 12 horas de trabalho sobre o sol ou chuva, e esse será o cotidiano de ambos até seus dois ou três anos, ou até um bebê mais novo entrar para a família.

[...] Isto apressa a fortificação do infante: ao contato dos raios do sol e do seio da mãe, a criança fortalece-se: é a criação da natureza, é a criação selvagem das intempéries, do leite, do cansaço, da luz e do calor. Noite e dia unidos pela mesma faixa, comunicam-se mãe e filho, pelo bater dos seios, uma que tudo sofreu, outro que se inicia para sofrer. (NABUCO, 2010, p.35).

A maternidade das escravizadas fazia recair sobre elas outra função a de amas de leite, mães de leite, por isso não é difícil achar quem se refira a elas como mães pretas, todavia amamentar podia abrir margem para mais sofrimentos na vida das escravizadas ou até antecipá-los, uma vez que muitas escravizadas eram retiradas dos trabalhos nas lavouras ou nos engenhos para amamentarem os filhos do senhor. Como já citado, se para uns senhores o

fato de está amamentando era pré-requisito para garantir à escravizada ter o filho por perto, para outros a separação da mãe e seu filho era a melhor decisão em nome do lucro ou da conveniência:

Depois de 1850, o aluguel de amas-de-leite foi o recurso mais utilizado pelos senhores mais abastados para garantir a amamentação de seus filhos. Esse aluguel já se fazia anteriormente, mas com a redução das mulheres cativas da Corte, depois daquela data, surgiu uma verdadeira especulação. Poucos não foram os senhores que alugaram suas amas-de-leite, fossem ou não “recatadas” mucamas, por preços bem elevados. Muitos deles, para aumentar e melhor aproveitar a capacidade de amamentação de suas cativas, chegaram até mesmo a obrigá-las a desfazer-se dos filhos recém-nascidos, depositando-os na *Casa da Roda*, que era uma instituição para recolhimento dos enjeitados, mantida pela Santa Casa da Misericórdia [...]. (SOARES, 2007, p. 116).

As amas de leite adquiriram muita importância, pois como nos lembra Mott (1991, p. 22), naquela época não havia, “[...] mamadeiras, geladeiras, leite esterilizado ou em pó [...]”, sem falar que ao casarem ainda na adolescência e ainda não terem o organismo completamente maduro, somando-se aos curtos intervalos entre uma gravidez e outra, as jovens senhoras que já não tinham o hábito de amamentar se rendiam as dificuldades e faziam das amas de leite indispensáveis aos recém-nascidos. Assim quem tinha uma escravizada amamentando tinha seus problemas resolvidos, quem não a tinha apelava ao aluguel ou à difícil busca de uma para comprar.

Diante deste cenário as separações entre mães e filhos eram constantes, frio e calculista como sempre era o pensamento do senhor, afinal das contas a ama-de-leite seria muito mais lucrativa sem filhos, pois a criança consumia seu leite e ainda mais, só seria fonte de lucro quando crescesse, até lá muitos gastos causaria, assim prejuízo menor era se livrar dela. Do outro lado estava a dor da mãe, que via seu filho ser arrancado de seus braços e ser levado por um feitor para ser deixado num lugar próprio aos enjeitados, ou então ela mesma era obrigada a deixá-lo lá. Mais uma página marcada pela dor na vida dessas mães. Poucas podiam conservar seus filhos em sua companhia enquanto amamentavam os filhos dos senhores.

As mães que tinham a oportunidade de ver seus filhos crescerem por perto buscavam dentro de suas possibilidades, e das possibilidades que o ambiente lhes permitia, educar a sua criança. A educação era feita através do exemplo a ser seguido, as histórias e contos dos antepassados são aprendidos logo cedo ali mesmo dentro da senzala, a senzala é casa, é escola, lá o aprendizado é constante. Com cerca de cinco anos a mãe vê seu filho ou filha

realmente ingressar na vida de escravizado, trabalhos leves são dados, assim antes mesmo de se entender como gente incentiva-se à criança que se entenda como escravizada.

É então que outros, e cruéis, tipos de aprendizado se fazem necessários, a mãe a tudo acompanha, e da sua forma procura educar e orientar seu filho, mesmo sem poder determinar seus caminhos. “[...] O trato da senzala, o domínio despótico dos filhos do senhor, da mesma idade, ensinam por primeira intuição à criança que ela não é livre, que não é igual aos outros, que tem de obedecer: desde então ela obedece. [...]” (NABUCO, 2010, p.36).

A lei de 1869, que proibia a separação de pais e filhos menores de 15 anos, foi alterada em 1872 reduzindo a idade mínima para a separação para 12 anos. No mais era tudo uma questão de circunstâncias, dependendo da época, do lugar e, sobretudo da benevolência do dono dos escravizados, os filhos podiam ser separados dos pais com frequência ou não, mais cedo ou mais tarde, sabendo-se ou não para onde iriam.

Em sua obra *Mãe*, drama em quatro atos, o autor José de Alencar conta a história de outra Joana, escravizada que criou seu próprio filho, Jorge, se passando por sua escravizada temendo que ele se envergonhasse de sua origem, ou o protegendo dela, seja como for o autor trata de um tipo de maternidade vivida entre a amargura e o cativo, e a felicidade de ter o filho sempre por perto e no caso de Joana cultivar um amor grande e recíproco, pois nunca foi tratada como uma escravizada.

A história retratada na obra de Alencar não se afinisa muito com os objetivos desse trabalho, todavia há alguns poucos fragmentos que nos são muito interessantes e valiosos, o primeiro deles o autor dispõe logo no início da obra, o apresentamos como epígrafe no início deste capítulo e repetimos a seguir: “[...] Mas sentes que se há diamante inalterável é o coração materno, que brilha quanto mais espessa é a treva. Rainha ou escrava, a mãe é sempre mãe.” (ALENCAR, 1859, p. 2).

É de emocionar, nesse trecho Alencar quebra os tabus e ignorâncias que teimam em colocar a maternidade das escravizadas, e conseqüentemente da mulher negra, em um patamar inferior à da mulher branca européia, asiática, ou seja lá de onde for. Mãe é mãe independente de cor, raça, credo, cultura, origem e condição social, os sentimentos da maternidade são universais, é claro que há situações extremas como os distúrbios depressivos, mas no demais esse diamante inalterado tem características muito semelhantes, e tantas idênticas por esse mundo a fora.

O que será que levava às senhoras a acharem que não era sofrimento para aquelas mulheres se afastarem de seus filhos, não poderem amamentar, vê-los sofrendo num tronco, sendo espancados e tão pouco ou nada poderem fazer. Desde os primeiros instantes no ventre

de suas mães, aquelas crianças foram acariciadas e amadas, um exemplo que muito bem reforça isso são as palavras de Joana:

Ah! Quando senti o primeiro movimento que ele fez no meu seio, tive uma alegria grande, como nunca pensei que uma escrava pudesse ter. Depois uma dor que só tornarei a ter se ele souber. Pois meu filho havia de ser escravo como eu? Eu havia de lhe dar a vida para que um dia quisesse mal à sua mãe? Deu-me vontade de morrer para que ele não nascesse... Mas isso era possível? ... Não, Joana devia viver! (ALENCAR, 1859, p.34).

Aqui é possível sentir as dores e amarguras de uma mãe escravizada, ao lado da sublime alegria de ter um filho estavam as incertezas e as certezas de sofrimentos que seriam vividos pela nova pessoa que se preparava para vir ao mundo. Enquanto a criança se formava em seu ventre dor e alegria tão juntas eram sentidas por aquelas mulheres, um mar de conflitos interiores lhes tomava. Talvez imaginassem seu pequeno menino já um rapaz amarrado a um tronco provando de um dos piores momentos da vida de um escravizado, quem sabe até perdendo a própria vida, ou ainda sua menininha sofrendo os assédios e os abusos tão conhecidos e rotineiros; como colocar mais um escravizado no mundo para passar por tamanhos sofrimentos? Mas como colocar fim a um ser tão querido e amado que já se sentia pulsar dentro de si? Assim, não foram todas as escravizadas que conseguiram colocar fim às vidas que desabrochavam dentro delas.

É então que o espírito de guerreiras fala mais alto: Não, Joana devia viver! O amor falou mais alto. E tantas vezes esse amor foi maior e fez essas mulheres irem além das próprias forças, suportarem o insuportável, o amor de mãe foi alento, foi fonte de esperança, motivos para sorrir, mesmo que em meio a lágrimas. A satisfação de ver seu filho crescer, brincar, sorrir, o receber de um abraço, de um beijo, escutar sua pequena criança lhe chamar de mamãe... Quem pode dizer o valor que isso tem para uma mãe? Só quem o é. Quem pode mensurar o valor disso para uma mãe escravizada? Ninguém entre nós!

O fim da história de Joana não condiz com sua grandeza, é ainda um típico fim marcado pelos ranços do preconceito, mesmo sendo a intenção do autor claramente o contrário. Devido a um mal entendido, um amigo da família revela a Jorge que Joana é sua mãe, ela que ouve o que aconteceu e que por um acaso do destino tinha em seu busto um frasco de veneno escondido o toma, faz isso por temer ser rejeitada e acusada pelo próprio filho; ela é encontrada ainda com vida, mas nega ser a mãe de Jorge enquanto ele chora e chama por ela como sua mãe, e o faz até os últimos instantes, até que suas últimas palavras são: meu filho!

A história nos leva a crer, embora não aborde isso diretamente, que Jorge é mais um filho de uma escravizada com um senhor, Joana mulata, o pai de Jorge branco, não seria difícil ele não ter qualquer traço com sua mãe, de forma que jamais suspeitasse dos laços existentes. A vergonha pela origem tão explícita na obra, é um traço questionável: Não era a família ou a origem negra que causava vergonha, antes sim a escravidão despertava tais sentimentos, não confundamos nem deleguemos às pessoas aquilo que a escravidão é que despertou nas suas vítimas.

Joana foi mãe exemplar, custeou os estudos de seu filho, cuidou, amou, educou, fez todos os sacrifícios típicos de mãe pra filho e estava para ver seu filho se formar em medicina, um quadro um tanto quanto difícil de concretizar em uma situação normal em um cotidiano de escravizados seja em uma senzala ou em uma casa grande. Ser escravizada de ganho dava a Joana possibilidades que outras não tinham, por isso conseguiu prover os estudos de seu filho, o que ele sempre achou que foi feito por um médico, uma espécie de padrinho seu, que cuidou dele depois que aquele que ele julgava ser seu pai morreu, mas que na verdade era o dono de sua mãe, e um dia foi seu dono também.

Uma boa lição para tirarmos da história pode ser o sucesso de Joana como mãe, apesar de todos os entraves que a sociedade lhe impôs e que ela mesma teria imposto a si própria.

Kenneth Stamp (1958) citado por Robert Slenes, já mencionado no capítulo anterior é bastante cruel ao sugerir uma indiferença entre pais e filhos dentro do contexto da escravidão. Outra ideia do mesmo gênero é a de que a figura paterna na vida do escravizado era destinada ao senhor e não aos seus pais (Abram Kardiner e Lionel Ovesey (1951) citados por Robert Slenes).

Se um escravizado mal chegasse a conhecer seu pai e/ou sua mãe, o que de fato acontecia não raramente era por conta do crime chamado escravidão e não por opção de seus pais. Os pais tinham papel importantíssimo na vida dos filhos, eram seu referencial e porto seguro, embora a qualquer momento o vínculo pudesse ser rompido segundo as determinações de seu dono.

Mas contrariando o que muitos pensam, dizem e escrevem por aí, as famílias escravizadas conseguiam vivenciar, embora não em sua plenitude, os frutos dessa instituição:

[...] as uniões sexuais de duração “longa” para a época – as, digamos, de 10 anos ou mais – eram bastante comuns entre os escravos de Campinas, como também eram comuns nesse município as crianças, nascidas no cativeiro, que desfrutavam da presença paterna em seus anos formativos [...]. (SLENES, 1999, p. 70).

Sim era possível, apesar de para muitos ser realmente difícil conceber a existência de tais laços dentro de um contexto como a escravidão, mas prevaleceu o amor, prevaleceu a natureza humana em detrimento de uma instituição cruel e criminosa como foi a escravidão.

Robert Slenes, citando Couty, traz umas idéias muito suspeitas a nosso ver, ele apresenta que muitas escravizadas não sabiam o número de filhos que tinham, e mais, que outras nem se quer se afligiam para saber por onde andavam seus filhos.

Para nós tudo isso está muito claro, é uma tentativa de amenizar o mal que a escravidão fez às mães e aos filhos, há famílias inteiras, com tantas e cruéis separações provocadas, a forma de amenizar ou negar a devastação causada na vida de milhares de pessoas durante três séculos é essa: criar estratégias para mostrar que nenhum impacto foi sofrido, que não houve perdas nem dor, pois as mães não se importavam com seus filhos... Não sabiam nem quantos haviam colocado no mundo... É realmente impressionante a capacidade do ser humano fantasiar para camuflar um erro, falta agora achar quem diga que as escravizadas pediam, imploravam para que lhes tirassem suas crianças! É realmente inacreditável.

Outra questão a ser trabalhada no referente à maternidade das escravizadas é que dentro desse contexto elas também encontraram formas de resistência. Os médicos do século XIX recomendavam que as senhoras amamentassem seus filhos, uma vez que era o natural, e ainda, evitaria que uma ama de leite o fizesse, pois esta podia “se vingar” na criança já que foram obrigadas a se separarem de seus filhos. Além disso, elas ingeriam alimentos prejudiciais à amamentação ou ainda colocavam pimenta no bico do seio, causando mal a saúde da criança.

Mais uma forma de resistência era a recusa à procriação e à maternidade, assim além de não colocarem mais um escravizado no mundo e não dar mais lucro ao seu dono, ainda não davam prosseguimento a uma vida, vida essa pela qual não poderiam fazer muito para ajudar, para amenizar os dissabores.

As formas de aborto já comentamos anteriormente.

Algumas pessoas podem se perguntar: e a lei do ventre livre, não trouxe para essas mães segurança e certeza de ter o(os) filho(os) por perto? É certo que a Lei do Ventre Livre (1871) foi um alento nesse contexto, mas não pôs fim ao dilema das mães, pois apesar de decretar que a partir daquela data as crianças nascidas de escravizadas seriam livres, tal liberdade estaria, como sempre, sujeita a condições. Ao contrário do que se imagina, a criança recém nascida não estava totalmente livre, até os 8 anos ela ficaria sobre a autoridade do dono de sua mãe, e mais, depois desse período o proprietário podia escolher se recebia do governo

a quantia de cerca de 600 mil-réis e lhe entregava a criança que ficaria sob uma espécie de custódia do Estado até os 21 anos, ou se continuaria com o menor utilizando seus serviços até os mesmos 21 anos.

Há ainda mais um detalhe a ser lembrado: a referida lei passou a existir em 1871, apenas 17 anos antes da abolição da escravidão no Brasil, sendo assim, a Lei do Ventre Livre não concedeu liberdade incondicional aos recém-nascidos como sugere, ao passo que vigorou durante 17 anos, quando só aos 21 anos o beneficiário da referida lei seria realmente livre, dessa forma para as mães escravizadas ela não significou um verdadeiro motivo de alegria e mudança em seu cotidiano. Por fim, a Lei do Ventre Livre, tão exaltada por tantos, acabou não beneficiando de fato a ninguém.

Enfim, a maternidade existiu no seio da escravidão em toda a sua plenitude. A ela só foi acrescentada as particularidades e sofrimentos típicos da vida de uma escravizada. Mães como quaisquer outras, amaram e sofreram pelos seus filhos, e os ventres acorrentados não foram suficientes para tirar daquelas mulheres a vivência da maternidade, embora lhes trouxessem medos ainda maiores. Emocionaram-se ao sentir a criança mexer em seu ventre, sorriram e acalentaram seus filhos no colo, cantaram para eles e os ensinaram a dar os primeiros passos, os alimentaram e rejubilaram-se com cada gesto novo aprendido, choraram quando escutaram “mamãe” pela primeira vez, vivenciaram isso e tanto mais que só elas poderiam partilhar conosco.

A maternidade venceu a escravidão e o que não foi lhes permitido ser vivido foi guardado em seus corações, seus sonhos não foram roubados, mesmo quando seus filhos o foram, elas permaneceram sendo mães, apesar dos limites e situações extremas.

3- A LENDA: MULHERES ENTRE A HISTÓRIA E A FICÇÃO.

Às vezes a fantasia pode ser um momento superior da realidade.

(Otávio Ianni)¹

Nos dois capítulos anteriores tratamos das mulheres escravizadas lançando o nosso olhar sobre elas enquanto mulheres e mães, a força e a capacidade extraordinárias que elas tiveram, e as dificuldades enfrentadas para serem mulheres e mães enquanto inseridas em um contexto tão difícil como o da escravidão. Por tudo o que foram e viveram elas inspiraram lendas, as quais surgiram a revelia de todo esse cenário de submissão, exclusão e dominação vivenciados, revelando o encanto, fascínio e poder exercido por essas mulheres, e exaltando suas belezas e qualidades físicas e morais.

Será preciso que o leitor vá além do óbvio nos relatos lendários que serão apresentados a seguir, uma vez que se falando de relatos sobre escravizadas não se deve esperar histórias que terminem com um singelo: e foram felizes para sempre... É preciso fixar o olhar na escravizada, sua forma de pensar e agir, os valores e ideologias que defendiam e as escolhas que fizeram, ou então corremos o risco de ficando na superfície continuemos anulando o ser histórico que se revela em cada uma das personagens lendárias que são apresentadas nos relatos encontrados.

A epígrafe acima nos chama a uma reflexão inicial sobre a possibilidade de que nas lendas sobre as escravizadas encontremos mais sobre elas do que na dita historiografia oficial, uma vez que os relatos lendários não se prendem a convenções, preconceitos e machismos que as silenciam e negam enquanto seres históricos ativos e protagonistas da história, tal qual a historiografia o faz.

¹IANNI, Otávio. Pensamento social no Brasil. São Paulo: Edusc, 2004, p.40.

As histórias que veremos a seguir são símbolos representantes de tantas e tantas mulheres vítimas da escravidão, formas de reação e resistência às opressões vividas, respostas ao poder opressor.

Para nós essas lendas são relatos construídos sobre bases culturais próprias, marcadas pela magia exercida pelos contos e que dão origem a histórias que unem o comprovável e o quase inacreditável, não podemos dizer que são fábulas, pois são muito fortes para isso, mas são herdeiras do encanto das mesmas.

O fascinante, o fantástico e o sobrenatural se entrelaçam, falando de coisas que no todo ou em parte dificilmente poderão ser confirmadas, mas que a ninguém confere o direito de refutá-las. A sabedoria popular constrói formas próprias de se impor e dar a sua resposta, por mais contrária que seja a situação, uma dessas formas é a lenda, através das lendas o povo revela seus sonhos e desejos, resistem e reagem. Dessa forma as lendas funcionam como forma de dar vitória aos vencidos do sistema, e assim se estabelece uma ponte entre o lendário e o histórico.

Sendo assim vamos cruzar a ponte...

Não foi fácil encontrar relatos lendários sobre as escravizadas, aqui vamos apresentar seis, não encontramos apenas esses, mas foram eles os que mais se encaixaram com o propósito deste trabalho, e mais, boa parte das lendas encontradas são de uma submissão fantasiosa, como por exemplo, de uma escravizada que troca seu filho de berço com o filho do senhor para salvar a vida do sinhozinho, condenando assim seu próprio filho a morte. Com certeza é uma lenda branca e escravocrata, nos negamos a fazer uso de algo forjado assim. Vamos às lendas:

Iniciemos pela lenda da escrava Maria. Maria foi tirada da sua gente e trazida para um mundo estranho, ela não o entendia, era os anos em que a escravidão era a responsável pela movimentação da economia francisqueense, e qualquer deslize resultava em espancamento no pelourinho. Tudo isso só fazia crescer o ódio e a revolta dentro dela. Ela teve um filho com um escravizado da mesma fazenda, mas isso não mudou seus planos. Mulher corajosa, destemida e inconformada com o destino que lhe foi imposto, decidiu fugir da fazenda onde era escravizada e partiu: “[...] Um dia, antes do sol nascer, Maria juntou as poucas coisas que tinha naquela fazenda infeliz, e com seu filho nos braços, partiu rumo a liberdade. Mas seu senhor não estava disposto a deixá-la ir em paz.” (VIEIRA, 1998, p.1).

O desespero tomou conta de Maria, ela estava sendo perseguida. Para onde fugir? Ao longe avistou um morro, chamado Morro da Cruz, foi em sua direção, mas seus algozes estavam cada vez mais próximos. Maria decidiu que de forma alguma daria chance ao seu

senhor de fazê-la sofrer uma vez mais que fosse, nem tão pouco permitiria que seu filho provasse daquela vida tão sofrida. Juntando o resto de forças que ainda tinha Maria subiu a montanha, quando deu por si já estava encurralada em um penhasco “[...] e de lá de cima viu toda a ilha. Uma bela vista. Abraçou seu filho com força, olhou uma vez mais ao seu redor e atirou-se no espaço vazio. Durante alguns segundos, parece que a paz reinou em sua vida, mas isso terminou no momento em que seu corpo tocou as pedras. O sofrimento acabara [...]” (VIEIRA, 1998, p. 1).

Até aqui nada de lendário, mais uma história de resistência levada às últimas consequências, uma mulher ainda confusa com seu rapto e a separação da terra natal, que não se conformou com o universo no qual foi inserida. O fato de Maria ter tido um filho não demonstra que ela aceitou a vida de escravizada, mas que deu continuidade à sua vida enquanto mulher. Talvez o nascimento de seu filho tenha sido o ponto de decisão, ela tomada pelo amor materno não queria aquele destino para o seu filho, então partiu desafiando a tudo e a todos.

A busca da paz e da liberdade perdida jamais foi abandonada pelos escravizados, a ausência de revoltas nunca significou conformismo, a liberdade não era um sonho, era um objetivo real, e Maria é representante de tantas mulheres, e homens também, que estavam dispostos a dar a própria vida para reaver a liberdade que lhes fora roubada.

O final dessa história faz jus à classificação de lenda que lhe demos: “O criador, com pena da pobre escrava, transformou-a numa linda orquídea, que floresce todas as manhãs, quando um lindo beija-flor de asas douradas, seu filho, vem beijá-la com carinho.” (VIEIRA, loc. cit.).

Nas pedras onde a vida teria encontrado seu fim, ela se manifesta todas as manhãs, ela se renova, o fim não poderia ser triste, o senhor não poderia vencer, por isso a orquídea floresce todas as manhãs, intacta e segura, sem que o ex-dono de Maria possa lhe fazer nenhum mal. Mãe e filho continuaram juntos, o lindo beija-flor de asas douradas encontrou a liberdade, voa livre pelos campos e a cada amanhecer vem acariciar sua mãe. A orquídea, flor de rara beleza, só desabrocha uma vez ao ano, mas a orquídea na qual Maria se transformou não, há mais vida nela, sua forma transcende o natural, e extraordinariamente ela se abre todos os dias para o encontro com seu filho, a relação mãe e filho não foi abalada, antes sim foi eternizada.

A personalidade de Maria é externada pela orquídea, linda, forte e soberana, há quem chame as orquídeas de rainha das flores, e ela é utilizada para demonstrar a beleza de caráter de Maria, sua coragem e determinação, seu grande valor enquanto mulher, seu interior...

A lenda da escrava luminosa é mais um desses relatos que desafiam a realidade, passada de pai para filho por muitas gerações, e assim ela chegou até nós. A história passou-se e é contada no município de Barras, localizado ao norte do Piauí, ocorrida no tempo da escravidão. Neste lugar teria existido um fazendeiro muito ruim e possuidor de muitos escravizados, ao menor deslize espancava seus escravizados e depois do açoite os levava para uma ilha que fica no rio Marataoan, praticamente sem comida o escravizado era deixado lá isolados e sem nenhum cuidado, isso causava mortes constantes entre os abandonados na ilha.

Se o fazendeiro era mal sua mulher não era diferente, tinha como diversão maltratar violentamente os escravizados e mais, não admitia, de forma alguma, que os escravizados falassem mal dela ao seu marido, uma vez que os dois não viviam bem e tinham uma relação marcada por muitas desavenças. Certo dia a mulher do fazendeiro fez algo impróprio, cuja lenda não especifica o teria sido, e uma escravizada contou ao seu senhor o que tinha acontecido, por isso:

A escrava foi chamada e a mulher mandou cortar um pedaço da sua língua e a levou para a ilha. O ferimento infeccionou levando a escrava a óbito. A partir de então começou a aparecer na fazenda uma figura feminina, que ao ser vista por alguém saía uma grande luz da sua boca. (QUEIROZ, s.d., p. 1).

Essa mulher foi vista primeiro pelos escravizados da fazenda, que tomados de medo contaram o que estava ocorrendo ao fazendeiro e sua esposa, disseram que era a alma da escravizada cuja língua foi cortada e que ela estava assombrando as pessoas pelos caminhos. Eles por sua vez não acreditaram, nada de se estranhar já que para os senhores de escravizados estes não tinham alma, portanto aquilo não poderia ser verdade. E mais, ameaçaram a todos: quem falasse no assunto seria cruelmente castigado. Mas um dia, a mulher do fazendeiro precisou sair de casa a noite, e no meio do caminho a escravizada apareceu, bem na frente de sua carroça em movimento, e junto com ela uma grande luz, isso a deixou atemorizada. E assim termina a lenda:

A mulher ficou apavorada e com o tempo perdeu o juízo com os pesadelos que tinha com a escrava e sua boca cheia de luz. Em decorrência desse episódio ela não conseguia falar nem comer chegando a falecer. Após a sua morte a assombração não apareceu mais se restituindo-se assim a paz naquela fazenda. (Ibid., p. 2).

A história dessa escravizada, da qual nem sabemos o nome, é mais um relato das crueldades desmedidas do sistema escravista e seus pares, os desrespeitos pela vida dos escravizados e a prepotência dos senhores levadas às últimas consequências. A luz que saía da

boca da aparição era mais que um pedido de justiça ou desejo de aterrorizar quem a visse, essa luz era acima de tudo símbolo da verdade, sinceridade e boa índole da escravizada que foi vítima da maldade e capricho de sua senhora. É claro que percebemos um certo sabor de vingança, uma vez que logo a senhora falecera a assombração já não apareceu mais, é como se tivesse cumprido seu papel, estava em paz.

Sim, talvez vingança seja a melhor palavra, atormentar seu algoz até que essa se descontrola a ponto de não mais falar ou se alimentar, levando-a a morte. Isso mancharia o caráter da escravizada? Acreditamos que não. Diante de uma vida marcada por violências de todas as espécies, pressão psicológica, ameaças e sofrimentos, privação da liberdade e sujeição total a senhores cruéis, a atitude da escravizada, ou melhor, de seu espírito, pode ser entendida como resposta, como consequência natural das atitudes da senhora má, é como os termos do ditado popular: quem planta, colhe...

A cidade de Pindamonhangaba - SP também possui uma lenda acerca de uma escravizada, ela chamava-se Lavínia. A lenda da escrava Lavínia como é conhecida, teria ocorrido em uma grande fazenda de café, numa época em que a produção de café estava no auge, resultando em lucros extraordinários aos seus donos. A fazenda do dono de Lavínia foi concedida pelo império para que ele a administrasse, era uma família grande e conhecida na região. Lá moravam: os proprietários, os funcionários livres, os feitores e os escravizados. Entre os referidos feitores, um em especial tinha a fama de ser muito mal, tinha satisfação em maltratar os escravizados, então por ironia do destino ele veio a se apaixonar por uma moça escravizada. “Jovem, bonita e cheia de encantos, a escrava Lavínia enfeitiçou, sem querer, o cruel feitor”. (GABRIEL, 2010, p.1).

Todas as tardes, principalmente nas tardes mais quentes de verão, Lavínia tinha a tarefa de acompanhar as sinhazinhas até um local próximo a fazenda, bastante discreto, onde tinha uma lagoa, onde as moças banhavam-se para se refrescarem. Por vezes as sinhazinhas não queriam ir, então Lavínia o fazia sozinha. Se dando conta disso e certa tarde vendo que Lavínia se dirigia para a lagoa só, ele a seguiu. “[...] Já na lagoa, aproximou-se da moça e tentou agarrá-la. A escrava apavorada, tentando livrar-se de seu agressor, caiu na água e não sabendo nadar desapareceu.” (GABRIEL, loc. cit.).

Ciente do que tinha provocado o feitor voltou para casa e nada comentou com ninguém. Caiu à noite e Lavínia não voltou da lagoa, a sinhá preocupada mandou buscá-la, mas voltaram sem notícias dela. Lavínia era uma mucama de dentro de casa, muito apegada a ela a sinhá insistiu na busca na tentativa de achá-la, mas depois de um tempo desistiram, deram-na por perdida. Mas esse não é o fim dessa história:

Algum tempo depois, o feitor começou a ser assombrado pela lembrança de Lavínia, andava pelas proximidades do lugar onde ela havia se afogado e via seu vulto nu, lhe chamando para junto dela.

Aos poucos foi enlouquecendo, aparentava estar ausente do mundo até que finalmente em dia caminhou até a lagoa e jogou-se no mesmo lugar onde a escrava havia morrido. (Ibid., p. 2).

Alguém pode questionar: mas uma vez uma escravizada perde a vida assim, de forma tão absurda? É, como tantas e tantas perderam durante os mais de três séculos que durou a escravidão, mas, mais uma vez a morte não fica de graça. Durante o período da escravidão as mortes e injustiças contra os escravizados, em geral só era punível na lei, raramente a punição se realizava de forma concreta, ou seja, raramente os senhores e feitores respondiam pelos crimes cometidos, na lenda o feitor foi perturbado até praticamente enlouquecer, e então ele acaba com a própria vida, pagou com a mesma moeda.

A lenda nos chama a atenção também por outro detalhe, os senhores de Lavínia acreditaram que ela havia fugido, deram a escravizada por perdida, quando na verdade ela foi vítima de um atentado seguido de um crime. Quantas escravizadas também tiveram um fim parecido e a verdade jamais foi conhecida, a lenda nos ajuda a refletir sobre os crimes cometidos e camuflados, e dos quais jamais a verdade veio à tona, e assim vítimas de crimes bárbaros, passaram a ser vistas como fugitivas.

A lenda ressalta a beleza e os encantos das escravizadas que acabavam levando a loucura aqueles que as cercavam, nesse caso o feitor, essa história reforça a tese de que as escravizadas não eram apenas vistas como objeto sexual, elas despertaram paixões, muitas vezes incontroláveis, e por vezes também foram vítimas dos sentimentos que cativaram.

No final a escravizada exerce o poder sobre o feitor, a morte lhe deu essa redenção, agora era ela que estava no controle, ela que exercia o medo sobre ele, ela o chama para a morte e ele acaba atendendo o chamado, no final o crime não ficou impune, o que a justiça dos homens não fez, nem se quer tomou conhecimento, a própria Lavínia realizou.

Agora gostaríamos de apresentar a lenda de Rita dos Cachos, é uma lenda de Cachoeira do Sul: Escravizada e mergulhada numa vida de trabalho extenuante como toda pessoa de tal condição, ainda bem jovem Rita apaixonou-se por um rapaz também escravizado, acreditamos que ele devia pertencer ao mesmo senhor que Rita, pois depois de um tempo eles começaram a morar juntos, dividiam as agruras e os sofrimentos da vida na senzala. Dessa união nasceu um menino.

É então que Rita conhece uma dor que jamais pensara sentir, a mistura da maior alegria com o maior medo passa a atormentá-la desde o dia do nascimento da criança:

O seu amor, no sofrimento imensurável da escravidão, tinha algo diferente dos outros amores de mãe. Era temperado da angustia de dias que pareciam séculos e noites infinitas e tenebrosas, de um pavor indescritível. Consagrara ao filho que amamentara, apesar do sibilar da chibata do senhor impiedoso e das imprecações das suas companheiras de infortuito, uma dedicação que tocava as raias do inverossímil. (Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul – Ver site nas referências bibliográficas).

Rita vivia atormentada pela possibilidade de ser afastada de seu filho, apesar de todas as particularidades da vida de uma escravizada ela vivenciou a maternidade em sua plenitude, e como mãe foi feliz, e essa maternidade também se tornou sua maior dor, razão de seus piores pesadelos, Rita idolatrava seu filho.

O tempo passou, Rita via seu filho crescer junto dela, nem todas as mães passaram por essa experiência, ele já é um rapaz, um belo rapaz que chamou a atenção de um de um mercador de escravizados, que passou a cobiçá-lo. Até que um dia consegue alcançar seu objetivo, o filho de Rita é vendido e será entregue a seu novo senhor, seria levado de barco pelo rio até a nova fazenda, onde continuaria a vida de escravizado. Nada é relatado sobre a dor e aflição de Rita ao tomar conhecimento da venda do filho, fruto de suas entranhas e seu companheiro inseparável. Sabe-se, no entanto que depois de muito implorar ela conseguiu permissão para acompanhar o filho até a margem do rio para se despedir dele, para lhe dar um último abraço. Sobre esse dia há uma descrição:

Fazia um dia calmo. A natureza, alheia aos tormentos humanos, era toda revestida de galas. O sol pairava a pino, espargindo os seus cálidos e criadores pela vastidão dos campos e dos matos, alvoroçando os seres vivos numa manifestação ao astro-rei. As águas do Jacuí eram mansas e refletiam na superfície espelhante a alacridade da Mãe Natureza. Súbito, uma chalana dirigida por corpulentos embarcadiços encosta na margem do rio, onde uma leva de escravos, ante o olhar feroz do capataz, aguardava a hora do embarque. Os desditosos cativos, com o terror estampado nas faces encavadas, maquinalmente tomam lugar na embarcação e esta, célere, se faz ao largo, em demanda de outras plagas desconhecidas. Rita, num dado momento, cessa o pranto convulso, olhar sempre fito na chalana, que, cada vez mais impulsionada pelas remadas vigorosas dos tripulantes, afasta-se da margem. Ao longe, numa curva do rio, desaparece completamente da visão. Neste instante Rita solta estridente e prolongada gargalhada, cujo eco, aos poucos, perde-se nas margens do caudaloso Jacuí. A escrava, ante tamanha impiedade dos seus senhores que lhe arrebataram o filho, único consolo da sua vida dolorosa, perdera a razão. (Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul - ver site nas referências bibliográficas).

Completamente fora de si Rita sai, mas cambaleando do que andando, seus passos incertos e vacilantes a conduz a esmo pelos campos, num andar sem fim, pronunciando palavras sem nexos, rindo e chorando ao mesmo tempo e puxando seus cabelos com fúria e dor.

E assim, anos a fio, puxando com fúria os cabelos acarapinhados que, de encarquilhados, ondularam-se formando cachos, a preta insana, qual fantasma errante da desdita de ser mãe e escrava, era vista por todos, perambulando aqui e ali. (Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul – Ver site nas referências bibliográficas).

Em um canto da cidade próximo a uma chácara que pertenceu a certo Guilherme Franke ela amontoou latas e trapos e fez dali a sua casa, pra lá levava toda espécie de coisas, inclusive animais mortos. Era inofensiva, mas despertava pavor nas crianças, vivia procurando alimentos em qualquer monte de qualquer coisa que encontrava em sua frente.

O relato estudado termina com a afirmação de que a história de Rita dos Cachos é verdadeira, e que na cidade, na época do registro do relato, ainda existiam numerosas pessoas que a conheceram.

De todos os relatos lendários que tivemos oportunidade de analisar, esse é sem dúvida o mais triste, aquele em que não houve resposta nem reação da parte da escravizada. A separação entre mãe e filho, temida desde o primeiro instante é o tema central desse relato lendário. Mas fizemos questão que ele fizesse parte desse trabalho, pois consegue transmitir a dor da perda de um filho por parte de uma escravizada e a devastação causada na vida da mesma; podemos sentir a desventura de ser mãe e está escravizada. A referência lendária se faz presente tão somente no ato de ondular os cabelos de tanto puxá-los visto o mais puro e profundo desespero, imaginemos a frequência com que isto deveria acontecer para chegar a tal resultado.

A dor de Rita já diz muito do seu amor, já diz tudo do seu ser mãe, ela vivenciou a maternidade e amou seu filho intensamente e de tão grande esse amor não conseguiu viver sem ele, sim, Rita não morreu no momento da separação, mas a dor de ver seu filho partir foi tão grande que ela não suportou, ela morreu em vida, a separação foi dura de mais, foi impossível de se sustentar, ela renegou a realidade.

A bem da verdade, Rita simplesmente não quis mais viver...

Quantas separações ocorreram, quantas mães enlouqueceram? No capítulo anterior vimos mais uma história de perturbação mental devido à perda de filhos gêmeos, que foram

vendidos, quantas lágrimas foram derramadas, quanta dor sentida, corações dilacerados e pessoas sem saber como continuar a viver. Rita, lendária ou não, representa todas as mães que tiveram seus filhos arrancados dos seus braços e do aconchego do seu amor, enfim arrancados de suas vidas. Para muitas foi uma dor maior do que sua capacidade de suportar.

Outra lenda também de Cachoeira do Sul é a lenda de Santa Josefa, diz a lenda que Josefa era uma moça escravizada, muito religiosa e muito bonita, ela pertencia a um rico senhor de Cachoeira do Sul, este vivia perseguindo Josefa querendo manter um relacionamento amoroso com ela, mas Josefa não cedia, de nada adiantou as ameaças de morte que ela vinha recebendo feitas pelo seu senhor, ela sempre permaneceu firme e convicta de seus ideais e valores morais.

Certo dia, cansado de ser rejeitado o senhor enlouqueceu de desejo, atacou Josefa com toda fúria, mas ela agiu como sempre e lutou em defesa de sua honra. Enfurecido pela resistência da escravizada o senhor começou a bater nela, a agredi-la violentamente com socos e pontapés, e não parou. Josefa estava morta. Friamente ele mandou alguns escravizados abrir uma cova ali mesmo próximo a casa, e nela enterraram Josefa, e exigiu o silêncio de todos os que ajudaram a esconder o corpo de Josefa, tomados de medo todos os escravizados obedeceram.

Mas – coisa estranha! – com o passar dos dias começou a escorrer sangue do túmulo rústico de Josefa. A terra vertia sangue! Os escravos, primeiro e outros, depois, deram em acender velas em memória da morta e diz-que o próprio patrão, com o tempo mandou erguer-lhe uma capelinha. (FAGUNDES, 2000, p. 126).

Ainda hoje, no centro da cidade de Cachoeira do Sul, está a Capela de Santa Josefa, e atrás, no pátio dos fundos, está o seu túmulo. Muitos garantem que ela faz milagres, e gente de vários lugares se dirigem até lá, uns para pedir outros para agradecer. “[...] Escrevem bilhetes para a santa negra, que deixam sobre o túmulo, apertado por um vaso ou uma pedra. O túmulo, mesmo, está sempre limpo e enfeitado. Ao receber a graça pedida, os crentes colocam placas – inúmeras! – no local, cheios de gratidão e fé.” (FAGUNDES, loc. cit.).

São muito comuns os relatos que depreciam o caráter e índole das escravizadas, a promiscuidade como algo inerente a elas. Esse relato lendário contraria essa tese tão preconceituosa. Não há leviandade na figura de Josefa, pelo contrário, ela prefere perder a vida a se render aos desejos do seu senhor, essa lenda exalta o seu pudor, o respeito e a moral manifestados e exigidos por ela, sua ideologia e filosofia de vida sem preço, a ponto de está disposta a ir às últimas consequências, mas não abandonou seus princípios.

Josefa tem status de santa, embora não reconhecida pela igreja católica ela é reconhecida como tal pelas centenas de pessoas que visitam seu túmulo todos os anos, são essas pessoas que garantem ter recebido inúmeras graças que ali retornam para agradecer a bondade da poderosa santa. Sua capela e seu túmulo são sempre muito visitados, visitas essas que se intensificam por volta do dia de finados quando um número muito alto de fiéis faz questão de lhe reder homenagens. A igreja autorizou a celebração de missas na capela de Santa Josefa, mesmo sem reconhecê-la como santa, mas para os fiéis o reconhecimento ou não por parte da igreja tornou-se um mero detalhe diante de tantos sinais e milagres atribuídos a Josefa.

Independente de sua Santidade, Josefa é símbolo da pureza de caráter das escravizadas, da defesa de valores e do zelo pela moral, atributos que Josefa soube defender muito bem. Sua beleza é mais um marco que desafia os padrões da época, e mostra o quanto a beleza das escravizadas era algo fortemente apreciado e reconhecido pela sociedade, e principalmente pelos homens, embora jamais fossem admitir tal coisa.

E assim Josefa se tornou referência de bondade, beleza e virtudes morais, e foi santificada e aclamada como tal pela população local e tantos viajantes que conhecem sua história e se tornam seus devotos, e assim continua sendo até os dias atuais.

Chegamos agora à última lenda que gostaríamos de apresentar, a lenda da escravizada Anastácia. A mãe de Anastácia teria sido vendida grávida, e deu a luz a uma bela menina no dia 12 de maio de 1740, a qual se tornou uma bela mulher, cuja beleza chamava a atenção e perturbava o seu senhor e sinhozinhos, e por isso passou a ser cruelmente e duplamente castigada. “Anastácia, ‘a bela escrava de olhos azuis’, foi vítima de estupro cometido por seu senhor e da inveja de uma senhora que lhe infringiu um castigo mordaz: usar a máscara de flandres, que lhe cobria a boca e a impedia de se alimentar.” (SOUZA, 2007, p. 18).

Diz a lenda que Anastácia tinham uma bondade suprema em seu coração e uma disposição natural em ajudar os seus irmãos de senzala, uma vez impedida de falar por conta da máscara que foi forçada a usar ela desenvolveu o dom de se comunicar pelo olhar:

Reza a lenda que Anastácia era defensora dos cativos, e que, embora impossibilitada de falar, comunicava-se com seus pares pelo olhar. Diz-se também que era filha de Oxum, divindade do panteão afro-brasileiro associada à beleza, fertilidade, riqueza e à vidência, sendo, por isso, uma das padroeiras do jogo de búzios. (SOUZA, loc. cit.).

O fato de ser filha de Oxum atribuía também a Anastácia características de ser uma pessoa guerreira e bastante determinada, tais pré-requisitos a tornava cada vez mais representante dos escravizados e de sua luta contra a situação que lhes fora imposta.

Depois de anos de sofrimento, tirando a máscara rapidamente enquanto se alimentava apenas, e depois a recolocando novamente, Anastácia foi ficando fisicamente debilitada, até que chegou a falecer no Rio de Janeiro. Seus restos mortais foram colocados na Igreja do Rosário de onde sumiram depois de um incêndio, fazendo com que a crença popular a tornasse um mito religioso. Essa igreja, a Igreja do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, que fica no centro do Rio de Janeiro, passou a ser considerada o local que marca o início da religiosidade anastaciana.

Desde então se acumulam os relatos de graças alcançadas, milagres de todas as ordens são atribuídos a Anastácia, os quais perpassaram décadas e mais décadas fortalecendo-a cada vez mais como um mito da cultura popular. Na década de 1980, cresceu muito o número de admiradores de Anastácia e sua devoção recebeu novos significados: símbolo máximo da resistência escrava ao lado de Zumbi, ambos foram tema do samba-enredo da Unidos de Vila Isabel, Anastácia também ganhou espaço na mídia televisiva, quando a TV Manchete exibiu uma mini série sobre a sua vida, na rádio um programa semanal chamado: Mensagem de Anastácia, corrente de oração transmitida aos sábados marca o auge de sua popularidade.

A igreja Católica já tentou impedir por várias vezes o culto a Anastácia, já negou vários pedidos de sua beatificação e posterior canonização, chega a parecer obvio que a questão reside em não se querer aceitar a existência de uma santa negra, mas se assim for, é uma posição bastante absurda para uma igreja que declarou como padroeira deste país Nossa Senhora de Aparecida, a virgem negra. Talvez a relutância esteja no fato da sua condição de escravizada, seja como for, para seus inúmeros devotos o reconhecimento da igreja não tem nenhum peso, para eles, ela já é há muito tempo santa, quer queira e/ou reconheça ou não a Igreja.

[...] Anastácia é o tipo de símbolo que penetrou no imaginário e tem induzido a formas de comportamento ou subsídios institucionais. Em pouco tempo, visitantes de cidades do interior e de outros estados espalharam as histórias da escrava. Encontramos referências em São Paulo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais e Bahia. Estrangeiros se encantam com a devoção daquela proporção a uma escrava. (SOUZA, 2007, p. 23-24).

Mariana Várzea nos apresenta uma oração dita milagrosa à Santa Anastácia, a qual alimenta e torna ainda mais fervorosa a fé dos seus devotos, eis a oração:

Vemos que algum algoz fez da tua vida um martírio, violentou tiranicamente e tua mocidade, vemos também no teu semblante macio, do teu rosto suave, tranquilo, a paz que os sofrimentos não conseguiram perturbar. Isso quer dizer: eras pura, superior, tanto assim que Deus levou-te para as planuras do céu e deu-te o poder de fazeres curas, graças e milagres mil. Anastácia pedimos-te...roga por nós, proteja-nos, envolve-nos no teu manto de graças e com teu olhar bondoso, firme, penetrante, afasta de nós os males e os mal dizeres do mundo. Tudo o que te pedimos por nosso Senhor Jesus Cristo na unidade do Espírito Santo, Amém. (VÁRZEA, 2001, p. 1).

E assim Anastácia tornou-se representante das mulheres guerreiras, heroína e mártir negra que tantos valores difundiu, e continua a fazê-lo por entre as gerações através de sua história contada de pais para filhos, de mães para filhas. Admirada por seus irmãos de senzala e pelas gerações futuras que a esculpiu e pintou, eternizando a sua história. Um admirador copiou e mudou a imagem e Anastácia, deu-lhe olhos azuis e amenizou em seu semblante a dor da condição de escravizada, como se tivesse passado por todas as agruras conformada com tal destino, para uns foi uma tentativa de negar suas origens e aproximá-la do padrão europeu de beleza e santidade; para outros apenas um detalhe sem importância diante da grandeza representada por Anastácia.

Sua beleza estonteante não só gerava ciúme nas sinhás e sinhazinhas como as fazia se sentirem ameaçadas, não é a toa que tantas escravizadas foram mutiladas para que não oferecessem mais perigo às suas senhoras.

Para nós Anastácia é símbolo de luta e resistência, reflexo de um perfil de negritude que foi além dos limites impostos por sua condição, em vida contribuiu para a melhoria de vida e conforto dos seus iguais, em morte marcou a história de um povo que a ela rende culto, que a sua imagem guarda e traz com carinho, enaltecendo tudo o que ela foi e o que ainda faz por todos aqueles que a ela recorrem, mantendo e recriando os costumes.

Essas mulheres que conhecemos através das lendas expressam memórias sobre a escravidão, são símbolos, mitos e heroínas. São representantes de tantas outras mulheres que viveram sob o jugo da escravidão, que vivenciaram os fatos que essas lendas nos apresentaram, que buscaram reagir e lutar com as armas que encontraram e ao fim de suas histórias nem sempre foram reconhecidas e/ou lembradas.

Somando-se a isso, vale salientar que as representações também são portadoras do simbólico, dizendo assim mais do que aquilo que mostram ou aparentemente anunciam, pois escondem sentidos, os quais são construídos social e historicamente, e da mesma forma são carregados por entre as gerações. Todavia não podemos negar a existência de perigos nessas representações uma vez que se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como

tão naturais que muitos podem dispensar uma necessária reflexão sobre elas. Mas também é certo que essa reflexão quando bem feita fazem dos relatos lendários, ricos e férteis fontes de pesquisa histórica.

Com diz Castoriadis “[...] O imaginário age sobre um terreno onde existe repressão das pulsões e a partir de um ou vários traumas.” (CASTORIADES, 1982, p. 163). A dor da separação vivida por Rita, a morte e separação que rondava a todas as escravizadas e ao dom da maternidade, o cativoiro cruel... Tantos traumas, quantas mulheres perderam a vida ao lado de seus filhos, lutando por uma vida melhor, pela liberdade que lhes fora roubada, assim como a escravizada Maria, segurar um filho nos braços, apertá-lo em tom de despedida e lançar-se no vazio, é muito mais que uma história triste, que uma lenda que sobreviveu por entre as gerações; é reflexo de histórias de vida, de pessoas injustiçadas, de vítimas que não podem ser esquecidas.

Todavia não foram apenas vítimas, foram guerreiras corajosas, que lutaram até o ultimo instante de vida, que não se acovardaram, nem se acomodaram diante da situação que lhes foi imposta. Mulheres competentes e bem instruídas segundo a sua cultura, dotadas de saberes milenares e conhecimentos em tantas áreas como, por exemplo, a agricultura e o trato com a medicina natural, sem falar nas artes em geral e do amor, dos desejos e sonhos que pulsavam em seu ser e aos quais foram fieis o quanto possível foi... A elas que durante muito tempo a História negou-se reconhecer-lhes e dar-lhes espaço, o imaginário popular faz questão de render-lhes veneração e reconhecimento, mantendo-as vivas, lhes dando o direito de resposta e até de vingança mesmo após a morte, quem as feriu não ficou impune, o que a justiça deste mundo não fez, elas voltaram, supremas, para realizar e dar o pago merecido aos seus algozes, ou então transformadas em flor, reinando intocadas e sendo afagadas por um beija-flor.

Assim a cultura e o imaginário popular vêm render-lhes redenção, dar-lhes o reconhecimento negado, por tudo o que foram, por tudo o que fizeram, por tudo o que lhes foi roubado e sobretudo por tudo o que não viveram e não puderam ser.

Dessa forma as lendas reforçam as esperanças e sonhos de um por vir diferente e melhor, de que o mal não reinou nem venceu, de uma justiça que mesmo aos pequenos sempre se concretiza, mesmo após a morte, mesmo de forma sobrenatural. O que é fato, e que ninguém pode negar, é que as mulheres escravizadas vivenciaram situações como mulheres e como mães, que marcaram aqueles que as rodeavam de tal forma que estes as imortalizaram em forma de lendas...

Para finalizar gostaríamos de fazer uso do pensamento de Otávio Ianni, com o qual iniciamos esse capítulo: “Às vezes a fantasia pode ser um momento superior da realidade”, Para muitas pessoas, as lendas e relatos dessa natureza não passam de fantasia, e apesar do avanço conquistado pela História Oral e pela literatura no campo da historiografia, ainda resistem a esses tipos de fontes. Infelizmente nem todos tem a amplitude de visão, ou simplesmente já estagnaram seus horizontes, e assim não conseguem enxergar, e tantos nem querem se aproximar, dos momentos de uma realidade superior que a dita fantasia pode nos proporcionar.

Como apaixonados pela história em suas mais variadas faces, fontes e formas do saber só podemos lamentar atitudes como essa, ao mesmo passo que nos abrimos para as possibilidades e os conhecimentos, que essas e outras fontes, que já há algum tempo emergem para o rol das fontes históricas, apresentam para nós. É preciso nos livrar de uma vez por todas dos persistentes véus da historiografia tradicional, positivista, elitista e marginalizante.

Que os relatos lendários continuem enriquecendo a nós e a nossa História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão foi um dos crimes mais horrendos da humanidade, comparável apenas ao holocausto. Tantos livros didáticos do ensino fundamental e médio trazem a escravidão como meio de produção, é fato que foi a forma usada para produzir, gerar renda, durante mais de três séculos, mas diante de tudo o que sabemos da escravidão não podemos olhar para ela apenas como meio de produção utilizado, como forma de mão de obra escolhida, a escravidão foi um crime, crime contra a natureza humana, crime contra a vida, a cultura, contra o direito supremo a liberdade.

Foi um crime, aceito e legitimado por uma sociedade branca e dita civilizada, que transformou um sistema horrendo de sujeição de pessoas em ordem natural das coisas, em meio de produção e desenvolvimento econômico, pois assim lhes foi conveniente. Legitimaram o ato de matar, torturar, espancar, mutilar, seqüestrar e roubar, aprisionando inocentes e os sujeitando a sofrimentos extremos, capaz de levá-los a loucura. Diante disso, qualquer ponto positivo, não violento ou de caráter benevolente da escravidão é mito, ela é em sua essência um crime violento e covarde, onde milhares de vidas foram ceifadas em nome da ganância e do poder.

E foi dentro desse contexto, que encontramos àquelas que nos motivou a escrever, a conhecer mais sobre seu universo, as mulheres que viveram sobre o julgo da escravidão. Por muitos e muitos anos a história dessas mulheres nos foi negada, foram camufladas, marginalizadas, ou então resumidas ao papel de complementos da história, participantes dela, até então não ocupando o lugar de tema a ser investigado, ou seja, as mulheres, sobretudo as escravizadas, sempre estiveram à sombra de “outros” no universo histórico e só assim encontravam lugar.

Mas não é possível calar para sempre tantas vozes e histórias, e assim emergem das sombras e da margem da história oficial as histórias de pessoas anônimas que sofreram injustamente nas garras da escravidão. Mas escrever só não é o bastante, não basta falar sobre, é preciso refletir sobre o olhar que está sendo lançado e o que está sendo construído a partir dele. É quebrar a tendência de olhar para a escravizada e recair na apologia sexual da negra, como também nos rótulos pejorativos sobre a sua moralidade, exaltando o brilho, fascínio e encanto feminino exercido por essas mulheres, que são detentoras de todos os atributos e qualidade que toda mulher tem.

As lendas que apresentamos sobre as escravizadas talvez não venham a atender às expectativas de alguns leitores, os quais talvez esperassem relatos com um final explicitamente feliz, com a redenção e libertação das escravizadas ainda em vida. Mas não podemos esquecer que os relatos lendários são construções culturais que refletem a realidade vivenciada, partem do cotidiano e dos sentimentos, representações e desdobramentos desse cotidiano.

Em toda construção historiográfica, o olhar do historiador é determinante, no trabalho que aqui realizamos essa importância assumiu uma dimensão ainda maior, precisamos exercitar a capacidade de filtrar as coisas, estarmos atentos a tudo: atitudes, expressões e “costumes” que camuflam preconceitos e estereótipos na forma de falsos elogios e exaltação, e assim reproduzem o preconceito e a depreciação das imagens das escravizadas e negras em geral por entre o tempo e gerações.

É preciso rasgar o véu, se libertar dos entraves, um olhar mais desatento pode reproduzir automaticamente atitudes, expressões e formas de pensar preconceituosas, nesse universo nem tudo que reluz é ouro. Um bom exemplo são poemas dedicados às mulheres negras, são quase sempre poesias eróticas, como um exemplo que nos traz Roger Bastide: “[...] a negra é a grande tentação carnal, o poço sombrio da volúpia bestial [...]” (BASTIDE, 1983, p. 125). Não adianta lhes dar méritos se esses se restringem à categoria de objeto sexual, mesmo se a intenção foi exaltá-las. Elas têm e são muito mais do que isso, há um vasto leque de coisas para se descobrir e admirar.

Como exposto, as escravizadas foram exploradas das mais diversas formas: objeto de trabalho, mercadoria, objeto sexual, amas-de-leite, válvula de escape da ira das sinhás e sinhazinhas, forçadas a prostituição, e paralelamente a tudo isso tiveram suas vidas, sonhos, filhos e família roubados e/ou assassinados. Mas é um erro pensar que esse cotidiano cruel, injusto e violento fez com que essas mulheres se acomodassem ou que se conformassem com a situação imposta, jamais foram mansas, nunca baixaram a cabeça, sempre reagiram, não foram submissas, lutaram com as armas que tinham, inventaram e reinventaram os espaços, marcaram e moldaram tempos, fizeram a sua história, e foi um pouco dessa história que buscamos apresentar aqui.

Foram tantas questões que nos fizeram chegar até aqui, e tão poucas respostas encontradas nas fontes que estudadas, há tanto o que se descobrir, queremos acreditar que há em algum lugar, as repostas que precisamos. Algumas das questões que levantamos não foram respondidas, outras ficaram subentendidas. Gostaríamos de ter ido além, queríamos ter encontrado alguns tesouros a mais como, por exemplo, relatos que nos falassem sobre o que

sentiam ao se arrumar, o que as fazia sorrir, as brincadeiras de menina-moça, as confidências que trocavam com as amigas, as amizades e cumplicidades femininas. Ah! Há tanto para saber, e em igual intensidade há dúvidas a cerca da existência desses relatos; da nossa parte fica a certeza que de continuaremos na busca...

Diante do que foi possível conhecer dessas mulheres, vimos que a escravidão não as impediu de vivenciar o seu ser mulher, não lhes tornou árvores secas, não as fez desistir... Confirmamos que são dignas de todo o fascínio, reconhecimento e admiração que despertaram, que despertam e que a cada dia venham a despertar de forma mais abrangente e cotidiana, assim desejamos que seja. Elas que em todos os cantos desse país deixaram suas marcas na história, com seus encantos, força e capacidade para superar os obstáculos, respondendo de forma admirável a toda submissão, exclusão e dominação que lhes foram impostas.

E hoje, um século e tanto após o fim oficial da escravidão a mulher negra, mais que ninguém, continua tendo que enfrentar muitos desafios e dificuldades. Diante de coisas grandes e também das pequenas coisas, sua raça ainda é para muitos e muitas um peso a ser carregado, não que a raça em si tenha algum peso, mas a sociedade enxertou nela um peso e fez com que permanecesse atrelado a ela até os dias atuais, onde o nome de uma raça é utilizado como algo pejorativo, excludente e “marginalizante”, o que interfere de forma determinante na formação da identidade dos indivíduos, de sua afirmação e aceitação cultural e étnica.

É impressionante a perceptível necessidade de especificar a raça de uma pessoa à qual se está referindo quando se está falando de um homem ou uma mulher negra, é como se ficasse incompleta a frase se junto com a palavra homem e mulher não viesse o adjetivo referente à sua raça, quando não se usa apenas a designação da raça para se referir a pessoa, exemplo: quando se vai dizer aquela mulher é bonita, e se trata de uma mulher negra, então se diz aquela mulher negra é bonita, quando não: aquela negra é bonita. A mesma necessidade de se dizer: aquela mulher branca é bonita, não é constatada. A proposta aqui não é esconder a denominação da raça, não há absolutamente nenhum motivo para isso, mas um questionamento dessa necessidade de citá-la, que colocada dessa forma é muito mais um preconceito do que uma exaltação.

As mulheres negras ainda têm muitas conquistas a realizar na sociedade, no seu interior e alta estima, não é fácil se reconstruir depois de séculos de depreciação e de preconceitos, os quais a sociedade fez questão de alimentar e fazer continuar vivos e latentes em seu seio. Ainda lhes são negadas as melhores oportunidades de emprego, de escolaridade,

de espaço e visibilidade como um todo. Tal negação é feita de forma sutil e camuflada, o mais discreta possível, porém firme e forte barreira a ser transpassada, essa é a forma que vem se tornando oficial para a manifestação do preconceito no Brasil desde o século XX, uma vez que tantos defendem a inexistência de preconceito neste país, sobretudo o racial, afinal vivemos num país onde todos somos iguais; Na teoria.

É, talvez um dia essa tal igualdade foi desejada e começou a ser construída, mas nos parece muito provável que nos perdemos no caminho dessa luta pela igualdade social, e a bandeira foi alterada, e então buscando sermos iguais, acabamos defendendo o sermos idênticos.

Ser excluída ou ocupar um lugar de inferioridade, esse é o dilema de muitas mulheres negras nesse país que hierarquiza social, racial, cultural e etnicamente as pessoas. Muitos podem dizer: mas para todas as mulheres é assim, então isso é mais uma questão de gênero do que de raça! Mas não é: dentro do universo feminino como um todo às mulheres negras enfrentam sempre dificuldades mais acentuadas do que as mulheres de outras raças, é algo inegável a existência de preconceitos que são particularmente dirigidos a elas.

Mas, a passos lentos e curtos a mulher negra tem conquistado novos lugares: a mídia lhe tem aberto espaço, a beleza afro tem despontado e marcado o mundo da moda e dos cosméticos, muitos tabus referentes a padrões de beleza estabelecidos vêm caindo, e o mesmo vem se diversificando e se redefinindo, e as pessoas a cada dia melhor informadas começam a olhar diferente para o passado e presente dessas mulheres. Ainda há muito que ser conquistado, estamos a anos luz de uma justiça racial, mas a bem da verdade temos avançado e quebrado resistências. Assim como as escravizadas fizeram, temos buscado, com as armas disponíveis (esse trabalho é uma delas), possibilitar uma reflexão mais consciente, que gere consciências mais abertas e racialmente justas, um novo olhar em direção aos afro-descendentes, e principalmente às mulheres, um novo enxergar-se do povo brasileiro.

Nosso desejo é que esse caminhar ao rumo certo sirva de superação, força e esperança. Superação para aqueles que ainda sofrem pelas marcas deixadas pelo passado, força para lutar no dia de hoje e conquistar o que lhes é merecido e devido; e esperança de um hoje e um amanhã mais encorajador. Vamos reconhecer e valorizar cada conquista por menor que pareça, pois são frutos conseguidos com suor e um dia o foi com sangue. E que a história das mulheres africanas e afro-descendentes que aqui viveram na época da escravidão, e de suas sucessoras que não mais aqui estão, seja estandarte e motivo de orgulho para todas as suas descendentes que hoje vivem e dão prosseguimento às suas lutas. Afinal diante de tudo o que foi exposto neste trabalho, o que nos resta é um imenso orgulho por tão bela história de luta e

resistência que perpassou os séculos, contrariando os desígnios da historiografia oficial e os preconceitos do poder vigente. Temos orgulho daquelas mulheres, símbolos de força, perseverança e inteligência, de beleza, encanto e majestade, que conseguiram verdadeiros milagres tendo em vista a época na qual viveram, o contexto no qual estavam inseridas e as mentes que as rodeavam.

Não poderíamos concluir esse trabalho sem citar um belo trabalho que é realizado pela Bamidelê, a qual é exemplo desse caminhar ao rumo certo. A Bamidelê é uma organização não-governamental, ela existe desde 2001 e é composta marcadamente por feministas negras, seu propósito é promover impactos sociais e a luta pela igualdade social. Sua missão e seu projeto político se entrelaçam: contribuir para a eliminação do racismo e do sexismo, assim como promover debates e ações que fortaleçam a identidade e auto-estima, sobretudo de mulheres negras. E dessa forma contribuem na defesa e efetiva implantação dos Direitos Humanos em nosso país.

A Bamidelê se dedica ainda à visibilização da luta anti-racista em vários municípios da Paraíba como Alagoa Grande, Santa Rita e João Pessoa. É a única organização de feministas negras com personalidade jurídica no Estado e integra conselhos municipais e estaduais de direitos das mulheres. Enfim, a Bamidelê é símbolo de luta e resistência por parte de um grupo que trabalha em função de uma dupla minoria social, muito próxima a nós: pelas mulheres, mulheres negras.

Como um dos frutos de suas ações, a Bamidelê colhe o resgate da auto-estima e a afirmação da identidade étnico racial da mulher negra, sem esquecer-se de outro objetivo seu: zelar para que a luta por políticas públicas que promovam a igualdade racial se fortaleça cada dia mais. Seus cursos, palestras, oficinas, capacitações, promoção de seminários, materiais didáticos produzidos e campanhas, promovem o debate e uma maior conscientização étnico-racial e de gênero entre mulheres, homens, adolescentes e crianças tanto nas áreas urbanas como rurais, com destaque para as comunidades remanescentes de quilombos.

Por tudo o que é e realiza, a Bamidelê é mais um fio de esperança, fio de aço, que tenta ainda hoje remendar as cicatrizes deixadas por séculos de preconceitos, explorações e racismo, e assim fortalecer, de dentro para fora o *ser* e o orgulho afro, fazendo-os desabrochar com toda segurança e reconhecimento nos dias atuais. Seu nome diz muito sobre essa instituição, Bamidelê: palavra de origem Africana/Iorubá que significa esperar. Sendo assim, bamidelê para todas as mulheres negras desse país, tanto as do presente, como e principalmente as do passado, que tanto esperaram por um amanhã melhor.

É preciso recusar todas as formas de alienação ligadas à dita cultura oficial e aos preconceitos que inferiorizam o povo negro. Temos que cultivar uma consciência que ultrapasse detalhes como cor da pele, condição social, laços culturais e tantos outros aspectos, e que não permita que estes sejam utilizados como forma de hierarquizar a humanidade, desarmonizando os povos.

Para encerrar este trabalho gostaríamos de voltar à sua temática principal, a escravizada. Lamentamos por tudo aquilo que ainda permanece um mistério sobre elas, como garimpeiros buscamos o maior número possível de vestígios que nos falassem delas enquanto mulheres, mães e lendas, mas como já dito não é nada fácil, a maioria dos escritos encontrados não lançam esse olhar sobre elas, ou lançam olhares estruturados tão somente em preconceitos e a serviço da afirmação da suposta superioridade da raça branca. Mesmo assim tentamos estruturar um trabalho o mais embasado possível e superando as limitações impostas apresentar a mulher, a mãe e a lenda escondidas por trás dos véus da escravidão. Que bom que a historiografia atual cada vez mais abre espaço para esse tipo de história! Assim podemos manter vivo o desejo de ver essas mulheres a cada dia mais, e melhor, representadas no cenário Historiográfico Oficial. Méritos para isso é o que não lhes falta...

Enquanto isso não acontece, ficamos aqui imaginando o seu cantar e dançar nos interiores das senzalas, nos pátios e terreiros, seus sorrisos e evolução ao som das músicas com ritmos da África, tanta alegria manifestada em um contexto tão hostil deixava confusos aqueles que as observava, as correntes não inibiu os sorrisos, os abusos não silenciou as risadas, o tronco não imobilizou os lindos corpos que insistiram em dançar... dançar...

A flor caprichosamente colocada nos cabelos completava, com auxílio do vento, uma verdadeira sessão de hipnose que acontecia quando elas andavam, giravam, se movimentavam nas cirandas e maracatus. Ainda hoje, a cada toque e batuque, a cada dançar cheio de charme e desenvoltura de uma de suas descendentes, a forma do encanto exercido por aquelas mulheres renasce e nos faz arrepiar. O mesmo encanto ocorre ao soar os primeiros acordes do berimbau, se assim não for, é então o chamado do sangue, o que seria algo mais forte ainda.

Rendemos nossa admiração incondicional a essas mulheres, por sua força e capacidade de superação, pela coragem de desafiar seus senhores e todo um sistema, sólido e “legal”, por tudo o que preservaram e transmitiram enriquecendo geração pós geração até chegar à geração atual.

O mesmo sentimento temos por todas as mães que geraram e deram a vida durante a escravidão, sentimos muito por todos os sofrimentos vividos, por todas as separações e por tudo o que não conseguiram viver ao lado de seus filhos, lhes exaltamos pelo dom de amar até

as últimas circunstâncias, pela coragem de lutar mesmo nadando contra a maré e por tantas conquistas alcançadas. Só mulheres de valores, mentalidade e força superiores conseguiriam vivenciar a maternidade em meio a uma situação tão horrenda. A vocês nossos aplausos de pé, cheios de amor e admiração.

Para com as lendas a cerca das escravizadas temos um profundo respeito, pois refletem a vida, a luta e as dores dessas mulheres. São como alento à injustiça que recaiu sobre elas, não só da escravidão por tudo que as sujeitaram, mas da historiografia por ter as escondido e não lhes dado o devido valor. O nosso muito obrigado ao imaginário popular e a história oral por as terem reconhecido e perpetuado por entre as gerações, fazendo-as romper o tempo e chegar até nós.

Mulheres lindas, fortes, encantadoras, guerreiras, sublimes e majestosas, que com imenso orgulho tivemos o privilégio de homenagear nesse trabalho.

À mulher...

À mãe...

E à lenda, o nosso muito obrigado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. **Mãe**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1859.

ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL – RS. Disponível em <<http://www.guiacachoeira.com.br/?url=152>>. Acesso em: 22 de janeiro/2011.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p.45-107.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Hebe. História Social. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.45-59.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no fim da escravidão. IN: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil: Império**. Vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 337-383.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

FAGUNDES, Antônio Augusto. **Mitos e lendas do Rio Grande do Sul**. 7ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 42. Ed. Rio de Janeiro: Record, 20001, p. 343-515.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não: histórias das mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

GUIMARÃES, Carlos Fragoso. O terror e os mitos de destruição: imagens do apocalipse na modernidade. In: ANDRADE, Maristela Oliveira de. (org). **Milenarismos e utopias: a busca do quinto império**. João Pessoa: Manufatura, 2003, p.11-18.

IANNI, Otávio. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo: Edusc, 2004, p.40.

LODY, Raul. **O povo do santo: religião, história e cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos**. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006, p. 47-54; 94-102.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

NABUCO, Joaquim. **A escravidão**. Rio de Janeiro: Betel, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ªed. 2reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 16ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

QUEIROZ, Áurea. **A escrava luminosa**. Disponível em:<
<http://www.portalentretextos.com.br/noticias/a-escrava-luminosa,266.html>>. Acesso em 26 de outubro/2010.

RAGO, Margareth. Libertar a História. IN: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002, p.255-272.

REIS, Maria Firmina dos. A escrava. IN: RUFFATO, Luiz. (org). **Questão de pele**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009, p. 39-57.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SCARANO, Julita. **Cotidiano e solidariedade: vida diária da gente de cor nas minas gerais, século XVIII**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SENIN, M. **A escravidão**. Sem Lugar: Cedibra, 1971. (Tradução de Gilson Baptista Soares).

SOUZA, Mônica Dias de. Escrava Anastácia e pretos-velhos: A rebelião da memória popular. IN: SILVA, Vagner Gonçalves da. (org). **Imaginário, cotidiano e poder**. São Paulo: Selo Negro, 2007, p. 15-42. (Memória afro-brasileira; v. 3).

SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Can” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj – 7 Letras, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. Deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. IN: MELLO e SOUZA, Laura de. (org). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 221-273.

VÁRZEA, Mariana. **A beleza da escrava Anastácia**. (2001). Disponível em < <http://www.msn.bolsademulher.com/estilo/a-beleza-da-escrava-anastacia-1134.html>>. Acesso em 27 de Outubro/2010.

VIEIRA, Allysson Sérgio. **A lenda da escrava Maria**. 1998. Disponível em < <http://www.sfs.com.br/index.cfm?go=turismo.home&IDConteudosubcateria=21>>. Acesso em 26 de outubro/2010.

ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo 01- Maria Antonieta de Barros. 1ª mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil.

Anexo 02 - Escravizada de ganho chegando a casa de seus senhores.

Anexo 03 - Mulher negra com criança.

Anexo 04 - Mãe segurando filho nos braços.

Anexo 05 - Casamento de escravizados.

Anexo 06 - Ilha dos amores – Sobre o Rio Marataoan.

Anexo 07 - Ilha dos Amores - Rio Marataoan.

Anexo 08 - Ilha dos Amores.

Anexo 09 - Capela de Santa Josefa.

Anexo 10 - Devotos em visita ao túmulo de Santa Josefa.

Anexo 11 - Túmulo de Santa Josefa.

Anexo 12 - Anastácia com a máscara de flandres.

Anexo 13 - Oração à Santa Anastácia.

Anexo 14 - Busto em homenagem a Anastácia.

ANEXOS

ANEXO 01

Maria Antonieta de Barros – 1ª mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil.¹



Nasceu em 11 de julho de 1901, em Florianópolis (SC). Era filha de Catarina e Rodolfo de Barros. Órfã de pai, foi criada pela mãe. Depois dos estudos primários, ingressou na Escola Normal Catarinense.

Antonieta teve que romper muitas barreiras para conquistar espaço que, em seu tempo, eram inusitados para as mulheres, e mais ainda para uma mulher negra. Nos anos 20, deu início às suas atividades de jornalista, criando e dirigindo em Florianópolis o jornal: A Semana, mantido até 1927. Três anos depois, passou a dirigir o periódico Vida Ilhoa, na mesma cidade.

Como educadora, fundou, logo após ter se diplomado no magistério, o Curso Antonieta de Barros, que dirigiu até a sua morte. Lecionou, ainda, em Florianópolis, no Colégio Coração de Jesus, na Escola Normal Catarinense e no Colégio Dias Velho, do qual foi diretora no período de 1937 a 1945.

Na década de 30, manteve intercâmbio com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) como revela a correspondência entre ela e Bertha Lutz, hoje preservada no Arquivo Nacional.

Na primeira eleição em que as mulheres brasileiras puderam votar e serem votadas filiou-se ao Partido Liberal Catarinense e elegeu-se deputada estadual (1934- 37). Tornou-se, desse modo, a primeira mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil. Foi também a

¹ Informações e imagem extraídas do site:

http://www.tvbrasil.org.br/consciencianegra/txt_bio_antonieta-barros.asp.

primeira mulher a participar do Legislativo Estadual de Santa Catarina. Depois da redemocratização do país com a queda do Estado Novo, concorreu a deputada estadual nas eleições de 1945, obtendo a primeira suplência pela legenda do Partido Social Democrático (PSD). Assumiu a vaga na Assembléia Legislativa em 1947 e cumpriu seu mandato até 1951. Usando o pseudônimo literário de Maria da Ilha, escreveu o livro Farrapos de Idéias. Faleceu em Florianópolis no dia 28 de março de 1952.

Fonte: Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade.

Editor: Jorge Zahar

Organização: Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil.

Escravizada de ganho chegando a casa de seus senhores.²



Biblioteca Municipal Mário de Andrade

Debret – Família pobre em sua casa.

²Debret – Família pobre em sua casa. (Biblioteca Municipal Mario de Andrade).

In: MOTT, Maria Lúcia de Barros. A mulher na luta contra a escravidão. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991, p.24

Mulher negra com criança.³



³ Mulher negra e criança. (Biblioteca Municipal Mário de Andrade).

In: In: MOTT, Maria Lúcia de Barros. A mulher na luta contra a escravidão. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991, p.38.

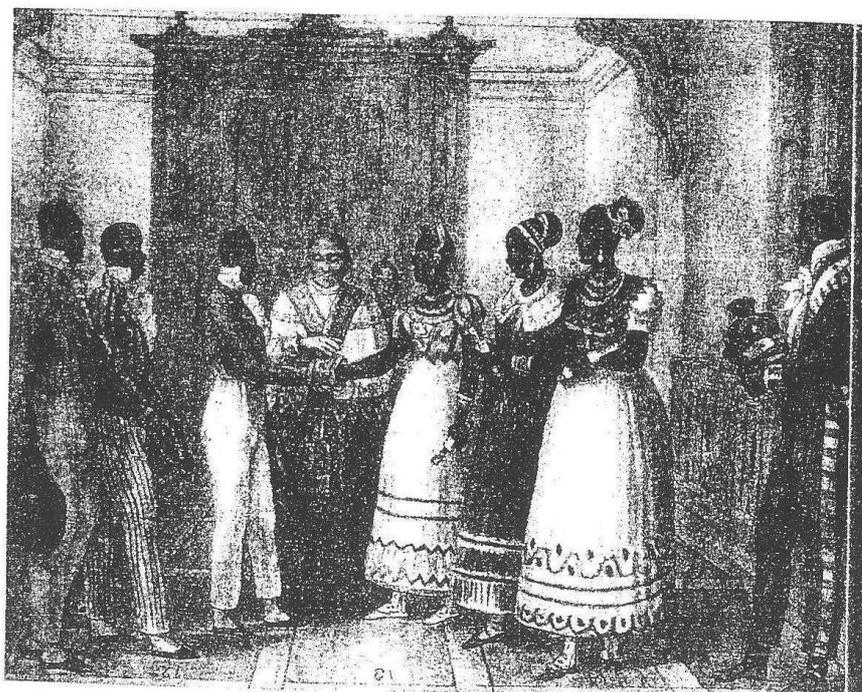
ANEXO 04

Mãe segurando filho nos braços⁴



⁴ Retrato de mulher negra com criança no colo. Fonte: Vincenzo Pastore, 1910. Acervo Instituto Moreira Salles. IN: ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 211.

Casamento de escravizados⁵



⁵Casamento de negros escravizados de uma família rica. Debret (1978). IN: ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 211.

ANEXO 06

Ilha dos amores – Sobre o Rio Marataoan⁶



⁶ A ilha dos amores é citada na lenda da escrava luminosa, ela está situada sobre o Rio Marataoan, pertencente ao Município de Barras no Piauí. Imagem extraída do site: <http://juarezsantos.com/?p=72>

Ilha dos Amores - Rio Marataoan⁷



Reduzida a uma pequena porção de terra e mato, a Ilha dos Amores sobre o rio Marataoan, ainda guarda as lembranças de quando fazia jus ao nome. De um tempo em que os casais apaixonados, poetas, escritores e artistas, sob o luar, as estrelas, trocavam juras de amor ou simplesmente buscavam inspiração para compor suas poesias, frases, crônicas, poemas e pensamentos. Hoje, a ilha não é mais utilizada como ponto de encontro, até mesmo pela falta de estrutura, segurança, de investimento por parte do poder público e da iniciativa privada, mas ainda é considerada um cartão postal e um dos locais mais apreciados, à distância. Na imagem a cima, vemos a pequena ilha dos amores sendo encoberta pelas águas do rio no período das cheias. (Juarez Santos, 31 de maio de 2010)⁸

⁷ Imagem extraída do site: <http://juarezsantos.com/?p=700>

⁸ Ver site: <http://juarezsantos.com/?p=72>

ANEXO 08

Ilha dos Amores⁹



⁹ Imagem extraída do site: <http://www.ferias.tur.br/fotos/5526/barras-pi.html>.

ANEXO 09

Capela de Santa Josefa¹⁰



¹⁰ Capela de Santa Josefa, chamada oficialmente de Nosso Senhor do Bonfim uma vez que Josefa não é reconhecida pela igreja Católica como santa.
Imagem extraída do site: <http://www.museucachoeira.com.br/index.php?area=município&cat=9>

ANEXO 10

Devotos em visita ao túmulo de Santa Josefa¹¹



“No dia finados o túmulo de Santa Josefa, na Rua Comendador Fontoura, a quem os devotos levaram flores e velas. O motorista Donato Rodrigues Guedes, 53 anos, e sua companheira Renata Guterres da Silva, 42, foram agradecer as graças alcançadas. “Tudo o que pedi, sempre fui atendido. Fiquei dois anos sem emprego e, graças a Santa Josefa, eu estou empregado há três anos”, salienta Guedes. Já Renata relata que seu filho de 13 anos, que sofre com epilepsia, não necessitou passar por uma cirurgia graças a suas orações para Santa Josefa. “Se fosse para cirurgia, ele poderia ficar na mesa. Graças a Santa Josefa, ele não precisou ser operado”, afirma Renata.”

¹¹ Foto e informações ver site:

http://www.jornaldopovo.com.br/2007/noticia_detalhe.php?intIdConteudo=87410&intIdEdicao=2174

Foto tirada em 02 de novembro de 2007, e publicada na edição de fim de semana: 03e 04 do mesmo mês e ano, do Jornal do Povo. (ANO 79 - Nº 106).

ANEXO 11

Túmulo de Santa Josefa¹²



¹² Manchete do jornal: *O Correio* de 30 e 31 de outubro de 1999, sobre a visitação ao túmulo de Santa Josefa que se intensifica nas proximidades do feriado de finados.

Imagem extraída do site: <http://resaguiar.blogspot.com/2010/09/capela-santa-josefa-ou-senhor-do-bonfim.html>

Anastácia com a máscara de Flandres¹³

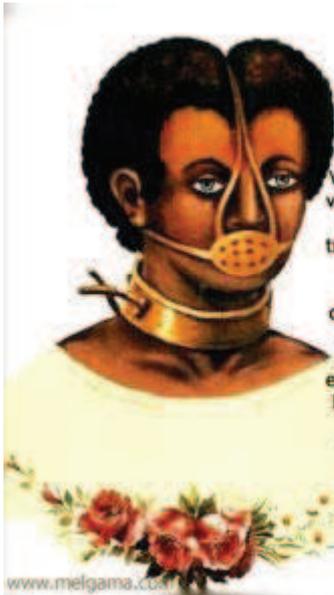


“Castigo de Escravos”, de Jacques Etienne Arago (Esboço) e N.Maurin (Del). 1839¹¹.
(Fundação Biblioteca Nacional)

Essa é a imagem mais popular de Anastácia, aqui embora uma imagem em preto e branco, é possível ver que a cor de seus olhos já foi alterada.

¹³ SOUZA, Mônica Dias de. Escrava Anastácia e pretos-velhos: A rebelião da memória popular. IN: SILVA, Vagner Gonçalves da. (org). **Imaginário, cotidiano e poder**. São Paulo: Selo Negro, 2007, p. 15-42. (Memória afro-brasileira; v. 3).

Oração à Santa Anastácia¹⁴



Prece Milagrosa para alcançar uma Graça urgente da Escrava Anastácia

Vemos que algum algoz fez da tua vida um martírio, violentou tiranicamente a tua mocidade, vemos também no teu semblante macio, do teu rosto suave, tranqüilo, a paz que os sofrimentos não conseguiram perturbar.

Isso quer dizer: eras pura, superior, tanto assim que Deus levou-te para as planuras do Céu e deu-te o poder de fazeres curas, graças e milagres mil. Anastácia pedimos-te... roga por nós, proteja-nos, envolve-nos no teu manto de graças e com teu olhar bondoso, firme, penetrante, afasta de nós os males e os maldizentes do mundo.

Tudo que pedimos por nosso Senhor Jesus Cristo na unidade do Espírito Santo, Amém.

Todas as manhãs, antes de sair para o trabalho, olhe para Anastácia, peça-lhe suas graças, que tudo correrá bem para você.

www.melgama.com

¹⁴ Imagem extraída do site: http://exoterico-rosyluzes.blogspot.com/2009_06_01_archive.html

ANEXO 14

Busto em homenagem a Anastácia¹⁵



No 1º de fevereiro de 2009, em Nova York, aconteceu um festival em homenagem a Iemanjá. Foi uma festa de celebração da cultura africana, que apresentou alguns trabalhos da artista Genise Amorim, entre eles um busto em homenagem a Anastácia. Através da imagem esculpida de Anastácia a artista tenta evidenciar as fortes raízes afro-brasileiras.

¹⁵Imagem e informações ver site: <http://www.comunidadeNews.com/cultura/em-nova-iorque-festival-homenageia-iemanja-4582>.